UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL- JORNALISMO

O DISCURSO DO JORNALISMO DE REVISTA SOBRE OS DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS

MONOGRAFIA

Dafne de Mello Lopes

Santa Maria, RS, Brasil
2015

O DISCURSO DO JORNALISMO DE REVISTA SOBRE OS DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS

Dafne de Mello Lopes

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para a obtenção do grau de **Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo.**

Orientadora: Prof. Dr.ª Márcia Franz Amaral

Coorientador: Rafael Rangel Winch

Santa Maria, RS, Brasil
2015

Universidade Federal De Santa Maria
Centro De Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Ciências da Comunicação
Curso de Comunicação Social- Jornalismo

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia

O DISCURSO DO JORNALISMO DE REVISTA SOBRE OS DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS

elaborada por
Dafne de Mello Lopes

como requisito para a obtenção do grau de
Bacharel em Comunicação Social- Jornalismo

COMISSÃO EXAMINADORA:

Profª. Márcia Franz Amaral, Drª. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Profª. Laura Strelow Storch, Drª (UFSM)

Juliana Motta de Oliveira, Mestranda (UFSM)

AGRADECIMENTOS

Certamente estes parágrafos não são suficientes para expressar todo o meu amor e agradecimento às pessoas que fizeram parte dessa fase tão especial e importante da minha vida. Peço desculpas aqueles que não estão presentes nessas palavras, mas tenham certeza que estão todos presentes em meus pensamentos e gratidão.

Agradeço a Deus, que me ouve em todos os momentos, me conforta e me dá forças.

Aos meus pais, Mari e Glaiton, meus exemplos de perseverança e amor. Obrigada por todo carinho e cuidado que vocês me dedicam, e por, muitas vezes, abdicarem de seus próprios sonhos para ajudarem na realização dos meus.

A orientadora, Márcia, por toda confiança depositada em mim, desde o início da minha contribuição em sua pesquisa, até a finalização deste trabalho. Obrigada por tão generosamente compartilhar teus conhecimentos. Obrigada pela paciência e pela amizade.

Ao meu coorientador, Rafael, por todo o cuidado e leituras atentas. Obrigada, principalmente por na reta final deste trabalho, me passar toda a tranquilidade necessária para a sua conclusão.

As professoras Viviane Borelli e Laura Storch, pela confiança e parcerias durante os anos da graduação. Obrigada pelas oportunidades, conhecimentos compartilhados e pela amizade.

Aos familiares que sempre me incentivaram. Obrigada por toda força, amor e orações.

As amigas, Érika, Letícia e Luísa, que desde sempre me acompanham. Obrigada pela amizade e por sempre compartilharem motivos para sorrir e seguir em frente.

A minha dupla de todo o curso e amiga, Giulia. Obrigada pela amizade e parceria, e por compartilhar momentos que, sem dúvida, fortaleceram nossa ligação.

Aos *Jornalindos*, por estes quatro anos de convivência e companheirismo. Todos os momentos vividos com vocês foi uma grande oportunidade de crescimento humano e profissional.

Por fim, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para minha formação pessoal e profissional. Se cheguei até aqui foi por tê-los em meu caminho.

"Nada deste mundo nos é indiferente"

Laudato Si'- Papa Francisco

RESUMO

Monografia
Curso de Comunicação Social- Jornalismo

O DISCURSO DO JORNALISMO DE REVISTA SOBRE OS DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS

AUTORA: DAFNE DE MELLO LOPES
ORIENTADORA: MÁRCIA FRANZ AMARAL
COORIENTADOR: RAFAEL RANGEL WINCH
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 14 de dezembro de 2015.

O nosso trabalho parte da ideia de que o discurso jornalístico é construtor e produtor de sentidos sobre a realidade social. Com isso, buscamos compreender quais são os sentidos imbricados no discurso jornalístico em reportagens que tratam de desastres socioambientais. Nosso objetivo é entender, através de aportes teóricos da Análise do Discurso e da Sociologia, quem são os responsáveis, quais as causas dos desastres e como são retratadas as vítimas destes eventos no discurso jornalístico. Nosso *corpus* é constituído por 10 reportagens sobre os deslizamentos ocorridos na região serrana do Rio de Janeiro, em 2011, selecionadas das revistas Carta Capital, Época, IstoÉ e Veja. Trazemos definições teóricas acerca do discurso jornalístico, do Jornalismo Ambiental, das concepções sobre catástrofes e desastres e da cobertura jornalística destes eventos extremos. Para nossa análise, construímos um protocolo de análise que foi aplicado em dois momentos. Primeiramente, apreendemos as sequências discursivas (SDs) que se encaixavam nos enunciados propostos por Valencio (2010), com o objetivo de analisar os sentidos referentes às vítimas. Num segundo momento, construímos dois outros enunciados para complementar os primeiros, analisando como o discurso jornalístico constrói as causas do acidente e as responsabilidades por ele. Através da análise de 9 revistas e 157 Sequências Discursivas ao total, verificamos que os sentidos construídos pelo discurso das revistas são, em grande parte, referentes à culpa do poder público por suas omissões e negligência. O meio ambiente é tido como o segundo principal culpado pelos desastres. Já as vítimas, mesmo em menor número de Sequências, também são consideradas culpadas pela sua própria situação, entre outras particularidades.

Palavras-chave: jornalismo de revista; jornalismo ambiental; discurso; desastre socioambiental; vítima.

ABSTRACT

Monograph
Social Communication Course

DISCOURSE OF THE MAGAZINE OF JOURNALISM ON ENVIRONMENTAL DISASTERS

AUTHOR: DAFNE DE MELLO LOPES
ADVISOR: MÁRCIA FRANZ AMARAL
Date and place of qualification: Santa Maria, December, 14th, 2015.

Our work starts from the idea that the journalistic discourse is manufacturer and producer of meanings about social reality. With this, we try to understand what are the meanings related in the journalistic discourse in reports dealing with environmental disasters. Our goal is to understand, through theoretical contributions of Discourse Analysis and Sociology, who is responsible, what are the causes of disasters and are portrayed as victims of these events in the journalistic discourse. Our corpus is composed of 10 reports of landslides in the mountainous region of Rio de Janeiro in 2011, selected the magazine Carta Capital, Época, IstoÉ and Veja. We bring theoretical definitions about the journalistic discourse, Environmental Journalism, the conceptions about catastrophe and disaster and the news coverage of these extreme events. For our analysis, we construct an analytical protocol that was applied in two stages. First, we grasp the discursive sequences (SDs) that fit in the statements proposed by Valencio (2010), with the aim of analyzing the senses on victims. Secondly, we built two other statements to complement the first, analyzing how the journalistic discourse builds the causes of the accident and the responsibility for it. Through the analysis of nine magazines and 157 discursive sequences in total, we find that the meanings constructed by the discourse of the magazines are largely related to the government's fault for its omissions and negligence. The environment is seen as the main culprit second by disasters. As for the victims, even fewer sequences are also found guilty for his own situation, among other peculiarities.

Keywords: magazine journalism; environmental journalism; discourse; environmental disaster; victim.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Requisitos para uma cobertura ambiental de qualidade **33**
Quadro 2 - Números do Enunciado da Imprevidência com base nas SDs do enunciado **57**
Quadro 3 - Números do Enunciado da Fatalidade com base nas SDs do enunciado **60**
Quadro 4 - Números do Enunciado da Superação com base nas SDs do enunciado **64**
Quadro 5 - Números do Enunciado Identificação da Culpa do Poder Público com base nas SDs do enunciado **67**
Quadro 6 - Números do Enunciado da Vulnerabilidade Social com base nas SDs do enunciado **70**
Quadro 7 - Resumo do total de ocorrências com base do total SDs de cada enunciado **73**

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Descrição das vítimas- singularidade **52**

Figura 2 - Descrição das Vítimas- efeito de verdade **53**

Figura 3 - Descrição das vítimas- perplexidade com a força da natureza **54**

Figura 4 - Descrição das vítimas- situação econômica **55**

Figura 5 - Descrição das vítimas- classe média e alta também foi afetada **56**

Figura 6 - Enunciado da Imprevidência- morar em área de risco **58**

Figura 7 - Enunciado da Imprevidência- medo de assaltados **59**

Figura 8 - Enunciado da Fatalidade- características que dimensionam os estragos da chuva **61**

Figura 9 - Enunciado da Fatalidade- uso de dados para dimensionar o acontecimento **62**

Figura 10 - Enunciado da Fatalidade- poder público trata do fatalismo do desastre **63**

Figura 11 - Enunciado da Superação – afetados ajudam outros afetados **65**

Figura 12 - Enunciado da Superação- falta de assistência do poder público **66**

Figura 13 - Identificação da Culpa do Poder Público- desvio de verbas **68**

Figura 14 - Identificação da Culpa do Poder Público- falta de atenção do poder público **68**

Figura 15 - Identificação da Culpa do Poder Público – ocupações irregulares **69**

Figura 16 - Vulnerabilidade Social – falta de recursos para moradia segura **70**

Figura 17 - Vulnerabilidade Social- ocupações irregulares **71**

Figura 18 - Vulnerabilidade Social- população de baixa renda é deixada de lado pelo poder público **72**

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A - Sequências discursivas que compõem o *corpus* de análise separadas por enunciado **83**

SUMÁRIO

1. O DESASTRE PARA ALÉM DO DISCURSO AMBIENTAL 12

1.1 Discurso Jornalístico e desastre: temos um problema 15

1.2 O maior desastre da história do país 18

2. CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE JORNALISMO E JORNALISMO DE REVISTA

2.1 Jornalismo como construção 20

2.2 O Discurso jornalístico e sua análise 21

2.3 Discurso de revista 23

2.4 Características das revistas a serem analisadas

2.4.1 Carta Capital **26**

2.4.2 Época **27**

2.4.3 IstoÉ **28**

2.4.4 Veja **29**

3. COBERTURA JORNALÍSTICA DE AMBIENTE E DE DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS

3.1 Jornalismo Ambiental 30

3.2 Catástrofes, desastres e sua cobertura 34

3.2.1 O conceito de catástrofe **36**

3.2.2 O conceito de desastre **37**

3.2.3 Os discursos sobre os desastre **40**

3.3 O discurso sobre as vítimas 42

3.3.1 Enunciados de Fatalidade, Imprevidência ou Superação **45**

4. O QUE AS REVISTAS NOS DIZEM 48

4.1 Enunciados referentes às vítimas

4.1.1 A descrição das vítimas **51**

4.1.2 Enunciado da Imprevidência **56**

4.1.3 Enunciado da Fatalidade **59**

4.1.4 Enunciado da Superação **63**

4.2 Enunciados referentes às causas e responsabilidades
4.2.1 Identificação da Culpa do Poder Público **66**
4.2.2 Vulnerabilidade Social **69**
4.3 Considerações sobre a análise **72**

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS **75**
REFERÊNCIAS **77**
APÊNDICE **83**

CAPÍTULO 1

O DESASTRE PARA ALÉM DO DISCURSO AMBIENTAL

> "Do rio que tudo arrasta se diz que é violento. Mas ninguém diz violento as margens que o comprimem." (Bertolt Brecht)

Os desastres conhecidos como naturais acontecem sem selecionar quem serão os atingidos por suas mazelas. Não há classificação social, econômica, de gênero ou racial. O desastre chega, dando pequenos sinais de sua vinda, e vai levando e arrasando o que estiver pela frente. Sem uma análise ou uma maior atenção aos fatos, somos pegos diversas vezes pensando desta maneira, mas a partir de um olhar mais atento percebemos que os desastres acontecem com predefinição de quais serão suas consequências e quem serão suas vítimas.

A natureza, claro, é sempre a primeira a ser culpada. Contudo, os seres humanos, dotados de inteligência e cercados pela tecnologia, também são responsáveis pelos efeitos do desastre. Os indivíduos, dentro de seus diversos papéis sociais, podem escolher ou não quem serão os atingidos. A distribuição de terra e renda, as condições de moradia, a sustentabilidade das cidades e, evidentemente, os sistemas de prevenção ao desastre são questões que demonstram que os desastres naturais não podem ser compreendidos como um problema essencialmente "do meio ambiente", isto é, como se este fosse o culpado pelos acontecimentos desse tipo. Ao contrário, trata-se, de um fenômeno estrutural e histórico, fortemente relacionado aos aspectos culturais de uma conjuntura social determinada.

Diante desse contexto, qual a função do jornalismo? Acreditamos que o seu papel é o de construir a realidade social e (re) significar os desastres para além da questão ambiental. Contribuir para compreendermos estes eventos, as suas causas, as consequências, os responsáveis e os seus atingidos. Além disso, o jornalismo é a porta de entrada para reflexões de aspectos sociais anteriores e exteriores aos desastres, alguns dos quais, tentaremos trazer em nossa pesquisa.

O relato jornalístico de grandes eventos, como os desastres, busca dar sentido àquilo que é incompreensível. Nestes casos ele é relevante, pois, em meio ao caos, funciona como um norteador e dá segurança para que os envolvidos na tragédia possam assimilar e significar o acontecido. Ao buscarmos compreender como o jornalismo

trabalha essas situações através de sua prática, definimos o tema deste estudo como o relato jornalístico de desastres socioambientais em revistas semanais. O foco é direcionado, sobretudo, à construção do discurso sobre as vítimas e as responsabilizações pelos desastres. O interesse em investigar tais questões se deve à minha aproximação com a temática durante a graduação, quando comecei a participar do grupo de pesquisa *Estudos de Jornalismo* e da pesquisa da professora Márcia Franz Amaral, intitulada *Especificidades da cobertura das catástrofes ambientais nas revistas semanais brasileiras*.

Partimos de alguns aportes teóricos das Teorias do Jornalismo, da Análise do Discurso e da Sociologia. Buscamos com este trabalho chamar a atenção dos profissionais jornalistas em relação à cobertura de desastres, em especial, à construção de relatos sobre as vítimas destes fenômenos. Dessa forma, visamos auxiliar na qualificação do processo de produção de uma reportagem que traga o desastre como questão inerente e central.

A partir da década de 1980, a cobertura ambiental começou a ganhar destaque devido à descoberta do buraco na camada de ozônio e, a partir disso, iniciaram-se as preocupações sobre o aumento do aquecimento global (COLOMBO, 2010). Desde então, alguns pesquisadores do jornalismo têm se dedicado ao estudo da cobertura ambiental para que se compreenda que tipo de jornalismo é esse, como é feito e como deveria ser desempenhado. Consideramos que a pauta ambiental é importante para nosso trabalho, pois ela trata da relação do homem com a natureza, das ações humanas que acabam afetando o meio onde vivemos e das consequências que isto pode trazer a diferentes esferas da sociedade.

Os desastres aos quais nos referimos neste trabalho são eventos de caráter grave, que envolvem o meio ambiente e o contexto social que também o constitui. Em nosso estudo, compreendemos a importância de um olhar atento e cuidadoso em relação às causas e consequências desse tipo de acontecimento. Sendo assim, investigar como as revistas relatam estes fenômenos é imprescindível para que possamos compreender de que forma os jornalistas entendem e (re) constroem tais eventos para a sociedade. Lembramos que, muitas vezes, os desastres são narrados de maneira superficial e sensacionalista. Entender como as revistas constroem os sentidos sobre os afetados, as causas dos desastres e responsabilidades por eles em reportagens sobre desastres socioambientais é uma questão relevante, uma vez que a catástrofe rompe a ordem da

vida das pessoas, e o relato desta restabelece os sentidos dos acontecimentos, como afirma Lozano Ascencio (2011).

O tipo de veículo pelo qual ocorre a comunicação sobre estes desastres também nos ajuda a compreender o relato jornalístico sobre o fato, por ser ele igualmente portador de significados. As revistas semanais, em especial as que nos propomos analisar, são publicações que registram os temas mais importantes da semana, escolhidos de acordo com a linha editorial de cada uma, que refletem e aprofundam o que Vilas Boas (1996, p. 79) denomina como "vazios informativos" que são deixados pelo jornalismo diário.

Refletir e problematizar o discurso de revista, considerado um dos meios mais autorizados a falar sobre temas diversos e que se propõe ser atual e credível, é importante para observarmos se está sendo realizada uma cobertura de qualidade e com características relevantes sobre o meio ambiente apontadas na literatura desta especialização jornalística. Ainda é relevante para que compreendamos como são construídos os sentidos dos desastres pelas revistas semanais e, especialmente, como são construídas as vítimas, as culpas e os responsáveis por estes eventos.

O nosso *corpus* de reportagens a serem analisadas foram selecionadas das quatro revistas semanais brasileiras mais expressivas, a saber: Carta Capital, Época, IstoÉ e Veja. Juntas, em 2014, as publicações somaram em circulação quase dois milhões de exemplares semanais. A revista Veja está em primeiro lugar com 1.167.928 exemplares, a revista Época está em segundo com 390.709, IstoÉ em terceiro com 322.518 e a revista Carta Capital está em 18º lugar com 29.513 exemplares semanais (dados mais recentes disponibilizados pela ANER- Associação Nacional, 2015)[1]. A seguir, realizamos uma breve descrição dos capítulos que compõem o nosso trabalho.

Neste *Capítulo 1* – apresentamos algumas reflexões acerca do discurso jornalístico sobre desastres, nossa problemática de pesquisa, nossos objetivos, o *corpus* e o aporte teórico-metodológico que utilizamos em nossa investigação. Por fim, trazemos alguns dados sobre o desastre recorrente nas reportagens que foram selecionadas para o *corpus.*

O nosso *Capítulo 2- Concepções teóricas sobre jornalismo e jornalismo de revista* trata do jornalismo como construção, com referência nos estudos de Traquina (2004) sobre a Teoria Construcionista, que discute as notícias como processos de

[1] Disponível em: http://aner.org.br/dados-de-mercado/circulacao/

interação social. Buscamos ainda trazer considerações sobre o discurso jornalístico e sua análise, com base nos estudos de Análise do Discurso de Orlandi (2007 e 2002), abordando conceitos de Formação Discursiva e Ideológica; sobre o discurso característico das revistas, com as contribuições de Benetti (2007 e 2013); além de trazer breves características das revistas que serão analisadas.

No *Capítulo 3- Cobertura jornalística de ambiente e de desastres socioambientais* trazemos diversos autores do Jornalismo Ambiental, como Moraes (2008) e Bueno (2007) para caracterizarmos essa especialidade. Fazemos, ainda, reflexões sobre as conceituações de catástrofe e desastre e a cobertura destes eventos por meio de autores como Lozano Ascencio (2004; 2001), Bauman (2008) e Amaral (2012; 2014). O discurso produzido sobre as vítimas também será discutido neste capítulo, assim como os Enunciados da Imprevidência, da Fatalidade e da Superação, que servem de base para nossa análise e tem como referência principal os trabalhos da socióloga Norma Valencio (2010 e 2012).

O *Capítulo 4 – O que as revistas nos dizem*, apresenta a Análise de Discurso de linha francesa (AD) como aporte teórico-metodológico que inspirou nossa pesquisa, com base em Eni Orlandi e Marcia Benetti; o protocolo de análise que serviu para mapearmos as sequências discursivas e a forma como contabilizamos os resultados. Por fim, trazemos as marcas discursivas que produzem sentidos sobre as vítimas, causas e responsabilidades dos desastres, além de explicarmos nossas categorias de análise.

Por fim, o *Capítulo 5- Considerações finais*, traz nossos pensamentos finais acerca do trabalho realizado e dos resultados encontrados. Buscando além de encerrar este trabalho, incentivar outros pesquisadores a olharem este tema como uma fonte infinita de possibilidades e de extrema importância para o trabalho jornalístico e contexto social.

1.1 Discurso Jornalístico e desastre: temos um problema

Os desastres evidenciam vulnerabilidades e afetam o equilíbrio da vida cotidiana e ao relatá-los os discursos jornalísticos passam a ofertar inúmeros e variados sentidos. Em países como o Brasil, as vítimas destes eventos são majoritariamente os vulneráveis, normalmente, pessoas de baixa renda e moradores de área de risco, mais suscetíveis a danos e com menor infraestrutura para a prevenção e a recuperação após o desastre. O jornalismo, como narrador destes acontecimentos, ajuda na compreensão do fato e na

produção de novos acontecimentos ligados à ele, gerando sentidos e modificando a relação da sociedade com a natureza, com o desastre e com os afetados.

O relato sobre os afetados, por vezes, é problemático, devido ao senso comum difundido, inclusive pela imprensa, de que a culpa dos desastres é da própria natureza, possibilitando aos órgãos públicos se eximirem de suas responsabilidades. Outro aspecto interessante que se observa em algumas coberturas é a culpabilização das vítimas, em que estas são enquadradas pelas autoridades como as responsáveis pelo ocorrido. Logo, a perspectiva que predomina é a que compreende que a culpa é do cidadão comum, uma vez que é ele quem mora na área de risco, quem desmatou ou quem não tem capacidade intelectual suficiente para prevenir-se. As fontes oficiais, agentes da defesa civil e membros do Estado, com suas falas, em meio ao caos instalado após o desastre, apontam, muitas vezes, que as pessoas são vítimas de sua própria ignorância (VALENCIO, 2010). O Poder Público é recorrente neste caso, pois tem o dever de prevenir, e quando não o faz, busca encontrar outros responsáveis.

Diante do contexto supracitado, ressaltamos algumas questões que envolvem nossa problemática de pesquisa, como por exemplo, os modos do jornalismo de revista reportar situações de risco e os requisitos de uma cobertura sobre meio ambiente. Contudo, a questão central que conduz este estudo se refere às causas, responsabilidades e o discurso sobre as vítimas de um desastre socioambiental. Portanto, nosso problema de pesquisa pode ser resumido por meio do seguinte questionamento: Como os desastres socioambientais são explicados quanto às suas causas e responsabilidades e quais os sentidos sobre as vítimas destes eventos são construídos pelo discurso jornalístico?

O nosso objetivo geral é identificar como são explicados os desastres socioambientais quanto às causas e responsabilidades e quais sentidos são produzidos sobre as vítimas destes eventos, em especial, no que diz respeito às enchentes e deslizamentos ocorridos na Região Serrana do Rio de Janeiro, em 2011. Para isso, buscamos compreender o conceito de desastre socioambiental; debater as formas como os desastres socioambientais são cobertos pelo jornalismo; refletir sobre a função do jornalismo e da revista como construtores da realidade e as especificidades dessa na cobertura de situações de risco; caracterizar as contribuições do Jornalismo Ambiental para uma cobertura de qualidade de desastres ambientais; compreender quais são as diversas maneiras de relatar os culpados pelo desastre e discutir como as revistas enunciam sobre o papel do Poder Público.

Para a análise, buscamos na Análise do Discurso (AD) de linha francesa alguns contributos teórico-metodológicos e combinamos este aporte com os enunciados e as formações discursivas encontradas em um trabalho da socióloga Norma Valencio, que analisa o discurso das fontes oficiais sobre as vítimas[2]. Desta maneira, pretendemos verificar em que medida estes enunciados sistematizados por Valencio também perpassam o discurso jornalístico e quais outros são produzidos pelas revistas.

Construímos, com base em nosso aporte teórico-metodológico, um protocolo de análise que nos auxilia na apreensão de sequências discursivas (SDs), com questões referentes à descrição e identificação das vítimas pelas revistas, em como estas se descrevem e se referem ao poder público e quem ou o que é responsabilizado pelo acontecimento. Posteriormente, as SDs foram analisadas e classificadas a partir dos enunciados propostos por Valencio e através de outros dois identificados. As SDs foram contabilizadas em dois grupos: Enunciados referentes às vítimas, que são os propostos por Valencio, e Enunciados referentes às causas e reponsabilidades, que foram identificados pelo presente trabalho. A separação de contabilização das ocorrências foi feita para que não houvesse distorção nos resultados e principalmente para a identificação do posicionamento das revistas em relação à culpabilização do desastre.

Aqui, é importante destacarmos que, para este trabalho, usamos a lógica das Famílias Parafrásticas, contribuição da Análise do Discurso, para sistematizarmos os enunciados sobre as causas, responsabilidades e as vítimas. E mesmo sabendo que, de acordo com a AD, o próximo passo seria mapear as Formações Discursivas e Ideológicas, optamos por apenas sistematizar as Sequências Discursivas em determinados enunciados, pois nosso objetivo era mapear de forma mais detalhada os sentidos produzidos sobre os desastres nas revistas. Assim, deixamos uma análise mais profunda e ampliada para um próximo momento da pesquisa.

Além disso, também trazemos em nossa pesquisa elementos que a literatura sobre o Jornalismo Ambiental indica para que se faça uma cobertura adequada de eventos catastróficos, visto que os desastres são a principal porta de entrada do jornalismo na temática ambiental (LOZANO ASCENCIO, 2004). Fazemos isso, tendo a

[2] Em sua pesquisa intitulada "Desastres, Ordem Social e Planejamento em Defesa Civil: o contexto brasileiro" (2010), Norma Valencio busca compreender, sociologicamente, os discursos institucionais e as técnicas e práticas da defesa civil em desastres como os que acontecem no Brasil. A autora reflete e discute sobre os processos sociais que são agravados com a ocorrência de desastres e os discursos dos agentes da Defesa Civil sobre estes eventos, além do aumento da indiferença social e da vulnerabilidade dos atingidos.

consciência de que as revistas pesquisadas não se propõem a fazer Jornalismo Ambiental como os estudos discutem e recomendam.

Para a análise, selecionamos os relatos sobre os deslizamentos ocorridos no estado do Rio de Janeiro, em janeiro de 2011. O nosso *corpus,* então, é constituído por 10 reportagens selecionadas das revistas semanais brasileiras, Carta Capital, Época, IstoÉ e Veja. Serão analisadas três reportagens da revista Carta Capital, duas de Época, duas de IstoÉ e três reportagens da revista Veja. A escolha deste desastre deu-se devido à grandeza do acontecimento, conhecido como o maior desastre natural do Brasil e um dos dez maiores desastres do mundo, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU). Escolhemos este desastre também pela atenção midiática dada ao acontecimento, durante todo o mês de janeiro as revistas escolhidas para a análise acompanharam e publicaram os desdobramentos do desastre, e mesmo um ano após o acontecido o fato ainda recebia destaque. Somente a Rede Globo de Televisão, maior conglomerado midiático do país, destinou mais de 25 repórteres para a cobertura do evento e durante três dias os principais telejornais da emissora foram ancorados do local do desastre, de acordo com o site "Memória Globo"[3]. A cobertura da Rede Globo estendeu-se até o ano seguinte, como a das revistas e de outras empresas jornalísticas, acompanhando e noticiando os desdobramentos sobre o desastre na região serrana. O evento e a cobertura brasileira tiveram repercussão internacional e a atenção dispensada pelo Jornal Nacional e pelo Fantástico, os mais tradicionais programas jornalísticos da televisão, renderam às atrações a indicação ao Emmy Internacional[4] na categoria melhor notícia.

1.2 O maior desastre da história do país[5]

Entre os dias 11 e 12 de janeiro de 2011, o Brasil viu aquele que viria ser caracterizado como o pior desastre da história brasileira, de acordo com o relatório do Banco Mundial, "Avaliação de Perdas e Danos: Inundações e Deslizamentos na Região

[3] Informações sobre a cobertura da Rede Globo disponível em: http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/chuvas-na-regiao-serrana-rj-/equipe-e-estrutura.htm

[4] O prêmio Emmy Internacional é oferecido pela Academia Internacional das Artes & Ciências Televisivas aos programas televisivos produzidos e veiculados fora dos Estados Unidos.

[5] O desastre da Região Serrana é considerado o maior desastre da história do país, principalmente em número de vítimas fatais, mas durante nossa pesquisa, em novembro de 2015, o rompimento da barragem de Mariana, em Minas Gerais veio a se tornar o maior desastre socioambiental do Brasil, considerando-se os prejuízos ambientais que causou.

Serrana do Rio de Janeiro" (2012). As chuvas torrenciais que caíram em sete municípios da Região Serrana do estado do Rio de Janeiro foram apenas uma das várias causas do desastre, que foi traduzido a partir de números expressivos pela Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional (SEDEC/MI). Foram 172.259 pessoas afetadas, 14.106 pessoas desabrigadas, 23.353 desalojadas e 887 óbitos (VALENCIO, 2012, p. 185). A tragédia tomou tais proporções por conta dos deslizamentos e das inundações que aconteceram.

Os sete municípios afetados, Areal, Bom Jardim, Nova Friburgo, São José do Vale do Rio Preto, Sumidouro, Petrópolis e Teresópolis decretaram estado de calamidade pública, que, de acordo com o Glossário da Defesa Civil, significa: "Reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastres, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade e à vida de seus integrantes" (Glossário de defesa civil, 5ª edição). Na ajuda pós-desastre estiveram envolvidos mais de mil homens de diferentes organizações, dentre elas, Defesa Civil, Força Nacional de Segurança Pública, governos municipais e estaduais de todo o país.

CAPÍTULO 2

CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE JORNALISMO E JORNALISMO DE REVISTA

2.1 Jornalismo como construção

O jornalismo é uma forma de conhecimento (MEDITSH, 1997). É ele que, segundo Benetti e Lago (2007), produz conhecimento sobre os fatos, quando narra os conhecimentos gerados por outros. O jornalismo é, por excelência, a instituição social que recria os acontecimentos, os reconfigura e oferece sentidos sobre a realidade. Valores como verdade, atualidade e confiabilidade são efeitos discursivos que legitimam o discurso jornalístico como um dizer credível e autorizado a colaborar na construção social da realidade.

De acordo com Loose (2010), o jornalismo é quem torna visível e determina sentidos de valor, característica que o torna institucionalizado de verdades no ambiente social. Entretanto, ainda de acordo com a autora, o discurso jornalístico tem um papel sociopolítico que deve ser seu norteador. Apesar do uso de diferentes ferramentas que visam dar veracidade ao acontecimento, é imprescindível que o caráter ético e cidadão da profissão jornalística não seja esquecido. “O interesse público deve permear toda a construção discursiva do jornalismo.” (LOOSE, 2010, p. 15)

O jornalismo parte das singularidades para um contexto mais amplo que situa o fato histórica e socialmente, destaca Meditsch (1992). Além disso, enquanto um modo de conhecimento social, o jornalismo desenvolve um determinado olhar sobre a História, a sociedade e a humanidade, oferecendo um entendimento sobre o mundo. Segundo o autor,

> [...] como humanidade e História são processos que estão em construção, naturalmente não existe um Jornalismo puramente objetivo, ou seja, um Jornalismo que seja absolutamente neutro. Isso não acontece por motivos de ordem psicológica, como dizem os manuais. Não é porque o individuo está psicologicamente envolvido com o fato, mas porque toda a forma de conhecimento pressupõe também um posicionamento do sujeito diante do objeto. Essa é a razão mais profunda, porque o próprio jornalismo implica uma visão ideológica, implica um posicionamento ético e politico sobre a realidade (MEDITSCH, 1992, p. 31-32).

O jornalismo não simplesmente informa, mas também orienta a sociedade, indica padrões de normalidade e anormalidade. É ele quem adiciona suposições sobre o que tem importância e é desejável, sobre o que faz sentido, em que momento e lugar

estamos vivendo, além de orientar sobre o que devemos considerar em relação ao mundo em que vivemos.

Com referência da Teoria Construcionista, Traquina (2004) destaca que, as notícias são consequências de profundos processos de interação social entre os agentes sociais: os jornalistas e suas fontes; os jornalistas e a sociedade a qual informa; os jornalistas e seus colegas de profissão, tanto dentro, quanto fora da organização para a qual trabalham. Portanto, as notícias não são um espelho, mas sim construção da realidade, pois é através de opiniões e testemunhos que os fatos são estruturados e representados. Além disso, a construção se dá, também, pelo fato que não há linguagem neutra, nem transmissora direta de significado, por isso os acontecimentos necessitam ser compreendidos a partir de um olhar construtivista.

Carey (apud TRAQUINA, 2004), ainda aponta outros elementos que identificam o jornalismo como construtor da realidade social. A pirâmide invertida e a resposta às perguntas simples do lead (quem, o que, quando, onde), a necessidade de seleção, de exclusão e de evidenciar diferentes perspectivas do acontecimento – que são produzidas através do enquadramento escolhido pelo profissional – são indicações de como o jornalismo, através da notícia, "dando vida ao acontecimento, constrói o acontecimento e constrói a realidade" (Carey, 1986 apud TRAQUINA, 2004, p.173).

O enquadramento, citado acima, é um dos processos utilizados pela mídia para que sejam ativadas as referências que o público necessita para a interpretação e discussão dos acontecimentos. É o que, de acordo com o Kosicki (apud REGINATO, 2011) contribui na estruturação das experiências diárias, facilitando o processo de construção de significados. Portanto, o enquadramento dado ao acontecimento, pode contribuir para a estruturação da forma como a sociedade vê e pensa o mundo cotidiano.

Diante destes pressupostos e referências, entendemos que os jornalistas são participantes ativos na construção da realidade. Desse modo, o discurso jornalístico é constituído por diversos elementos da cultura em que se inscreve.

2.2 O Discurso jornalístico e sua análise

A construção dos acontecimentos públicos pelo jornalismo se dá por intermédio do discurso. O discurso jornalístico é fruto de condições de troca, do cruzamento de informações, do conhecimento do jornalista, das fontes escolhidas e da influência que exerce a empresa ao qual pertence o meio. É através do discurso que se produz sentido e

que se faz compreender sobre o acontecimento. “O discurso jornalístico é revelador/plasmador da sociedade contemporânea, produzido no interior de uma determinada e especifica instituição (a empresa jornalística), cuja função consiste em textualizar a realidade” (BERGER 1996, p. 188).

Benetti (2007) classifica o discurso jornalístico como: dialógico; polifônico; opaco, ausente de transparência; efeito e produtor de sentidos; estruturado de acordo com condições de produção e rotinas particulares. O dialogismo é pensado considerando duas perspectivas: a interdiscursividade, que diz respeito aos sentidos, e a intersubjetividade, na relação entre sujeitos. Por isso, os relatos do jornalismo devem ser entendidos como necessariamente subordinados aos enquadramentos da sociedade e da cultura. A polifonia (diversidade de vozes) de um texto indica a possibilidade de múltiplos sentidos, dispersos em processos de paráfrase (repetição) ou ainda de polissemia (ruptura).

O texto jornalístico pressupõe um contrato entre jornalista e leitores, como afirma Benetti (2006), e um contrato ampara-se em certos conjuntos normativos. Ainda que não explicitadas, as normas do discurso jornalístico estão presentes, são elas: o jornalista fala sempre a verdade; os interesses particulares dos profissionais e das empresas de mídia não podem interferir no interesse do público; as fontes utilizadas pelo jornalista são credíveis; as informações das fontes são sempre checadas e confirmadas. Com isso, podemos identificar que o jornalismo apoia-se em valores como verdade e na credibilidade dos que participam do processo de construção dos relatos. Por mais inatingíveis ou questionáveis que sejam estes valores, eles estão sempre no horizonte do jornalismo como ideais a serem perseguidos.

Compreendemos que os conteúdos noticiosos publicados trazem intrinsecamente traços históricos e sociais que fazem parte do processo constitutivo de sua significação. Portanto, como afirma Benetti (2006), é importante pensarmos que os sentidos não estão presos aos textos, nem somente emanam da interpretação do leitor. Logo, é possível dizer que os sentidos são construídos a partir da inter-ação do sujeito que escreve (jornalista) e do sujeito que lê (público-leitor) determinado texto. O jornalismo ocupa, assim, um lugar de fala que o autoriza a enunciar sobre o mundo, e os sentidos que busca construir só se “efetivam” quando o leitor confirma a autenticidade e as especificidades desta enunciação (BENETTI e HAGEN, 2010).

O processo de reconhecimento do discurso se dá pelas memórias do já-dito, ou seja, como Orlandi (2007) aborda, as palavras são significantes devido à história e a

língua e o dizer não é particular, e estes só farão sentido se em algum momento já tiverem feito sentido. A este movimento de retorno ao já-dito, damos o nome de interdiscurso, que se refere ao que já foi dito em outro momento e lugar, mas que sem ele não poderíamos significar o que nos é dito agora. O interdiscurso é vinculado com as Formações Ideológicas identificadas no discurso pelas Formações Discursivas, que veremos na sequência.

Por meio das contribuições da perspectiva da Análise do Discurso (AD Francesa), que busca compreender os modos de instauração dos sentidos e de funcionamento do discurso, podemos compreender o texto jornalístico através de suas Formações Discursivas (FD) que remetem a Formações Ideológicas (FI), que por sua vez nos encaminham aos sentidos imbricados nos relatos jornalísticos. Para chegarmos às FDs, uma opção é realizarmos a apreensão de paráfrases. Esse movimento contribui na organização e na relação de retorno aos espaços de dizeres (ORLANDI, 2002). Desta forma, são localizadas as expressões com sentido comum e, posteriormente, reunidas em Famílias Parafrástica (FPs), demonstrando que os dizeres podem se reiterar ou, ainda, serem outros. As FPs são nomeadas com os enunciados-síntese e através deles podemos identificar as respectivas FDs e FIs.

A Formação Discursiva pode ser compreendia através da concepção clássica de Pêcheux (2014, p. 147) como “aquilo que, numa Formação Ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada (...) determinada o que pode e deve ser dito”. Como elucida Benetti, “a Formação Discursiva **contém** a posição de sujeito que a determina: “naquela” posição, “naquela” conjuntura social e histórica, apenas alguns sentidos “podem e devem” ser construídos.” (2006, p.6; destaque da autora). Este dizer está diretamente ligado às condições em que o discurso é produzido, e que o liga com a exterioridade. Tal conhecimento que é anterior e exterior ao texto, determina a materialidade do discurso, é a chamada Formação Ideológica. A FI entende que o sentido construído pela FD é exatamente aquele e não poderia ser outro.

Para fins deste trabalho, vamos nos dedicar a apreender as Famílias Parafrásticas, conforme já explicamos na introdução.

2.3 Discurso de revista

A revista se propõe ser atual e credível, além de apresentar um conhecimento mais aprofundado e especializado do que o jornal impresso (BENETTI, 2013). Esse tipo

de veículo pode ser descrito como um meio de comunicação segmentável, durável, que costuma trabalhar com a repetição de grandes temas e com uma relação direta e afetiva com o leitor.

Além dos traços visuais e gráficos, as revistas também se distinguem dos jornais devido à forma como pensam e trabalham seus conteúdos, já que possuem um regime de prática e tempo particular. A finalidade desse tipo de publicação não se restringe a apresentar informações sobre os fatos do momento, visto que o compromisso informativo é complementado com outras atribuições. Como explica Scalzo (2008, p.13), as revistas exercem funções ‘‘mais complexas que a simples transmissão de notícias; entretêm, trazem análise, reflexão, concentração e experiência de leitura’’.

A partir de Benetti (2013), entendemos que outra peculiaridade do jornalismo de revista diz respeito à construção de discursos sobre o mundo de forma lenta, reiterada, fragmentada e emocional. A autora ainda reconhece que, enquanto dispositivo, as revistas possuem como primeira função a definição do contemporâneo. Contudo, faz a seguinte ressalva: ‘‘no caso do jornalismo de revista, a noção de presente é estendida: atual é sinônimo de contemporâneo, e não de novo’’ (BENETTI, 2013, p.45).

A fim de demarcarem posição e obterem reconhecimento, as revistas se orientam a partir de contextos socioculturais específicos e suas identidades constroem-se através dos sentidos produzidos na relação com o público.

> Seja na força do documento em papel e em seu modo de circulação e acesso, seja pelos efeitos de sentido daquilo que jornalisticamente suas páginas comportam, a experiência do produto revista e sua ambiência é proposta a partir de quadros específicos, enquadramentos jornalísticos que, assim como as molduras históricas e socioculturais, intervêm na interação com a audiência (TAVARES & SCHWAAB, 2013, p.33).

O jornalismo diário, mais imediatista, busca dar conta de narrar apenas o que está acontecendo. Nele, como afirma Traquina (2008), as notícias são vistas com prazo de validade e a velocidade para a publicação é fundamental. Já as publicações semanais lançam mão de abordagens mais amplas e aprofundadas. De acordo com Vilas Boas, a revista trata “de abordar o assunto, não o fato” (1996, p.72). São as revistas semanais que oferecem ao público reportagens, com um texto ágil, bem escrito, com contextualização, discussão e conhecimento.

Logo, as revistas encarregam-se de completar as lacunas deixadas pela cobertura de outros meios de comunicação. Até porque priorizam as reportagens em detrimento da

mera exposição dos fatos, pois são elas que ajudam na construção e na afirmação do que Furtado (2013) indica ser o status do jornalista, “alguém que interpreta o mundo e o constrói simultaneamente” (2013, p. 150).

No texto da reportagem, o jornalista pode aprofundar o acontecimento satisfazendo a necessidade de informação do público que se informa através das publicações. O jornalismo de revista tem o papel de oferecer o aprofundamento de temáticas diversas, isto é, a revista “tem a obrigação de acompanhar o fato e ir além dele” (VILAS BOAS, 1996, p.74). Uma boa reportagem apresenta a notícia em profundidade, de forma ética e segundo critérios relevantes. Ainda segundo Vilas Boas, é imprescindível desenrolar os fatos, oferecer novos ângulos sobre a situação, completar com elementos históricos, recursos visuais, depoimentos e dados estatísticos, além de novos enquadramentos e prognósticos.

Normalmente, as reportagens apresentam textos mais longos, com maior contextualização dos fatos e das suas consequências. Assim, sua produção é mais perene e com maior durabilidade junto ao leitor (FURTADO, 2013), especificações que colaboram para uma melhor percepção e aprofundamento dos fatos relatados. Para isso, é necessário planejamento, maior apuração, maior pesquisa e mais tempo, o que as revistas já têm em relação ao jornalismo diário, mesmo as que possuem periodicidade semanal.

De acordo com Furtado (2013), a pauta e a apuração destes textos são mais detalhadas e trabalhosas, há uma maior definição do tema, uma busca do que já se produziu ou se sabe sobre ele, qual abordagem deverá receber o acontecimento, quem são as fontes que podem contribuir com mais informações ou com explicações, além do cuidado com fotografias, infográficos e elementos que irão contribuir na complementação do relato.

Além de maior atenção na produção e apuração da pauta, para que seja reconhecida, de fato, como uma reportagem de qualidade e que atenda expectativas dos leitores, o jornalista deve utilizar o maior número possível de fontes que contam, atestam e reconstroem o acontecimento. As fontes podem ser participantes do evento; oficiais, que representam uma instituição ou uma organização; fontes testemunhais, que não participaram do evento, mas o testemunharam; e qualificadas, que detêm conhecimento especializado para falar sobre os fatos (AMARAL, 2012, p. 34).

As fontes, diferentemente das vozes que podem ser encontradas no discurso jornalístico, são pessoas que contribuem para remontar o fato. Já às vozes do texto, de

acordo com Benetti (2007), são, normalmente, as fontes, o jornalista-individuo e o jornalista-instituição, pessoas que apresentam suas visões sobre os fatos. Com base na teoria polifônica da enunciação de Ducrot, a autora distingue locutor, aquele que se apresenta como tal no discurso, normalmente o jornalista que escreve a matéria, de enunciador, que é identificado como "a pessoa de cujo ponto de vista são apresentados os acontecimentos" (DUCROT apud BENETTI, 2007, p.119), identificado como uma das vozes.

Ao mencionar as vozes presentes no texto nos remetemos a uma das classificações dadas por Benetti para o discurso jornalístico, este deve ser polifônico. A polifonia é entendida como as diversas vozes do texto, com um mapeamento das vozes e das posições ocupadas por essas vozes, muitas vezes, podemos perceber o texto como monofônico. Isso acontece quando há várias fontes enunciando sob uma mesma perspectiva, completando umas as outras, e configurando-se em um único enunciador.

Ademais, diferentemente das notícias diárias, o jornalismo de revista introduz em seus textos a experiência. O leitor é estimulado a compartilhar, experimentar e se identificar com a experiência e a vivência do outro, para que possa ter, além da simples e pura aproximação com a revista e com o que está enunciado, a apreensão através dos processos de significação, das entrelinhas do texto jornalístico. O discurso de revista corrobora o pensamento de Benetti, quando afirma: "o acontecimento é parte da construção da experiência humana" (BENETTI, 2013, p. 46), por isso esta é incitada e estimulada.

As diferentes revistas semanais brasileiras, principalmente as quais selecionamos para a constituição de nosso *corpus*, possuem particularidades em seus discursos, pois, afinal, também funcionam em diferentes condições de produção.

2.4 Características das revistas a serem analisadas

2.4.1 Carta Capital

Há 21 anos no mercado de revistas, a revista Carta Capital foi fundada em 1994 pelo ítalo-brasileiro Mino Carta, com periodicidade mensal. A revista, que foi pensada para ser uma possibilidade frente ao pensamento único da imprensa brasileira, se define como nascida "calçada no tripé do bom jornalismo, aquele baseado na fidelidade à verdade factual, no exercício do espírito crítico e na fiscalização do poder onde quer que

se manifeste”[6]. A publicação ainda frisa, o respeito à inteligência do seu leitor e a diversidade humana, afirma-se progressista e defensora de uma sociedade mais justa.

Em 2001, Carta Capital passou a ter periodicidade semanal. Neste ano, também, foi criada a Editora Confiança, responsável desde então pela publicação da revista. A editora enuncia sua produção jornalística como qualificada e independente, reconhecendo sua participação na construção de um futuro próspero[7].

Atualmente, a publicação possui oito seções, sendo elas: Editorial, por Mino Carta, oferecendo ao leitor “opinião consagrada em formato arejado”[8]; A Semana e Rosa dos Ventos, com notícias e imagens que ganham destaque na apresentação do conteúdo; Seu País, com a cobertura sobre os assuntos políticos do Brasil; Economia, com informações sobre a economia nacional e internacional, negócios e tecnologia; Nosso Mundo, com os assuntos internacionais; Plural e Bravo, com textos e dicas sobre cultura; QI, com matérias sobre viagens, gastronomia, vida saudável, avanços da tecnologia e lazer; e por fim a seção Retratos Capitais, com fotografias.

Ademais, o público da revista é definido como um cidadão “crítico que troca informações em seu ambiente de trabalho, inspirando-se na liberdade de expressão, transparência e independência da revista”[9]. É um público identificado com intelectual e culturalmente ativo.

2.4.2 Época

Época foi lançada em 1998, pela Editora Globo, com a proposta de fazer uma revista com um design diferenciado e conteúdo atraente. Um de seus objetivos é “trazer de volta o prazer de ler”[10], abordando diferentes assuntos, com maior diversidade em relação as outras publicações do mercado.

De acordo com a própria revista, Época, semanalmente, “vai além das notícias e antecipa tendências”[11]. Sua missão é fazer um jornalismo antenado com o tempo atual e atento para a construção do futuro, além de informar, fazer conhecer e esclarecer dúvidas e questionamentos.

---

[6] http://www.cartacapital.com.br/editora/cartacapital
[7] http://www.cartacapital.com.br/editora/sobre-a-editora

[8] e [9] http://www.cartacapital.com.br/anuncie/media-kit/copy_of_MIDIAKITCARTACAPITAL.pdf
[10] http://corp.editoraglobo.globo.com/historia/
[11] http://anuncie.globo.com/editora-globo/marcas/epoca.html

É uma revista pensada para a inovação, para um jornalismo independente, plural e apartidário. A Editora Globo, responsável pela publicação, acredita no jornalismo como fundamental para a evolução social e pessoal, desejando ser o local onde as pessoas "se informam, aprendem, se divertem, se surpreendem, se encantam, compartilham opiniões e experiências."[12]

Identificamos intrínseco este último pensamento da editora nas três grandes seções que compõem a revista[13]: Tempo, espaço das notícias, do hard news e das reportagens especiais; Ideia, local onde encontram análises e conteúdos com maior aprofundamento; e Vida, com reportagens sobre histórias de vida, serviço e interesse pessoal.

2.4.3 IstoÉ

A revista IstoÉ está há mais de 35 anos no mercado de revistas do Brasil, sua posição assumida é de ser a publicação semanal mais combativa do país. Em sua linha editorial prioriza-se a independência, e "jamais [estar] atrelada a grupos políticos ou econômico"[14].

A publicação busca afirmar seu compromisso com o leitor da veracidade dos acontecimentos, através de um jornalismo democrático, plural e crítico, e da informação independente. Responsável pela publicação da revista, a Editora 3, ressalta, sobre sua missão, "escrever cada palavra, vender e distribuir cada exemplar com o objetivo de ajudar a formar cidadãos mais preparados, críticos e conscientes em relação às pautas mais relevantes do nosso país [...]"[15].

IstoÉ apresenta doze seções[16]: Entrevista, nas conhecidas páginas vermelhas da revista, apresenta-se um personagem para o debate de algum tema relevante; Cartas, espaço de participação do leitor, com sugestões, críticas ou opiniões sobre a publicação ou algum assunto; Istoé.com.br, apresenta um resumo dos destaques do site da revista; Semana, notas sobre os destaques nacionais e internacionais; Brasil Confidencial, notícias sobre a semana na política nacional; Ricardo Boechat, o colunista aborda temas de cultura, esportes, politica e economia; Gente, notas de entretenimento; Leonardo Attuch, coluna com debate sobre os principais assuntos da semana; Olhar,

[12] http://corp.editoraglobo.globo.com/visao-de-jornalismo/
[13] http://editora.globo.com/midiakit/epoca/arquivos/MidiaKit_Epoca.pdf
[14] http://editora3.com.br/istoe.php
[15] http://editora3.com.br/sobrenos.php
[16] http://editora3.com.br/downloads/midiakit_istoe.pdf

quinzenalmente é apresentado ao leitor informações e opinião sobre assuntos pouco abordados; Seu bolso, textos sobre finanças; Cultura, dicas e opinião sobre artes, cinema, músicas e livros; e, por fim, Última Palavra, coluna de opinião e análise de fatos relevantes.

2.4.4 Veja

A revista Veja é a mais antiga entre as publicações que trazemos para analisar, ela teve sua primeira edição lançada em 1968. Seu principal objetivo é ser a revista mais respeitada do país. Seu antigo editor e diretor do grupo Abril, responsável pela publicação da revista, Roberto Civita, ainda complementa o objetivo de Veja,

> Ser a principal publicação brasileira em todos os sentidos. Não apenas em circulação, faturamento publicitário, assinantes, qualidade, competência jornalística, mas também em sua insistência na necessidade de consertar, reformular, repensar e reformar o Brasil. Essa é a missão da revista. Ela existe para que os leitores entendam melhor o mundo em que vivemos. (Roberto Civita)[17].

Como missão, Veja busca produzir um jornalismo com informações e reflexões inéditas, filtrando, avaliando e interpretando o conteúdo que será passado ao leitor. A sua intenção é ampliar o conhecimento e o modo de compreender a sociedade. Além disso, a revista deixa claro seu posicionamento e de seus colaboradores, "não se limitam ao conforto da imparcialidade e travam diariamente um debate intelectual com seus leitores, caracterizando uma marca sólida assentada em uma maneira de ver o mundo"[18].

A revista Veja, apresenta seis grandes eixos: Seções, com carta ao leitor, entrevista, opinião e espaço do leitor; Panorama, com informações rápidas sobre a semana no país e no mundo; Economia; Brasil, reportagens sobre assuntos relevantes do país, normalmente sobre o cenário político; Internacional, reportagens sobre grandes assuntos internacionais; Geral, reportagens sobre ambiente, saúde e tecnologia; e a Artes & Espetáculos, com assuntos do mundo do entretenimento.

[17] e [18] http://www.publiabril.com.br/marcas/veja/plataformas/revista-impressa

CAPÍTULO 3

COBERTURA JORNALÍSTICA DE AMBIENTE E DE DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS

3.1 Jornalismo Ambiental

Embora ainda não exista um consenso a respeito do Jornalismo Ambiental[19], tanto por parte dos profissionais que atuam na área, quanto dos pesquisadores sobre a questão (MORAES, 2008), é possível considerá-lo um tipo de especialização particular, já que sua caracterização não se deve apenas à óbvia vinculação temática. Para além da cobertura de questões ambientais, essa especialidade jornalística busca trabalhar com algumas premissas, tais como: a abordagem sistêmica e transversal, a compreensão dos fatos em sua complexidade e a relação com as diversas esferas da sociedade.

Essa modalidade abarca o processo de apuração, produção, edição e publicação de notícias e informações relacionadas a alguma dimensão do meio ambiente, destinada ao público em geral, ou seja, não especializado. Para Bueno (2008), o Jornalismo Ambiental necessita de um conceito que extrapole o da cobertura científica, assim como também dê conta de superar a falta de contextualização e a defesa de interesses de apenas uma parcela da comunidade científica. O jornalismo sobre o meio ambiente pode ser enquadrado como umas das mais completas e amplas especializações jornalísticas, visto que se insere em todas as áreas, desde as explicitamente apresentadas como de meio ambiente até as relacionadas à ciência, economia, política e cultura.

Para que o Jornalismo Ambiental cumpra de fato seu papel, é necessário, segundo Geraque (2004, apud FERREIRA, 2012, p. 47 e 48), que se aprofunde o assunto e se perceba as diferentes possibilidades para o tema. É preciso, "(...) entrar na espiral de relações que a natureza oferece. Na teia de significações. Na história humana. No povo ribeirinho. Nos grandes empresários". O autor ainda sugere que o profissional que realiza coberturas ambientais deve perceber:

> todas as nuanças e transversalidades para depois exigir dos responsáveis algum tipo de solução, não basta apenas uma ou duas ligações telefônicas. No entanto, analistas ressaltam que a imprensa brasileira ainda não teria "despertado" para o jornalismo ambiental, embora os veículos tradicionais tenham já admitido criar editorias com o nome de "meio ambiente" ou

[19] Apesar de reconhecermos a discussão sobre a diferença de significados entre os termos Jornalismo Ambiental e jornalismo de/sobre meio ambiente, em nosso trabalho optamos por empregar tais expressões como sinônimas, isto é, como referentes à cobertura de questões ambientais de uma forma geral.

> "ecologia", e que profissionais e pesquisadores tenham criado grupos de trabalho para buscar aperfeiçoamento na área. (GERAQUE, 2004 apud FERREIRA, 2012, p. 48).

Devido ao seu caráter inter e multidisciplinar, Massierer (2007) afirma que o conteúdo ambiental não precisa estar limitado a cadernos, programas de rádio ou de televisão especializados no assunto. O meio ambiente deve estar presente diariamente em todas as pautas, "a partir do momento que se entenda fundamental propor a reflexão sobre a qualidade da informação disponibilizada ao público e que se tenha como preocupação a ética e a sustentabilidade da vida no planeta" (MASSIERER, 2007, p.46).

Observamos que a cobertura ambiental, de um modo geral, tem se limitado a noticiar fatos em seu caráter sensacional e pontual, sem a devida contextualização e reflexão sobre as diferentes nuances das problemáticas abordadas. É importante que, a cobertura jornalística não se dedique apenas a estes acontecimentos. Por isso, os fatos não excepcionais e extraordinários, mas de fundamental importância no cotidiano das pessoas, não devem ser deixados em segundo plano, pois não os abordando poderá ocasionar o que, Nunes, Oliveira e Felizola alertam,

> [...] com que a sociedade não se atente para as problemáticas que acontecem diariamente, como a falta de saneamento em determinadas localidades, a falta de um planejamento demográfico, que resulta em um crescimento urbano desordenado, o qual prejudica todo o equilíbrio da fauna, flora, recursos hídricos e energéticos de uma localidade (NUNES, OLIVEIRA e FELIZOLA, 2010, p.3).

O Jornalismo Ambiental deve ser abrangente em relação ao "informar", produzindo uma cultura de prevenção e cuidado com tudo o que é relacionado à natureza, em especial, em casos que envolvam riscos de desastre. Assim, pode alertar a população sobre situações irregulares, ameaças e consequências que determinada ação pode causar, como até mesmo culminar em uma tragédia. Ao mesmo tempo é necessário não deixar a discussão ambiental apenas no âmbito biológico. "É preciso construir uma nova significação em que o ambiente também seja uma categoria sociológica, relativa a uma racionalidade social, configurada por valores comportamentos e saberes, como também por novos potenciais produtivos" (CENCI; PROSSER; ROESLER, 2012, apud MOTTER, 2012, p. 16).

Para que tenhamos uma cobertura ambiental de qualidade é preciso um jornalismo mais engajado político, social e culturalmente, com pluralidade de fontes, com reflexões sobre os problemas ambientais e que não se restrinja a cobrir apenas

eventos catastróficos, que tendem à espetacularização. Também seria ideal que houvesse uma devida especialização e preparação dos repórteres, principalmente quando pensamos em desastres, isto é, em eventos inesperados que afetam o cotidiano não apenas dos cidadãos comuns, como também da própria imprensa.

É importante que o jornalismo perceba que pode servir de alerta ao Poder Público e, principalmente, à população ao produzir uma cobertura ambiental qualificada e preventiva aos desastres. Questões como o andamento de obras e moradias em áreas de risco – identificadas como problemas estruturais pelo olhar ambiental – estão em íntima relação com as catástrofes e desastres. Ao refletir e tornar visíveis tais situações que acometem várias cidades, a prática jornalística se coloca como agente de fiscalização, cobrança e prevenção, juntamente com a vigilância da população e atuação do Poder Público. Montepó (2011, p.6) afirma que este é uns dos princípios básicos do jornalismo, "funcionar como um monitor independente do poder, apresentando um fórum para a crítica pública e o compromisso com o público a que se destina."

Hannigan (2009, apud DAMASCENO, 2013, p.8) ressalta a importância da cobertura jornalística ambiental em dar visibilidade às questões ambientais, "sem a cobertura da mídia, as possibilidades que um problema prévio possa entrar numa arena do discurso público ou se tornar parte do processo político, são bastante reduzidas".

Desta forma, podemos compreender as três funções do jornalismo ambiental apontadas por Bueno (2007). A primeira é a função informativa, responsável por satisfazer a exigência do público de saber os principais assuntos sobre a questão ambiental, levando em conta o que diversas ações e atitudes incidem no meio ambiente e na vida cotidiana. A segunda função sugerida pelo autor se refere ao papel explicativo do Jornalismo Ambiental, ou seja, trata-se da função pedagógica, relacionada à necessidade de contextualização e interpretação de causas, consequências e soluções para problemas ambientais. A última função do jornalismo ambiental é a política, que afirma que o jornalismo deve contribuir para a mobilização da sociedade, para que haja o questionamento sobre ações e interesses, públicos e privados, que impeçam ações de prevenção e favoreçam a omissão e o aumento da gravidade da situação ambiental, principalmente por parte dos governos.

Corroborando as funções sugeridas por Bueno, Bobbio (1992, apud BARROS, 2013, p. 5) apresenta um pensamento sobre movimentos que defendem a natureza, mas que podemos trazê-lo para o Jornalismo Ambiental. Conforme o autor, quem defende os movimentos pela defesa da natureza fazem parte também da defesa pelos direitos

humanos, das liberdades individuais e dos direitos políticos e sociais. Ou seja, mais do que apenas informar ou conhecer técnicas e fontes, como afirma Loose (2010, p.12), o jornalista deve ver o dia-a-dia por outros ângulos e não perder o "caráter cidadão na produção do seu discurso", além de servir como agente de transformação social.

Com base nas questões refletidas acima, com a pesquisa teórica e a revisão bibliográfica sobre a cobertura jornalística de assuntos ambientais, trazemos, por fim, de maneira sistematizada elementos apontados como requisitos principais para um Jornalismo Ambiental de qualidade, que contribui para a verificação, neste quesito, sobre a cobertura sobre as enchentes no Rio de Janeiro, selecionada para a análise do nosso trabalho.

Quadro 1: Requisitos para uma cobertura ambiental de qualidade

REQUISITOS PARA UMA COBERTURA AMBIENTAL DE QUALIDADE
Ser político, social e culturalmente engajado;
Não restringir-se a coberturas de acidentes ambientais que possam ser espetacularizados;
Não restringir-se a fontes oficiais;
As notícias ambientais devem superar a mera denúncia de problemas ambientais, como a poluição ou a devastação, isto é, é preciso aprofundar a discussão sobre os fatos.
O jornalismo ambiental deve ser mais bem estruturado na teoria e na prática, para isso é importante a reflexão sobre o seu papel na sociedade;
É preciso praticar o jornalismo ambiental com um olhar ecológico, sistêmico e inter-relacional;
É preciso conhecimento e aprofundamento de conceitos, para que se possa informar de maneira adequada e aprofundada;
Deve ser um jornalismo investigativo, questionador e engajado;
É fundamental para a cobertura jornalística de temas ambientais ouvir o maior número de fontes possíveis, bem como trazer diferentes vozes para as matérias, ou seja, distintos pontos de vista sobre os fatos.
É necessário repórteres especializados para a cobertura ambiental e a aproximação de jornalistas e cientistas;
Temáticas ambientais podem e devem ser conectadas com perspectivas sociais, históricas, econômicas, tecnológicas, cientificas, internacionais, culturais e sociais.

Mesmo que as revistas que analisamos não se proponham a realizar o Jornalismo Ambiental como um ideário, acreditamos que esse ramo da pesquisa em jornalismo deve ser reconhecido por quem estuda a cobertura de desastres. Os trabalhos que tratam da interface jornalismo-ambiente são relevantes em função das críticas que fazem à

cobertura tradicional e das proposições que elaboram para que a abordagem sobre o meio ambiente seja cada vez mais aprofundada e plural. Compreendemos também, que mesmo os princípios do Jornalismo Ambiental sendo relevantes e fundamentais para qualidade da informação, os interesses, os constrangimentos, a falta de espaço e tempo para abordagens mais complexas, muitas vezes a falta de interesse do veiculo e as rotinas produtivas do exercício jornalístico tradicional impõem aos profissionais a não adesão da perspectiva ambiental em seus textos. Mesmo assim, acreditamos que é uma área de estudo que pode inspirar coberturas de desastres que envolvem o ambiente de maneira mais qualificada.

3.2 Catástrofes, desastres e sua cobertura

Um evento com inúmeras causas e consequências que pode acontecer em qualquer lugar, a qualquer momento tirando o sossego de inúmeras cidades, comunidades e pessoas. Trata-se das catástrofes e dos desastres. Sabemos, ainda, que sem comunicação estes eventos são inexistentes. De acordo com Lozano Ascencio (2004), não é necessário o acontecimento catastrófico para o seu relato, mas o relato sim é necessário para que o evento catastrófico exista:

> las catástrofes no siempre son imprescindibles para que exista su relato, pero éste sí es ineludible para que existan catástrofes; em consecuencia, el momento más importante (em tanto que comprensible y significativo) de las catástrofes no es aquel em el que se leevan a cabo, sino aquel em el que se relatan [...] (Lozano Ascencio, 2009, p. 3).

Catástrofes e desastres ganham destaque na imprensa e despertam o interesse do público por envolverem histórias dramáticas. Segundo Montepó (2011), histórias dramáticas provocam o interesse humano e são usadas pela imprensa para atrair leitores. Para esta autora, “os desastres, entre eles, os ambientais, se enquadram neste nicho, mostrando-se uma oportunidade para arrecadação de proventos e também para divulgar os próprios veículos midiáticos” (2011, p. 21). Além disso, estes eventos expõem de maneira mais abrupta nossas constituições culturais e sociais (CLARKE, 2005, apud AMARAL, 2014).

Os jornalistas têm dificuldades na análise imediata de eventos catastróficos, mas são obrigados, devido às lógicas de produção jornalística, a contextualizar e explicar os acontecimentos de forma imediata, ou seja, torná-los compreensíveis e inteligíveis ao

público. Por causa disso, muitas vezes, a cobertura dos desastres tende ao sensacionalismo e ao catastrofismo.

> [...] em geral, a cobertura de desastres e riscos tem pecado pelo fato de "não incorporar um planejamento adequado, pela ausência prévia de informações qualificadas sobre as causas e consequências, e pelo sensacionalismo que costuma caracterizar a mídia em momentos de crise" (BRASIL, apud BECKER e SANTOS, 2013, p.11).

A maneira superficial com que a imprensa, de forma recorrente, reporta as catástrofes pode resultar em informações equivocadas, definições imprecisas, usos de fontes não confiáveis, além de uma comunicação difusa, características que deveriam ser evitadas, principalmente, em coberturas que envolvam o risco.

Amaral (2014) aponta que a cobertura jornalística de eventos desastrosos já foi mais resumida à contabilização das vítimas e atualmente é voltada para a compreensão do evento com a consulta a fontes autorizadas, a cobrança pela ação dos agentes públicos e a descrição detalhada da vítima. Ainda de acordo com a autora, as catástrofes tendem ao sensacionalismo devido à predominância de imagens, a singularização das vítimas e a falta de indicação das responsabilidades. Além disso, aspectos relevantes para a compreensão destes eventos, como a estrutura e as vulnerabilidades sociais são deixados de lado.

As características percebidas na cobertura de desastres pela imprensa entram em conflito com o raciocínio de Lozano Ascencio (2013), que propõe e indica como a atividade jornalística deveria atuar em acontecimentos desse tipo. O autor afirma que as catástrofes são fortes alicerces narrativos para que se compreenda o meio ambiente, as mudanças climáticas, as vulnerabilidades sociais e os riscos, diferentemente do que encontramos nos relatos midiáticos sobre o assunto.

Por fim, Amaral (2011) nos ajuda a pensar na importância do jornalismo nesses processos de catástrofes e desastres, pois o jornalismo "movimenta vários sentidos que envolvem a relação do homem com o ambiente, a política e a ciência e ajudam a redefinir cotidianamente a realidade" (AMARAL, 2011, p. 4).

Nos próximos itens traremos as definições de catástrofe, desastre e alguns apontamentos sobre o discurso jornalístico e os sentidos produzidos sobre as catástrofes e identificados por outros autores.

3.2.1 O conceito de catástrofe

Em nossa pesquisa, vamos utilizar tanto os aportes teóricos que empregam o termo catástrofe, quanto os que fazem uso da expressão desastre. Os termos muitas vezes são aplicados como sinônimos, mas há diferenças entre eles. A palavra catástrofe é, normalmente, utilizada por estudos mais amplos, com influências da antropologia, que buscam estabelecer a relação do homem com a natureza em momentos de crise. Já o termo desastre é adotado, sobretudo, por trabalhos de caráter técnico, como os relacionados à ação, no Brasil, da Defesa Civil. O vocábulo também aparece em estudos com influência da sociologia, que o identificam como um fenômeno social e não apenas ambiental.

As catástrofes são eventos repentinos que envolvem o meio ambiente em suas diversas dimensões, sendo a principal porta de entrada para as questões ambientais alcançarem o estatuto de acontecimento jornalístico. A palavra catástrofe, segundo Nestrovski e Seligmann- Silva (2000), significa "virada para baixo" (do grego, kata + strophé) e, por definição, é um acontecimento que provoca o trauma. E o trauma, segundo Freud (apud Nestrovski e Seligmann- Silva, 2000, p. 8), é "uma experiência que traz à mente, num período curto de tempo, um aumento de estímulo grande demais para ser absorvido".

Na idade medieval, as catástrofes eram tidas como castigo divino (LOZANO ASCENCIO, 2001). Portanto, nessa perspectiva, elas ocorriam devido aos desígnios, desejos de Deus para punir os pecadores. Segundo Amaral (2012), as catástrofes eram atribuídas à responsabilidade de um Deus impiedoso com a transgressão humana e "associadas a castigos como o dilúvio bíblico" (p.22). Até que, em 1755, com o terremoto e maremoto que ocorreram em Lisboa esta visão Teocêntrica das catástrofes começa a ser questionada e modificada.

Lisboa, extremamente crente no Santo Oficio e nas palavras de Deus, começou a questionar estes preceitos quando a cidade foi atingida pela maior catástrofe da história no Dia de Todos os Santos (SHRADY, 2011 apud AMARAL, 2012). Os ideais cristãos são aos poucos substituídos pelas concepções que trazem o homem como responsável pela catástrofe e esta vai sendo associada às desigualdades sociais.

Ao encontro a estas mudanças, Bauman (2008) afirma que atualmente há uma convergência entre desastre ambiental e social, dois tipos de acontecimentos, antes impensáveis. Já Dupuy (2006) reflete sobre as características sociais das catástrofes,

caracterizando os impactos destes eventos como uma exposição dos homens, "já não fazia sentido falar de «catástrofe natural». *Se o acaso natural existe, e não o podemos impedir, é a vulnerabilidade social que transforma o fenómeno em catástrofe*." (Dupuy, 2006, p.1183; destaques do autor).

Ainda sobre a constituição das catástrofes Lozano Ascencio afirma que as catástrofes são construídas culturalmente, revelando formas de se compreender o relacionamento do homem com a natureza.

> Las crisis y las catástrofes son construciones sociales. Las dimensiones que alcanzam cualquer conflito dependen única y exclusivamente de la transcendência que lês confieram los seres humanos, y em esta operación los médios de comunicación juegan um rol de gran importância al transmitir uma serie de mensajes que contribuyen em la definicion del acontecimento (LOZANO ASCENCIO, 2004, p. 79).

As consequências das catástrofes são de extrema importância, já que os sentidos do acontecimento são construídos pelo o que aconteceu, pelos problemas e transtornos ocorridos e não pelos antecedentes que deram origem à destruição. Grandes acontecimentos ambientais como a catástrofe quebram e perturbam a ordem da vida social, e o relato destes acontecimentos ajuda a restabelecê-la. Por isso, narrar e interpretá-los jornalisticamente é fundamental. O jornalismo, como afirma Mayra Gomes (2004), "apresenta o mundo como ele deve ser visto" e a cobertura das catástrofes auxilia no entendimento do fato e na produção de metacontecimentos[20].

3.2.2 O conceito de desastre

Os desastres, mesmo quando denominados de "naturais" são compreendidos como consequência das relações sociais. De acordo com Marchezini (2014), o desastre é configurado não somente pela ameaça natural, mas também por uma dada organização social.

> O resultado dessa interação entre uma ameaça natural e uma dada organização poderia configurar um desastre, dependendo do reconhecimento público da vivência de uma crise, espacializada a partir de uma quantidade de danos ambientais, materiais e humanos ocorridos num dado *tempo* e *lugar* (MARCHEZINI, 2014, p.175; itálico do autor).

[20] De acordo com os autores, Benetti; Storch e Finatto (2011), metacontecimento é concebido como um evento que diz algo que está *além de si*. Ele transpõe as particularidades do acontecimento relatado. No jornalismo o metacontecimento está associado ao "gancho", aquilo que, em um acontecimento especifico traz de volta e torna novo algo atemporal.

A Política Nacional de Defesa Civil define o desastre como um evento consequente de ações inadequadas, naturais ou provocadas pelo homem, sobre um ambiente frágil e que causa prejuízos humanos, materiais e ambientais, e consequentemente, causa também danos econômicos e sociais. Quanto à sua origem, a Defesa Civil aponta três possíveis: "natural (fenômenos ou desequilíbrios da natureza), humana (ações ou omissões do homem) ou mista (ações ou omissões humanas contribuem para intensificar ou agravar os desastres naturais)" (Guia da Defesa Civil, 2010, p. 61)

De acordo com Santos (2014), o que caracteriza determinado acontecimento como desastre é o fato deste atingir pessoas e gerar prejuízos, qualificando-o não como natural e sim como desastre social. A palavra natural nos desastres indica que não há participação humana nos eventos, determinando que os problemas sejam todos de responsabilidade da natureza.

O relatório *Natural hazards, unnatural disaster* (World Bank; United Nations, apud SANTOS, 2014, p.80), traz uma definição bem alinhada com o que compreendemos como desastre: "terremotos, secas, inundações e tempestades, são ameaças naturais, mas as mortes e os danos são desastres que resultam de atos humanos de omissão e negligência, portanto, não-naturais". Independente de suas singularidades, os desastres revelam ações pessoais e governamentais. Ações que, se tivessem se desenvolvido de outra forma, na ocorrência destes eventos haveria um menor número de vitimas e danos.

Como afirma Paradello (2010), o desastre por si só não é desastroso. O problema é que temos por desastre natural um fenômeno que atinge a vida da população, deixando mortos, prejuízos e destruição em vários graus e o que não percebemos é que este é, na verdade, um desastre social. É um desastre social pelo despreparo e, em alguns casos, falta de interesse da sociedade de maneira geral, para procurar meios que evitem ou minimizem as consequências destes fenômenos.

Bauman (2008, p.102) reflete sobre um ponto importante do desastre ambiental *versus* desastre social, "mesmo os desastres plena e verdadeiramente "naturais", pelos quais os erros de cálculo e gerenciamento humanos não poderiam ser responsabilizados de maneira verossímil, tendem a ser transplantados para o discurso gerencial [...]".Citando o Dupuy (2005), que refletiu sobre um tsunami na Tailândia, ocorrido em 2004, Bauman elucida tal pensamento ao destacar que os desastres naturais acabam em discursos gerenciais, uma vez que revelam o descaso do poder público.

Como exemplo, o tsunami da Tailândia, e até dos casos relatados nas reportagens que analisamos, as autoridades foram avisadas dos possíveis acontecimentos e não emitiram alerta a população, no caso da Tailândia por não quererem prejudicar a indústria turística no país, e no Brasil por pensarem que as chuvas não atingiriam o acumulado apontado pelos especialistas. Após o ocorrido se justificaram culpando os equipamentos por imprecisão, a falta de investimento governamental, entre outros, revelando desastres, que poderiam ser vistos apenas como uma mazela ambiental, como desastres sociais. Suas consequências só foram tão grandiosas por culpa da falta de ação humana.

Se pensássemos nos desastres como meramente fenômenos ambientais, ainda sim eles seriam fenômenos sociais e continuariam sendo produtos humanos, pois como afirma Bauman, referindo-se ao Furacão Katrina, "embora o furacão em si não fosse um produto humano, suas *consequências para os seres humanos* obviamente foram" (BAUMAN, 2008, p.104; itálico do autor).

Reforçando o pensamento de Bauman, Arriscado Nunes, em sua fala no Seminário Desnaturalização dos desastres e mobilização comunitária: novo regime de produção do saber[21], afirma que não existe precisamente um desastre natural, "em diferentes momentos, existem sempre intervenções humanas, ou de organizações ou de fatores sociais que levam a uma catástrofe". Da mesma forma, João Claudio Salazar, consultor em Gestão de Risco e Desastres e Redes do Chile, que também participou do evento, explica que os eventos naturais, como a chuva ou um terremoto não são de todo mal, pois são apenas acontecimentos e destaca, "o desastre provocamos nós".

Diante disso, os desastres acabam revelando problemas que durante muito tempo ficaram "esquecidos", a saber: a omissão do poder público diante das ocupações irregulares, construções em encostas, falta de drenagem adequada, falta de politicas públicas voltadas à moradia e de planejamento urbano. Além disso, esses eventos contribuem para o crescimento da indiferença social por aqueles que deveriam minimizar estes problemas.

[21] O "Seminário Desnaturalização dos desastres e mobilização comunitária: novo regime de produção do saber" aconteceu em outubro de 2015 no Rio de Janeiro. A fala do professor da Universidade de Coimbra, João Arriscado Nunes, está disponível em: http://www.ecodebate.com.br/2015/10/20/desastres-naturais-sao-fenomenos-politicos-dizem-especialistas/

3.2.3 Os discursos sobre os desastres

Após o caos instalado pelo desastre é preciso, pelo menos em partes, buscar uma referência para o reestabelecimento. A mídia, muitas vezes, faz a referência necessária, por isso pensar suas construções é fundamental. É importante pensarmos no que afirma Becker e Santos (2013), que só através da informação qualificada é possível reduzir os eventos desastrosos. E para que isso aconteça é necessário reconhecer e qualificar os riscos existentes e trabalhar para a diminuição da

> probabilidade e a intensidade da ameaça (prenúncio ou indícios de um evento desastroso) e reduzindo as vulnerabilidades (condições determinadas por fatores ou processos físicos, sociais, econômicos e ambientais que aumentam a suscetibilidade e exposição de uma comunidade ao impacto de ameaças) (BECKER; SANTOS, 2013, p.7).

As reportagens devem priorizar o entendimento e o interesse público (BECKER; SANTOS, 2013), sem se deixar levar pelo desejo do aumento da audiência através da exploração do drama vivido pelas vítimas dos acontecimentos. Já discutimos anteriormente as características que as reportagens jornalísticas de revista e ambiental devem ter, - texto reflexivo, com aprofundamento, contextualizado, com pluralidade de vozes, não tendendo ao catastrofismo, com informações precisas e corretas - aqui buscamos refletir sobre como a imprensa fala sobre os desastres, tendo como referência principal a pesquisa realizada por Amaral (2014) sobre as mesmas revistas que analisamos, embora em um período mais longo.

A autora destaca que há três grandes formações discursivas que remetem as causas, forças e frequências dos desastres reportados pelas revistas nos últimos anos, são elas: *Afogados no descaso*, que são os discursos de culpabilização do poder público e que indicam que os desastres já são rotineiros; *A fúria da natureza*, que são significações acerca da fatalidade dos desastres, o agente externo - meio ambiente - é indicado como o causador do evento; e *Fomos nós que fizemos a chuva*, que constrói a ideia de que o homem e o aquecimento global são os responsáveis pelo desastre.

A pesquisa de Amaral indica que são predominantes os discursos que destacam a culpa do poder público pelos desastres, e que esta formação discursiva é composta por cinco famílias parafrásticas: *Omissão do poder público*, nesta família as sequências demonstram que a omissão, a negligência e as irregularidades por parte do poder público são as culpadas pelo desastre. A segunda Família Parafrástica desta formação

discursiva é *O desastre do planejamento*, destacando que a tragédia é culpa da falta de prevenção e de tecnologias que possam alertar sobre possíveis eventos climáticos. A terceira, *Todo desastre tem várias causas*, apontam a complexidade dos problemas revelando que as suas causas são "difusas e multifatoriais" (AMARAL, 2014, p.9).

A quarta Família Parafrástica, *Os mortos de janeiro*, indica que as tragédias ambientais já são rotineiras e que sua repetição é devido a falta de ações preventivas. Por fim, a última família constituinte dessa formação discursiva é *Banho de lama na civilização*, que expõe a tragédia como fruto da fragilidade da população e as revistas aparecem como agentes de cobranças sociais, cobranças de prevenção, melhor preparação para enfrentar estes eventos, denúncia irregularidades e questiona a ocupação irregular do solo.

A segunda Formação Discursiva mais produzida pelas revistas é a *Fúria da natureza* composta por duas famílias parafrásticas: *A força da natureza é incontrolável*, remetendo a responsabilidade do desastre a própria natureza. Esta família é considerada também a porta de entrada do jornalismo nestes assuntos, "é de grande valor-notícia para o jornalismo" (AMARAL, 2014, p. 10). A segunda família que constitui essa FD é *Todos os anos a natureza mostra sua força*, que naturaliza os eventos catastróficos, mostrando, assim como *Os mortos de janeiro*, que o evento é rotina.

A terceira Formação Discursiva encontrada a partir do mapeamento dos sentidos produzidos sobre os desastres naturais na pesquisa da autora é a *Fomos nós que fizemos a chuva*, composto pela Família Parafrástica de mesmo nome. Nessa família estão inseridas todas as sequências que remetem ao homem e o desrespeito desse com a natureza como culpados pelos eventos catastróficos.

Em suas conclusões a autora nos alerta de que a cobertura realizada pelas revistas "fica circunscrita a uma concepção de risco de um ponto de vista gerencial. E nenhuma sublinha os problemas estruturais" (AMARAL, 2014, p.16). O discurso ambiental é baseado em uma lógica administrativa. Aspectos como sustentabilidade e mudanças necessárias para minimizar estes eventos não são abordados. A estrutura social de mobilização e cobrança do poder público para que resultem em políticas públicas, também não são discutidas, embora a autora afirme que eventualmente esta questão aparece.

Amaral (2014) destaca ainda que há um olhar reduzido sobre a vulnerabilidade social, na cobertura das revistas. Tal característica é importante destacarmos, pois, principalmente nos desastres como os que acontecem no Brasil esse é o principal fator

de determinação em relação aos atingidos, e por isso, deveriam receber mais atenção da mídia. Por fim, a autora resume o contexto da cobertura midiática de desastres atualmente: “dá conta da ideia de que a catástrofe não é apenas “natural”, mas desastre social ainda é apresentado de maneira frágil” (AMARAL, 2014, p17).

Na sequência, começamos a pensar sobre os discursos que normalmente são produzidos sobre as vítimas em situações de desastres socioambientais.

3.3 O discurso sobre as vítimas

O discurso sobre a vítima não é único, mas variável, visto que a partir de diferentes condições de produção discursiva, é possível construir múltiplos sentidos. Contudo, percebemos que, na maioria das vezes, os discursos tornam o afetado mais vulnerável e exposto ao outros tipos de sofrimento, para além dos ocasionados pelo desastre, como o julgamento e a exclusão social.

Bauman (2008) afirma que muito antes de serem vítimas de desastres, os afetados são vítimas do descaso do poder público. Tomando como exemplo o furacão Katrina, que aconteceu nos Estados Unidos em 2005, o autor explica que as pessoas que mais sofreram com as consequências do evento “já eram os dejetos da ordem e o lixo da modernização; vítimas da manutenção da ordem e do progresso econômico, dois empreendimentos eminentemente humanos” (BAUMAN, 2008, p.105).

Podemos usar as ideias do autor sobre este evento para pensarmos o desastre em que nos propomos verificar. Os brasileiros que mais sofreram com a tragédia do Rio de Janeiro e sofrem com desastres ditos “naturais” em nosso país, são parte dos “dejetos da ordem”, como se refere Bauman (2008), são pessoas de baixa renda, dependentes de assistência governamental, que vivem em situações insalubres. São os que sofrem o que Valencio (2012, p. 56) chama de “processos de vulnerabilização”, ou seja, “relação sociopolítica de violência que esgarça o direito do outro e, no bojo da qual, o projeto de bem-estar de parte da nação nutre-se do mal-estar provocado à parte restante”.

As principais vítimas das catástrofes e desastres são os vulneráveis, que desde sempre foram renegados pelas autoridades públicas. “Muito antes de se encontrarem no finalzinho da lista de preocupações prioritárias das autoridades responsáveis pela segurança dos cidadãos, tinham sido exiladas para as margens das preocupações (e da agenda política) de autoridades [...]” (BAUMAN, 2008, p.105).

O mesmo autor ainda afirma que as catástrofes são seletivas, que há uma escolha de quais vidas são merecedoras de serem vividas,

> A luta moderna para desabilitar as calamidades naturais segue o padrão dos processos da construção da ordem e do progresso econômico: seja por ação ou omissão, divide a humanidade entre as categorias dignas de atenção e as *unwertes Leben* – as vidas dignas de serem vividas. Em consequência, também é especializada na distribuição desigual dos medos – qualquer que seja a causa especifica do medo em questão (BAUMAN, 2008, p.107; itálico do autor).

Por fim, na luta por quem deve sobreviver aos desastres, Bauman ainda afirma que o desfecho dessa disputa aos temores da sociedade é sua "*redistribuição social* e não sua *redução em volume*" (BAUMAN, 2008, p.107; itálico do autor).

A construção de sentidos sobre o desastre e suas respectivas vítimas se deve, em grande medida, pelos relatos jornalísticos, mas não é uma exclusividade da imprensa. Atualmente, o discurso sobre as vítimas, segundo Valencio (2010), em especial o da Defesa Civil, que deveria zelar pela vida e segurança dos vulneráveis, situa os próprios afetados como responsáveis pelo ocorrido e desconsideram a complexidade social de uma catástrofe ambiental. "Diante o desastre vivenciado, as interpretações da defesa civil invisibilizam a responsabilidade pública pelo ocorrido e imputam-na aos próprios afetados." (VALENCIO, 2010, p. 751).

Valencio, que prefere utilizar o termo "afetado" ao invés de vítimas, afirma que a ideia vigente parte do pressuposto de que os afetados devem zelar por sua própria segurança e conseguir condições básicas de sobrevivência. Logo, o Estado e o poder público ficam destituídos de suas obrigações. As vítimas se tornam mais vítimas ao serem consideradas ignorantes e a catástrofe obra da incompetência dos afetados para interagirem com o ambiente.

> Os processos de discriminação e preconceito que redundam da naturalização de uma territorialização injusta até os dias recentes provêm da eficácia dos jogos assimétricos de linguagem, isto é, das formações discursivas que antecedem e transcendem o viés de classe e escorrem pelos meandros do Estado para compor, nas falas e nos procedimentos do seu corpo técnico, a desqualificação continua dos sujeitos vulneráveis que, por fim, se verão afetados severamente nos desastres (VALENCIO, 2010, p.755 e 756).

A imprensa, por sua vez, tem, cada vez mais, a preocupação em produzir um relato singular sobre as vítimas, principalmente em relação aos seus depoimentos (AMARAL, 2013). E, de acordo com Ponte (2004, p. 126), esta obsessão com a

singularidade de cada pessoa e história atingida "serve de paliativo para contornar discussões sérias dos factores sociais e econômicos subjacentes, actuando como um aspecto de uma ideologia hegemónica de representação [...]".

A reportagem jornalística busca testemunhos de vítimas que relatem características, angústias, medos, dores e cheiros para que, através da aproximação e experiência se tenha o tom da veracidade. Além disso, os relatos midiáticos sobre as vítimas busca fazer com que com os leitores se sensibilizem e compadeçam com os acontecimentos, tornando-se vítimas virtuais.

O conceito de vítima virtual, de acordo com Paulo Vaz (2010), se refere quando a audiência não é mais percebida como uma camada da população feliz e responsável politicamente pelos que sofrem e sim como vítimas potenciais.

> No caso da produção da vítima virtual, especialmente em eventos de grande repercussão midiática, é importante que os sofredores não sejam anônimos e que as notícias contenham diversos detalhes de sua vida pessoal, tanto para favorecer a identificação da audiência com a vítima, como para constituí-la em sua inocência (VAZ, 2010, p.7).

O sofrimento da vítima é sempre causado por algo ou alguém. O alguém é, normalmente, o agente público que deveria ser responsável por evitar os sofrimentos, mas não o fazem por incompetência ou negligência. De acordo com o pensamento de Vaz, Cardoso e Felix (2012), as informações e descrições detalhadas servem, em alguns casos, para destacar a ingenuidade das vítimas e facilitar o reconhecimento do público com os sofredores.

Valencio (2012) ainda reflete sobre a evocação do "dia do desastre". A autora fala do tema relacionando-o as autoridades, mas podemos perceber alguns percursos e significados entrelaçados com o discurso jornalístico. De acordo com a autora, o discurso de "dia do desastre" é usado para que o imaginário social remeta o acontecimento desastroso a uma fatalidade, um evento trágico, dessa forma, garante-se

> [...] que o público não faça inferências tidas como descabidas, isto é, que atrele inconvenientemente aquela ocorrência aos similares que propagam país afora, tampouco os atrele às forças maiores que atuam na vampirização da máquina pública e na inviabilização da justiça social expressas em desigualdades territorialmente identificáveis (VALENCIO, 2012, p.21).

Logo, são esquecidas as relações sócio-históricas que vulnerabilizaram a maioria dos afetados no evento, e aponta-se, novamente, as vítimas como culpadas de suas

escolhas e de sua própria tragédia. E, mais uma vez, não se reflete sobre as responsabilidades dos poderes públicos.

Tudo que está além do "dia do desastre", ainda de acordo com Valencio, não é de interesse da "sociedade do espetáculo" (2012, p. 21) e vira apenas um horizonte insignificante sobre as vítimas. Na sequência apresentamos três formações discursivas apresentadas por Valencio (2010) produzidas pelos agentes da Defesa Civil em momentos de crise e que serviram de base para a nossa análise sobre o discurso das revistas sobre as vítimas.

3.3.1 Enunciados de Imprevidência, Fatalidade ou Superação

Ao construir sentidos sobre os afetados, o discurso das fontes oficiais acaba criando abismos sociais ainda maiores do que aqueles que os afetados já se encontram, devido à sua situação econômica, lugar onde vivem, além das questões de raça e gênero. Valencio (2010) indica três enunciados que são produzidos pelas frações de Estado, responsáveis pelo planejamento da emergência e operativamente no lugar da destruição, são eles: Enunciado de Imprevidência, da Fatalidade e da Superação em relação às vítimas dos desastres.

No enunciado da Imprevidência, o afetado está ciente do risco, mas mesmo assim não se prepara para enfrentá-lo. Para Valencio (2010), o ato de atribuir culpa aos afetados pelos danos e prejuízos deixados pelo desastre é parte de uma Formação Discursiva com três propósitos mais evidentes: ocultar a omissão e/ou ineficácia do Estado como responsável e apenas legitimar sua aparição perante o fato consumado; negar os direitos da pessoa, julgando-a sumariamente junto à opinião pública; desviar a atenção pública do contexto maior da injustiça ambiental e da falta de soluções dos conflitos relacionados à terra, no meio urbano e rural.

O enunciado da Fatalidade também busca ocultar a omissão do Estado, além da ordem social desigual que acaba culminando em processos de territorialização precária de um número significativo de pessoas, tornando-os assim mais vulneráveis aos desastres. Não faz incidir a nenhum órgão a responsabilidade pertinente a "um evento adverso de caráter multidimensional, como, no geral, são os desastres." (2010, p. 757). Ao referenciar Bauman (1999, apud Valencio, 2010), a autora afirma que separação dos poderes é a fonte primária da força da modernidade para que os problemas não se ajustem jamais na agenda e muitas vezes sua discussão seja adiada indefinidamente. O

enunciado da fatalidade remete-se, sobretudo, a um acontecimento imprevisível, uma desgraça. Portanto, é uma estratégia para encontrar desculpas em torno das omissões de responsabilidades.

> Quando os afetados, no fluxo inverso ao da aceitação de sua imprevidência, apontam os erros do Estado, este se exime e se justifica através de vários argumentos: ausência de recursos materiais para antecipar cenários; ausência de vontade política do secretariado de habitação, de obras públicas, de assistência social, de saúde, de obras públicas e demais, obstruindo suas recomendações para adoção de medidas preventivas ou preparativas; e outras. A pulverização de atribuições técnicas auxilia a que nenhuma instituição envolvida direta ou indiretamente nas emergências seja identificada como portador de uma inépcia causal do desastre e seus agentes saem incólumes, reforçando, portanto, os enunciados que impedem que o Estado seja sujeito de responsabilidade. Há, ainda, a utilização do enunciado da fatalidade pelo sistema sociotécnico de defesa civil para compor-se, ele próprio, na cena como um sujeito vulnerável, exigindo para si recursos materiais para se fortalecer e atender melhor o cidadão em evento futuro (Valencio, 2010, p. 757).

Já o enunciado da Superação deve ser pensado como a privatização da segurança pública, como se refere Bauman (apud Valencio, 2010). Ou seja, ao perceber as mazelas sociais que o acomete, além do próprio desastre, o afetado não busca a mobilização social para a redefinição da realidade e da ordem e sim, inicia um processo de aceitação da sua situação e "deflagra o aceite e a espetacularização de seu conformismo". (Valencio, 2010, p. 758).

O enunciado da Superação também é desencadeado quando o afetado vive situações desumanizantes em abrigos provisórios fornecidos pelo governo e é destituído de sua vida privada. Na época do desastre analisado pelo presente estudo, completamente despreparado, o governo do Rio de Janeiro, improvisou em ginásios e galpões 'moradias' para atender a população que teve sua casa destruída. Famílias inteiras foram levadas para estes locais, sem terem suas individualidades consideradas, principalmente naquele momento de sofrimento. O aluguel social[22], tido como uma solução, um ano após a tragédia não era recebido por muitas famílias[23].

Sobre os abrigos provisórios, Valencio (2012, p.166) ainda afirma que

> Contentar-se, no abrigo, com a qualidade mais inóspita de "ração" que lhe seja fornecida; com o mais fino colchão que se lhe foi doado para que se

[22] O aluguel social é um benefício temporário concedido a famílias que foram removidas de áreas de risco, estão desabrigadas devido a risco temporário ou calamidade pública ou tiveram que deixar suas casas devido a obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). O benefício, de até R$ 500, pode ser concedido por até 12 meses. (Fonte: Governo do Rio de Janeiro, disponível em: http://www.rj.gov.br/web/seasdh/exibeconteudo?article-id=1519686)

[23] Informação do Jornal Extra. Disponível em: http://extra.globo.com/noticias/rio/tragedia-regiao-serrana-2011/tragedia-na-regiao-serrana-moradores-clamam-por-ajuda-5689769.html

> durma sobre ele no piso frio; com as roupas usadas que lhe são entregues; com o uso de sanitários imundos e sem material de higiene; com as regras de silêncio, de trânsito interno e de uso do espaço que lhe são impostas, muitas vezes sob gritos, faz parte do dia a dia de dissolução de uma memória em torno da autonomia na produção de regras na esfera privada.

Ao nos inspiramos nos três enunciados construídos por Valencio (2010), buscamos investigar se eles também se encontram presentes no discurso das revistas sobre as vítimas dos desastres. Como a autora não aprofunda o conceito de enunciado e o utiliza dentro de um trabalho de viés sociológico, vamos compreender os enunciados sistematizados por ela como regiões (ou núcleos) de sentido reincidentes, que se aproximam, na Análise do Discurso de linha francesa, com o conceito de paráfrase e de Famílias Parafrásticas, que explicamos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4
O QUE AS REVISTAS NOS DIZEM

Já pontuamos no segundo capítulo que o discurso jornalístico é resultado de diversas interações, trocas e constrangimentos determinados, ou seja, trata-se de um gênero discursivo particular (BENETTI, 2010), com características específicas. Os sentidos que circulam nos conteúdos jornalísticos não são oriundos apenas dos procedimentos da prática (apuração, narração e edição dos textos), mas, sobretudo, das constantes relações do campo jornalístico com outros campos sociais.

O discurso é imbricado de sentidos constituídos pelo o que Orlandi (2002) classifica como interdiscurso, isto é, o já dito e já esquecido que influencia o modo como o sujeito significa os processos discursivos. Por objetivarmos verificar como são construídos os sentidos sobre as vítimas, causas e responsabilidades de desastres no discurso do jornalismo de revista, empregamos contributos da Análise do Discurso de linha francesa. Buscamos este aporte teórico-metodológico, visto que através dele podemos compreender o jornalismo como um lugar de circulação e formação de sentidos, com afirma Benetti (2007).

Segundo Orlandi (1996), num primeiro momento, a análise deve se concentrar na apreensão de paráfrases, estabelecendo a relação de determinado dizer com outros dizeres. Dessa maneira, agrupam-se os enunciados em Famílias Parafrásticas por meio de expressões que constroem um caminho em direção a um sentido comum, demonstrando que o dizer sempre pode ser outro. Cabe ressaltarmos que, as Famílias Parafrásticas identificadas são nomeadas como enunciados-síntese. A partir deles, localizamos as Formações Discursivas (FD) para remetê-las às correspondentes Formações Ideológicas. A ideia de Formação Discursiva facilita a compreensão do processo de produção de sentidos, estando necessariamente imbricada a determinadas ideologias.

Pensarmos em Formação Discursiva é fundamental, pois é através dela que compreendemos o processo de produção de sentidos em relação à ideologia e que podemos demarcar certas regularidades no texto, visando identificar marcas do processo discursivo. Estas regularidades (ordens, premissas e expressões) são o que Benetti (2007) chama de “região de sentidos”. Em nossa pesquisa, os núcleos de sentidos são compreendidos como conjuntos de enunciados com sentidos em comum, nomeadas famílias parafrásticas (FPs). Tais redes parafrásticas sustentam um saber discursivo e

por meio da repetição têm a função de estabilizar os sentidos. Como se trata de uma monografia de graduação, nossa análise chegará apenas até as Famílias Parafrásticas e deixaremos as Formações Discursivas e Ideológicas para um outro momento do estudo.

Procuramos analisar os sentidos com o entendimento de que eles não estão presos no texto, mas em constante movimento na sociedade e nos gestos de interpretação dos dizeres. Também levamos em consideração que as formações ideológicas – existentes anterior e exteriormente ao nosso objeto investigado – se materializam nos discursos por meio das formações discursivas.

O que muda em nosso trabalho é que em vez de sistematizarmos as nossas próprias familias parafrásticas, baseamo-nos em enunciados propostos por Valencio (2010) quando esta reflete sobre as formas como o Poder Público trata das vítimas. Ou seja, estes enunciados são, para nós, Famílias Parafrásticas que também podem ser encontradas no discurso jornalístico.

Para a constituição do *corpus*, fizemos previamente uma pesquisa *online* dos índices das revistas no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2012 em busca de reportagens que tratassem do assunto, para depois buscarmos os exemplares impressos. De grande parte das reportagens que constituem o *corpus*, já tínhamos as revistas, devido às pesquisas realizadas pelo grupo de pesquisa. Buscamos as edições que não possuíamos nas bases da biblioteca da UFSM. Apenas uma reportagem, da Revista IstoÉ, não encontramos impressa e essa, portanto, foi extraída do site da revista, que dava acesso ao texto publicado.

No que se refere à análise, iniciamos a partir dos enunciados-síntese propostos por Norma Valencio (2010): *Enunciado de Imprevidência, Enunciado da Fatalidade e Enunciado da Superação*, para a classificação das sequências discursivas encontradas nas reportagens. Os enunciados elencados pela autora já nos indicam algumas possíveis formações discursivas relacionadas à questão do poder público, enfatizando sentidos como a omissão e a ineficácia do Estado perante os desastres e a desigualdade social.

Através de tais enunciados, é possível verificar se as categorias da autora dão conta de explicar os acontecimentos e se ainda são evidenciados no discurso jornalístico sobre as vítimas. Buscamos, então, investigar se estes enunciados aparecem nas revistas analisadas e de que forma são construídos e articulados. Procuramos, também, nas publicações Carta Capital, Época, IstoÉ e Veja, outros possíveis enunciados sobre as vítimas não apontados pela autora.

Para que consigamos verificar a presença ou não dos enunciados apontados por Valencio, nos baseamos em um protocolo de análise com aspectos que incluem também outros pontos além dos já sistematizados pela pesquisadora, Por isso, elaboramos algumas questões, a saber: *de que forma a vítima é descrita pela revista?* (como é vista pela sociedade: dona de casa, mãe de família; carpinteiro, filho exemplar)**;** *Como a vítima é identificada na revista?* (adjetivos: vítima, mortos, civilização)**;** *Como as vítimas se descrevem?; Como a vítima se refere ao poder público?; Quem/o que é responsabilizado pelo desastre?*

Com base em nosso protocolo de análise, a partir do mapeamento realizado nas revistas, destacamos todas as Sequências Discursivas (SDs) que se encaixavam em nossos questionamentos. Em seguida, após uma primeira reflexão sobre cada trecho, estas sequências foram distribuídas nos enunciados propostos por Valencio. Por meio dessa primeira análise, percebemos que os textos buscavam construir outros sentidos, para além dos propostos pela autora e que nos encaminhariam para uma compreensão mais ampla de como as revistas (re) constroem os desastres. Por isso, dois novos enunciados passaram a integrar parte da nossa pesquisa: *Identificação da Culpa do Poder Público* e *Vulnerabilidade Social*.

Como os dois primeiros enunciados (*Enunciado da Imprevidência e da Fatalidade*) dizem respeito, também, às causas dos desastres, criamos o enunciado *Identificação da Culpa do Poder Público*. Assim, visamos compreender como as revistas se posicionam em relação à culpa das autoridades sobre os desastres. Já o enunciado *Vulnerabilidade Social* é mobilizado para verificarmos se os problemas sociais são discutidos e refletidos pelas revistas.

Para que pudéssemos contabilizar os resultados de acordo com o que propomos, separamos os enunciados em dois grupos: *Enunciados referentes às vítimas,* no qual fazem parte apenas os enunciados propostos por Valencio e *Enunciados referentes às causas e responsabilidades,* composto pelos enunciados *Identificação da Culpa do Poder Público* e *Vulnerabilidade Social*. Nos enunciados referentes às vítimas, contabilizamos 94 sequências discursivas e nos enunciados referentes às causas e responsabilidades, chegamos ao total de 63 sequências discursivas. Realizamos as contabilizações dos resultados considerando o número total de SDs encontradas em cada um destes grupos, para que pudéssemos verificar e comparar nossos resultados, principalmente, com o que é proposto por Valencio e assim, de fato, perceber de que modo as suas observações são verificáveis no discurso jornalístico. É importante

destacar que algumas SDs mapeadas em nosso estudo foram classificadas em mais de um enunciado.

4.1 Enunciados referentes às vítimas

4.1.1 A descrição das vítimas

A partir dos anos 60, de acordo com Paulo Vaz (2010) a narrativa sobre as vítimas passa por uma mudança devido ao contexto histórico da época. É quando os veículos jornalísticos começam a buscar um sentimento de identificação da vítima com a audiência. Surge, então, a política da vítima virtual e a ideia de que qualquer um pode vir a se tornar vítima também. Analisar como são descritos os afetados nos ajuda a entender como estes são identificados e caracterizados pelas revistas, bem como as mudanças ocorridas na Política da Piedade para a Vítima Virtual[24]. Nas 53 sequências classificadas como *descrição das vítimas*, observamos que todas as pessoas apresentadas têm nome, idade, ocupação e parentesco. Isso se relaciona com o que Vaz, Cardoso e Felix (2012) ressaltam sobre o fato de ser na singularidade de cada história, destacando a vida e a felicidade das pessoas, que acontecem as generalizações e a identificação com o drama vivido. Observamos isto em uma SD de IstoÉ, que relata a busca de um dos sobreviventes por seus familiares que foram soterrados:

[24] Vaz (2010) historiciza o conceito de vítima, mostrando que ele se modifica ao longo do tempo, e que a política da piedade está sendo substituída pela politica da vitima virtual. A politica da piedade iniciou na Revolução Francesa (1789) e sua maior característica é o reconhecimento do sofrimento do outro. A partir da década de 1960, devido ao contexto histórico da época, como o fim da Segunda Guerra Mundial, a audiência passa a não ser mais percebida como uma camada da população feliz e responsável politicamente pelos que sofrem e sim como vítimas potenciais.

Brasil ESPECIAL

A CHUVA ERA PREVISTA. MAS NÃO HOUVE PREVENÇÃO, FISCALIZAÇÃO NAS OCUPAÇÕES DAS ENCOSTAS NEM PLANOS DE CONTINGÊNCIA. O RESULTADO DE TANTO DESCASO FOI A MAIOR CATÁSTROFE DA HISTÓRIA DO BRASIL

Francisco Alves Filho, de Nova Friburgo; Wilson Aquino, de Teresópolis; e Rafael Teixeira, do Rio de Janeiro

Foi tudo muito rápido, como sempre é. Não se passou uma dúzia de horas entre o início do que parecia ser mais uma simples tempestade de verão e as avalanches de lama, pedras e paus que colocaram fim à vida de mais de 500 pessoas e devastaram cidades inteiras da região serrana do Rio de Janeiro. Foi assim, de repente, que a cadeia de montanhas que encantam os cariocas há mais de um século abandonou a aparência solida e se liquefez. No caminho entre as escarpas íngremes e verdes da Serra do Mar até os vales que a formam, a terra em estado líquido não fez distinção e levou com ela tudo o que estava à sua frente: árvores, pedras, casas, carros e uma quantidade aterradora de vidas. Quando amanheceu, o mundo ali era outro. Em Teresópolis, onde antes havia casas, ruas, escolas, um macabro cemitério ao livre surgiu. O charmoso centro de Nova Friburgo deu lugar a uma camada espessa de lama, detritos e entulhos, escondendo sob ela dezenas de corpos. Em São José do Vale do Rio Preto, o riacho que corta a cidade e serviu de inspiração para Tom Jobim escrever os célebres versos de "Águas de Março" transformou-se em uma correnteira de águas caudalosas, que com sua força destruiu casas, pontes e vidas. Foi assim, com uma rapidez e uma fúria impressionantes, que a maior tragédia natural da história brasileira encontrou seu desfecho numa típica noite quente e úmida de verão.

Sua gênese, no entanto, foi lenta e gradual, e o resultado, previsível. Marcada por características geológicas e climáticas instáveis, a região serrana do Rio de Janeiro está acostumada a recolher corpos sob a terra úmida. Tem sido assim desde as primeiras ocupações, mostram relatos de dom Pedro II, que, como faz hoje a elite carioca, subia à serra para fugir do calor inclemente que castiga a cidade do Rio de Janeiro no verão. Nem mesmo a carnificina de 1967, quando 300 pessoas morreram nas mesmas situações de agora, foi o bastante para se aceitar que, ali, a natureza não se intimida para determinar o curso da vida. Até agora, o resultado dessas tragédias se resume a uma ladainha cíclica de promessas que raramente se traduzem em ações concretas e que sempre terminam nos cemitérios. Foi assim em 1967, como foi em 2008, em Santa Catarina, ou no ano

"Resgatei o braço de uma criança"

O contador Luiz Otávio de Souza, 39 anos, foi procurar seus tios e uma prima, mas até a noite da quinta-feira 13 não havia localizado os corpos de seus parentes soterrados nos escombros de um edifício em Nova Friburgo. "Eles só podem estar mortos. Não há o que fazer", lamenta Souza. "Até agora só consegui encontrar um homem morto e resgatei o braço de uma criança. É muito triste." O contador imaginava que seus parentes estivessem seguros em uma área de classe média alta da cidade.

"O contador Luiz Otávio de Souza, de 39 anos, foi procurar seus tios e uma prima, mas até a noite da quinta-feira 12 não havia localizado os corpos de seus parentes soterrados nos escombros de um edifício em Nova Friburgo."

Figura 1: Descrição das vítimas- singularidade (Revista IstoÉ; p.44- legenda foto- 19 de janeiro de 2011)

Verificamos também a importância dos relatos sobre os impactos do desastre na vida de cada pessoa, delegando um efeito de verdade e realidade para a reportagem, além do tom de dramaticidade. A revista Veja usa desse recurso ao relatar a situação das vítimas após a perda de familiares. Além dos impactos, o discurso da revista reforça o efeito de realidade ao reportar que esteve no local e presenciou uma das cenas descritas:

RAGÉDIA
AÇÕES

O advogado Samuel Guerra e Silva, de 43 anos, ainda chora muito. Chora pelo momento em que lembrou que sua mãe, sua irmã e três de seus sobrinhos ainda estavam na casa vizinha à sua, e constatou que ela simplesmente desaparecera. E chora quando se recorda de que, às escuras em sua cama, ao lado da mulher, ouviu um forte estrondo — e, no instante seguinte, percebeu que o barulho fora só o prenúncio da avalanche de lama que arrancou das fundações toda a parte de trás da casa confortável que ele tinha em Nova Friburgo. E que, assim, obliterou o quarto em que dormiam sua filha Maria Vitória, de 14 anos, e a sobrinha Manuela, de 13. Há três semanas, o advogado revisitou com a reportagem de VEJA os escombros de sua casa. E desabou, ao encontrar, no meio do entulho, os patins de Maria Vitória. "Sonhei tanto em levá-la ao altar", disse. Pode-se imaginar que o choro copioso de Silva é a reação mais comum entre os sobreviventes da tragédia que, em 12 de janeiro, deixou mais de 900 mortos e 400 desaparecidos na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro. Não é. É apenas uma delas — e não é nem sequer a única reação que o próprio advogado vem experimentando. Nas semanas seguintes àquela madrugada, ele foi incansável na distribuição de donativos aos sobreviventes. Silva ganhou hospedagem na casa de um tio, centenas de pessoas permanecem amontoadas em abrigos temporários. Ele pôde sepultar a filha querida; muitas outras famílias não recuperaram os corpos de seus parentes e não tiveram esse consolo fundamental. Em sua dor, enfim, o advogado entende que pode haver dores ainda mais desesperadoras. "Estou aqui para ajudar. Senão, teria sido levado também", diz Silva.

Esse altruísmo e essa necessidade de doar-se são também eles respostas frequentes ao luto: movem pais que perderam filhos para a ação de criminosos a militar contra a violência, e motivam parentes de vítimas de doenças fatais a mobilizar-se na busca de uma cura. Em tragédias coletivas, como a da serra fluminense, são ainda mais presentes — nessas situações, dizem os estudiosos, grandes redes de luto solidário formam-se de maneira imediata e espontânea. Mas igualmente comuns, e esperadas, são outras reações ilustradas pelos personagens desta reportagem. Por exemplo, a apatia, o olhar

"Acho que minha filha não sabia quanto eu a amava"

De mãos dadas com a esposa, a cozinheira **Rosemeri Marques de Oliveira**, de 43 anos, o pedreiro **Roberto da Costa Marcello**, de 38, se senta sobre o colchão do abrigo onde está morando temporariamente com os três filhos. Está cabisbaixo e tem o olhar vazio. Viu a casa da filha de 16 anos ruir instantes antes de conseguir resgatá-la, junto com o marido e o filho, de apenas 5 dias, para um local mais seguro. *"Todo mundo diz que a culpa não foi nossa. Mas, se tivéssemos chegado antes, teria dado tempo"*, diz Marcello. Outra lembrança o assombra. *"Tenho quase certeza de que ouvi o bebê chorar, mas antes de procurá-lo resgatei uma senhora e os três filhos dela. Depois disso, não ouvi mais o choro. Não cheguei a segurá-lo no colo nem uma vez sequer"*, conta ele, aos prantos. Para a psiquiatra Tânia Maria Alves, coordenadora do ambulatório de luto do Hospital das Clínicas, em São Paulo, a culpa é um sentimento incrente ao luto. *"É comum que o enlutado entre em um processo de verificação, no qual se pergunta o que poderia ter feito para evitar a morte. Com o tempo, esse sentimento tende a se dissipar"*, diz Tânia. Enquanto esse alívio não vem, Marcello sofre um desânimo devastador. *"Minha vontade, às vezes, é desistir de tudo. Sushi. Acordo de madrugada, lembro de tudo o que passamos juntos e começo a chorar. Minha filha fazia tudo para mim: cortava meu cabelo, fazia minha barba. Acho que ela não tinha ideia do quanto eu a amava."*

veja | 23 DE FEVEREIRO, 2011 | 99

Figura 2: Descrição das Vítimas- efeito de verdade (Revista Veja; p.99- 23 de fevereiro de 2011)

"O advogado Samuel Guerra e Silva, de 43 anos, ainda chora muito. Chora pelo momento em que lembrou que sua mãe, sua irmã e três de seus sobrinhos ainda estavam na casa vizinha à sua, e constatou que ela simplesmente desaparecera. E chora quando se recorda de que, às escuras em sua cama, ao lado da mulher, ouviu um forte estrondo – e, no instante seguinte, percebeu que o barulho fora só o prenúncio da avalanche de lama que arrancou das fundações toda a parte de trás da casa confortável que ele tinha em Nova Friburgo. E que, assim, obliterou o quarto em que dormiam sua filha Maria Vitória, de 14 anos, e a sobrinha Manuela, de 13. Há três semanas, o advogado revisitou com a reportagem de VEJA os escombros de sua casa. E desabou, ao encontrar, no meio do entulho, os patins de Maria Vitória."

As revistas passam a ideia de perplexidade para com a força da natureza, relatam a destruição dos locais onde ocorreram os desastres:

Vida

TRAGÉDIA

Revista Época
9 de janeiro 2012
edição 712

Um raio que caiu duas vezes

Na mesma região onde 900 pessoas morreram no ano passado, as vítimas das enchentes sabem que a culpa não é só da natureza

Nelito Fernandes, de Nova Friburgo e Teresópolis, e **Leopoldo Mateus**, da Zona da Mata

No livro de Jó, um dos mais belos e dramáticos da *Bíblia*, um homem temente a Deus perde fortuna, saúde e dinheiro por interferência de Satanás. Na foto ao lado, a dona de casa Conceni Florindo, de 38 anos, olha para o vazio depois de um turbilhão de tribulações. Há sete anos ela vem construindo o imóvel de dois andares que aparece ao fundo na foto. A casa fica na Rua José Pedro Goreti, em Nova Friburgo, a 150 quilômetros do Rio de Janeiro. É um lugar bucólico, entre um córrego e uma montanha repleta de verde. A temperatura média anual é de 16 graus, um convite para atividades ao ar livre. Ali, as crianças brincavam sem preocupação, ao som dos canários-da-terra que habitam a mata. Hoje, o lugar parece uma cidade fantasma. Por dois anos seguidos, o bairro de Córrego Dantas foi devastado pela chuva. A primeira vez foi em janeiro do ano passado, quando pelo menos 900 pessoas morreram na região serrana do Rio, numa das maiores tragédias naturais da história brasileira. O pequeno córrego que deu o nome ao povoado e trouxe os primeiros moradores virou um caudaloso rio. Parte da montanha veio abaixo. A beleza natural que era seu maior atrativo foi também a causa da tragédia: espremida entre o riacho e a montanha, a rua foi engolida pela água. Só a última residência, no fim da Pedro Goreti, ainda tem uma família. É de lá que Conceni olha o cenário devastado, pedindo aos céus não só a proteção de Deus, mas também uma trégua na chuva que caiu durante a semana inteira, matando sete pessoas e deixando 44 mil desabrigados no Rio de Janeiro e em Minas Gerais.

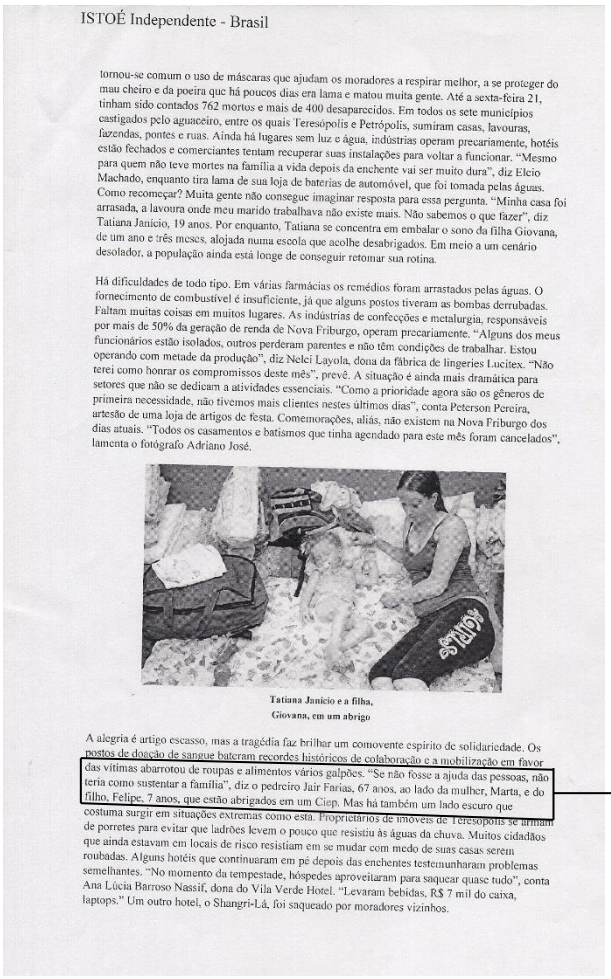
Na *Bíblia*, Jó se questiona sobre quem seria o culpado das desventuras de sua vida. As vítimas das enchentes, como Conceni, sabem que a natureza não é a única culpada por seus infortúnios – no caso, as chuvas que, pelo segundo ano consecutivo, castigaram a região serrana do Rio de Janeiro. E que, ao longo da semana, provocaram morte e destruição também nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. As razões do que aconteceu a Conceni e a vários outros moradores da região são complexas – entre elas, o loteamento das verbas federais usando critérios mais políticos do que planejamento ou pareceres técnicos *(leia o respeito no início na seção Opinião)*. A isso se soma a corrupção pura e simples. O resultado dessa conta perversa é o que se viu na semana passada. O raio caiu duas vezes nos mesmos lugares: a cidade de Nova Friburgo e o sonho de Conceni.

CENÁRIO DEVASTADO
A dona de casa Conceni Florindo diante da casa que vem construindo há sete anos. Ela viu a rua em que mora ser engolida pela água

"Cenário devastado. A dona de casa Conceni Florindo diante da casa que vem construindo há sete anos. Ela viu a rua em que mora ser engolida pela água."

Figura 3: Descrição das vítimas- perplexidade com a força da natureza (Revista Época; p.84- legenda foto- 9 de janeiro de 2012).

As dificuldades econômicas que os afetados sofrem devido ao desastre e o estado emocional das famílias também são retratados pelas publicações.



ISTOÉ Independente - Brasil

tornou-se comum o uso de máscaras que ajudam os moradores a respirar melhor, a se proteger do mau cheiro e da poeira que há poucos dias era lama e matou muita gente. Até a sexta-feira 21, tinham sido contados 762 mortos e mais de 400 desaparecidos. Em todos os sete municípios castigados pelo aguaceiro, entre os quais Teresopolis e Petrópolis, sumiram casas, lavouras, fazendas, pontes e ruas. Ainda há lugares sem luz e água, indústrias operam precariamente, hotéis estão fechados e comerciantes tentam recuperar suas instalações para voltar a funcionar. "Mesmo para quem não teve mortes na família a vida depois da enchente vai ser muito dura", diz Elcio Machado, enquanto tira lama de sua loja de baterias de automóvel, que foi tomada pelas águas. Como recomeçar? Muita gente não consegue imaginar resposta para essa pergunta. "Minha casa foi arrasada, a lavoura onde meu marido trabalhava não existe mais. Não sabemos o que fazer", diz Tatiana Janício, 19 anos. Por enquanto, Tatiana se concentra em embalar o sono da filha Giovana, de um ano e três meses, alojada numa escola que acolhe desabrigados. Em meio a um cenário desolador, a população ainda está longe de conseguir retomar sua rotina.

Há dificuldades de todo tipo. Em várias farmácias os remédios foram arrastados pelas águas. O fornecimento de combustível é insuficiente, já que alguns postos tiveram as bombas derrubadas. Faltam muitas coisas em muitos lugares. As indústrias de confecções e metalurgia, responsáveis por mais de 50% da geração de renda de Nova Friburgo, operam precariamente. "Alguns dos meus funcionários estão isolados, outros perderam parentes e não têm condições de trabalhar. Estou operando com metade da produção", diz Nelci Layola, dona da fábrica de lingeries Lucítex. "Não terei como honrar os compromissos deste mês", prevê. A situação é ainda mais dramática para setores que não se dedicam a atividades essenciais. "Como a prioridade agora são os gêneros de primeira necessidade, não tivemos mais clientes nestes últimos dias", conta Peterson Pereira, artesão de uma loja de artigos de festa. Comemorações, aliás, não existem na Nova Friburgo dos dias atuais. "Todos os casamentos e batismos que tinha agendado para este mês foram cancelados", lamenta o fotógrafo Adriano José.

Tatiana Janício e a filha, Giovana, em um abrigo

A alegria é artigo escasso, mas a tragédia faz brilhar um comovente espírito de solidariedade. Os postos de doação de sangue bateram recordes históricos de colaboração e a mobilização em favor das vítimas abarrotou de roupas e alimentos vários galpões. "Se não fosse a ajuda das pessoas, não teria como sustentar a família", diz o pedreiro Jair Farias, 67 anos, ao lado da mulher, Marta, e do filho, Felipe, 7 anos, que estão abrigados em um Ciep. Mas há também um lado escuro que costuma surgir em situações extremas como esta. Proprietários de imóveis de Teresópolis se armam de porretes para evitar que ladrões levem o pouco que resistiu às águas da chuva. Muitos cidadãos que ainda estavam em locais de risco resistiam em se mudar com medo de suas casas serem roubadas. Alguns hotéis que continuaram em pé depois das enchentes testemunharam problemas semelhantes. "No momento da tempestade, hóspedes aproveitaram para saquear quase tudo", conta Ana Lúcia Barroso Nassif, dona do Vila Verde Hotel. "Levaram bebidas, R$ 7 mil do caixa, laptops." Um outro hotel, o Shangri-Lá, foi saqueado por moradores vizinhos.

"Se não fosse a ajuda das pessoas, não teria como sustentar a família", diz o pedreiro Jair Farias, 67 anos, ao lado da mulher, Marta, e do filho, Felipe, 7 anos, que estão abrigados em um Ciep."

Figrua 4: Descrição das vítimas- situação econômica (Revista IstoÉ- retirada da internet- 26 de janeiro de 2011)

Algumas SDs destacam que as vítimas não foram somente os moradores de áreas de risco e de moradias irregulares, mas também moradores de residências da classe média e alta. A revista Carta Capital faz um relato sobre condomínios da classe alta que foram atingidos:

Seu País

O desastre. Do planejamento

CHUVAS 2 | A tragédia expõe os vícios de um modelo baseado no vale-tudo urbano

POR LUIZ CESAR DE QUEIROZ RIBEIRO*

QUANDO FOI O último desastre? Angra dos Reis? Morro do Bumba? Santa Catarina? Já perdemos as referências diante de tantos incidentes climáticos que assolaram o País. Os mais recentes, na região serrana do Rio de Janeiro, impactam pela extensão e gravidade. Também porque desfazem a visão preconceituosa de que são apenas os pobres e as moradias irregulares os atingidos por esses fenômenos. Condomínios de classe média alta desapareceram sob um mar de lama, pedras e detritos.

Somente uma burocracia técnica forte e valorizada poderá pôr fim ao *laissez-faire* que impera nas cidades

Alcance. *Desta vez, os pobres não foram os únicos afetados pelos deslizamentos e inundações*

As autoridades públicas explicam tais tragédias, invariavelmente, como as consequências de eventos climáticos incomuns, fora dos padrões previstos. Atribuem a culpa ainda à suposta irracionalidade da população, que aceita morar em áreas de risco. Desencadeiam-se, então, verdadeiras operações emergenciais. Engenheiros, bombeiros, policiais e técnicos são mobilizados de maneira excepcional para diminuir os estragos.

Desta vez, o governo federal chamou para si a responsabilidade de tomar a iniciativa quanto às ações preventivas. Na segunda-feira 17, a Presidência da República anunciou a criação do Sistema Nacional de Prevenção e Alerta de Desastres Naturais. A previsão é a de que ele esteja em funcionamento integral em quatro anos. No entanto, os dados das áreas de risco mais críticas já deveriam estar disponíveis no próximo verão. E esse sistema, por si só, não basta.

A intensidade e a extensão dos desastres não ocorrem por ausência de informações mais precisas, muito embora elas sejam imprescindíveis para mitigar os efeitos. A raiz do problema está na precariedade das cidades. Não é novidade que o espaço urbano foi e continua a ser apropriado à margem da regulação pública, dos planos diretores, das leis de uso e ocupação do solo. Impera um verdadeiro *laissez-faire*, reproduzido não apenas nas áreas pobres, mas também naquelas habitadas por setores de alta renda.

A explicação para a fragilidade das catástrofes que assolam as nossas improvisadas cidades é padrão catastrófico de gestão urbana. A reconhecida fragilidade institucional das nossas prefeituras resulta da inexistência de mecanismos de gestão fundados no universalismo de procedimentos. Torna-se necessária a construção de uma burocracia técnica para exercer o importante papel de racionalização política, capaz de se impor como mediadora no jogo dos interesses particulares.

É a adoção do universalismo de procedimentos que permite à administração funcionar sob baixa influência do jogo político imediato e particularista. Como já mostraram várias análises das relações entre Estado e sociedade, a constituição de burocracias com estas características ocorreu apenas nas áreas de interesses das classes capitalistas, como forma de proteger os pedaços do Estado que asseguram as condições gerais da acumulação de capital. Fenômeno que o cientista político Edson Nunes chamou de insulamento burocrático. São exemplos, ainda hoje, de ilhas de racionalidade técnica o BNDES, o Banco Central, os ministérios da Fazenda e do Planejamento. Nos outros setores de atuação do Estado, aqueles cuja função é atender às necessidades sociais, pouco ou nada foi feito nessa direção.

No organização atual do chamado pacto federativo, cabe às prefeituras cuidar da gestão urbana. Desde o início

24 WWW.CARTACAPITAL.COM.BR

"Já perdemos as referências diante de tantos incidentes climáticos que assolaram o País. Os mais recentes, na região serrana do Rio de Janeiro, impactam pela extensão e gravidade. Também porque desfazem a visão preconceituosa de que são apenas os pobres e as moradias irregulares os atingidos por estes fenômenos. Condomínios de classe média alta desapareceram sob o mar de lama, pedras e detritos."

Figura 5: Descrição das vítimas- classe média e alta também foi afetada (Revista Carta Capital; p.24- 26 de janeiro de 2011).

A seguir, elucidamos e trazemos exemplos de cada enunciado. Apresentamos os números das sequências discursivas por enunciado e por revista analisada.

4.1.2 Enunciado da Imprevidência

O *Enunciado da Imprevidência*, de acordo com Valencio (2010) indica a própria vítima do desastre como culpada pela sua situação. A vítima está ciente do que pode acontecer, do lugar onde vive, da chuva intensa, mas mesmo assim não se prepara para evitar a tragédia. Ao identificarmos tal enunciado, compreendemos que os sentidos construídos vão ao encontro da ideia de que é responsabilidade da vítima prover segurança para si própria e para sua família. É dela a incumbência em relação aos danos e prejuízos ocorridos.

Dentre os três enunciados propostos pela autora, este é o que aparece com menor número de ocorrências, apenas 9 (9,78% do total por enunciado). E a revista IstoÉ é a que mais apresenta SDs enquadradas a partir desse enunciado. Na revista Veja, a vítima aparece como culpada pela sua própria situação em apenas uma sequência

discursiva. E ao referir-se à vítima, a publicação aborda a decisão dos moradores não deixarem suas casas em momentos de crise. É a publicação, juntamente com a Carta Capital, que fala sobre a irracionalidade da população, com menos ocorrências do *Enunciado da Imprevidência*, quando comparadas com as outras publicações (11,11%).

No quadro a seguir, podemos verificar o número de SDs encontradas no *Enunciado da Imprevidência* e o percentual que cada revista representa em relação ao total de sequências analisadas neste enunciado.

Quadro 2 - Números do Enunciado da Imprevidência com base nas SDs do enunciado

	Percentual de SDs/ ocorrências do enunciado	
Enunciado da Imprevidência	IstoÉ	44,44% (4 ocorrências)
	Época	33,33% (3 ocorrências)
	Carta Capital	11,11% (1 ocorrência)
	Veja	11,11% (1 ocorrência)

Valencio (2012) afirma que o discurso de culpabilização das vítimas produzido anteriormente ao desastre serve para legitimar as falas do poder público quando se trata de segurança pública e de evacuação de áreas de risco, com a expectativa de que os afetados não iram resistir à ordem de deixar o local. A autora afirma, "[...] é um discurso que resiste a reconhecer a participação direta dos setores afluentes na fabricação das ameaças com aos *[sic]* quais os perdedores [afetados] terão que lidar." (Valencio 2012, p.61)

Nas sequências analisadas, podemos perceber que o *Enunciado da Imprevidência* apresenta duas ideias centrais: a primeira é sobre as pessoas morarem em áreas de risco, ignorando as ameaças que o local oferece. Isso pode ser detectado na seguinte SD em Época:

DEVASTAÇÃO SEM PRECEDENTES
1. Uma rua de Nova Friburgo tomada pela "correnteza de lama" que desceu dos morros e soterrou os carros estacionados. 2. Valas abertas para enterrar os mortos no Cemitério Municipal Carlinda Berlim, em Teresópolis 3. A presidenta Dilma Rousseff e o governador Sérgio Cabral no helicóptero durante o sobrevoo para avaliar as dimensões do desastre 4. Moradores de Nova Friburgo tentam recolher latas ainda intactas de alimentos que foram dispensadas por comerciantes 5. Em Teresópolis, parentes e amigos de vítimas se aglomeram na porta do Instituto Médico-Legal para reconhecer os corpos retirados dos escombros

certo volume, é preciso agir como quem está diante de uma ameaça real, em vez de esperar pelas consequências."

Na semana passada, ficou comprovada a falta de preparo das autoridades para se antecipar a desastres naturais. A previsão de chuva foi captada pelos radares do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), mas repassada de forma vaga pela Secretaria Nacional de Defesa Civil no início da tarde de terça-feira às prefeituras da região serrana, aos bombeiros e à Secretaria Especial de Ordem Pública. O alerta dizia "condições meteorológicas favoráveis à ocorrência de chuvas moderadas ou fortes". Não parece um aviso capaz de justificar uma retirada em massa dos moradores. "Não houve aviso de que poderia haver aquela tragédia", diz o prefeito de Teresópolis, Jorge Mário (PT). Mesmo nas cidades em que o alerta veio, como Nova Friburgo, onde um equipamento monitora o aumento do nível dos rios, a população não foi avisada. "Tem de haver um treinamento prévio para que as pessoas sejam avisadas", afirma o secretário do Meio Ambiente do Rio, Carlos Minc.

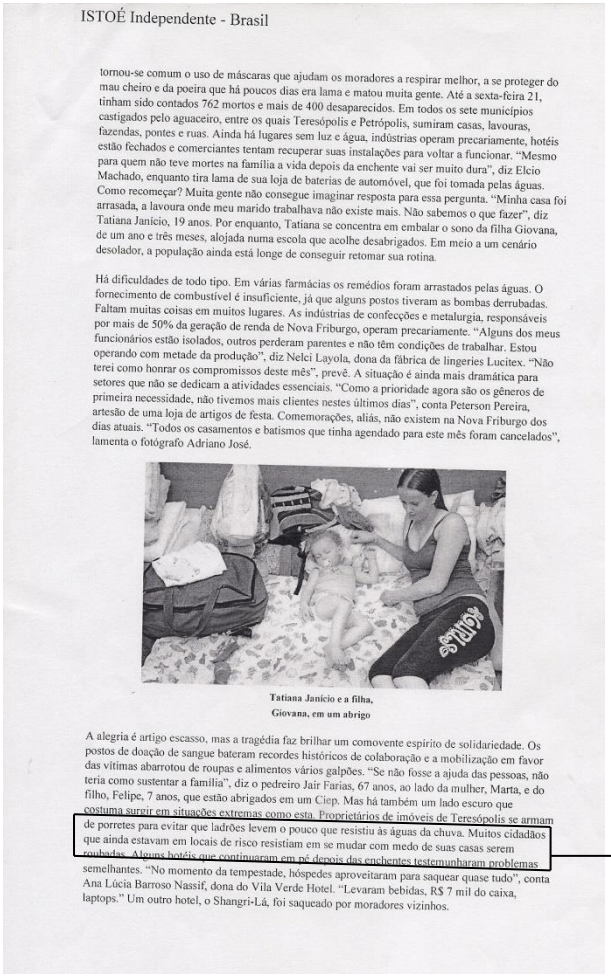
Os alertas são apenas um componente da prevenção. Antes deles, é preciso disciplinar a ocupação do solo de forma radical. Como disse a presidenta Dilma Rousseff, que sobrevoou a região com o governador do Rio, Sérgio Cabral, construções irregulares são a regra, e não exceção no país. Ao anunciar a liberação de R$ 780 milhões emergenciais para ajudar as áreas atingidas, Dilma deixou claro que pretende endereçar a maior parte do dinheiro não para refazer o que se perdeu, e sim para obras de caráter preventivo.

A Proposta de Emenda Constitucional nº 285, de julho de 2008, prevê vincular entre 1% e 2% dos recursos orçamentários da União, dos Estados e municípios a seus Fundos de Habitação de Interesse Social. As moradias seriam tratadas como direito do cidadão. Só nas três cidades mais atingidas pelos deslizamentos há pelo menos 5 mil casas em áreas de risco. O governo do Rio já mapeou os locais onde deveriam ser feitas remoções, mas os moradores conseguem liminares na justiça para não sair de suas casas. Uma ocupação mais racional das áreas de encosta poderia ter evitado centenas de mortes. Nas próximas páginas, apresentamos as principais causas da tragédia, alguns dramas que chocaram o país e o que especialistas recomendam para evitar que isso se repita.

"O governo do Rio já mapeou os locais onde deveriam ser feitas remoções, mas os moradores conseguem liminares na justiça para não sair de suas casas. Uma ocupação mais racional das áreas de encosta poderia ter evitado centenas de mortes."

Figura 6: Enunciado da Imprevidência- morar em área de risco (Revista Época; p.29- 17 de janeiro de 2011).

A segunda ideia que encontramos relacionada ao *Enunciado da Imprevidência* refere-se aos moradores que se recusam a deixar suas casas por medo de furtos. Como registra a SD de IstoÉ:



ISTOÉ Independente - Brasil

tornou-se comum o uso de máscaras que ajudam os moradores a respirar melhor, a se proteger do mau cheiro e da poeira que há poucos dias era lama e matou muita gente. Até a sexta-feira 21, tinham sido contados 762 mortos e mais de 400 desaparecidos. Em todos os sete municípios castigados pelo aguaceiro, entre os quais Teresópolis e Petrópolis, sumiram casas, lavouras, fazendas, pontes e ruas. Ainda há lugares sem luz e água, indústrias operam precariamente, hotéis estão fechados e comerciantes tentam recuperar suas instalações para voltar a funcionar. "Mesmo para quem não teve mortes na família a vida depois da enchente vai ser muito dura", diz Elcio Machado, enquanto tira lama de sua loja de baterias de automóvel, que foi tomada pelas águas. Como recomeçar? Muita gente não consegue imaginar resposta para essa pergunta. "Minha casa foi arrasada, a lavoura onde meu marido trabalhava não existe mais. Não sabemos o que fazer", diz Tatiana Janício, 19 anos. Por enquanto, Tatiana se concentra em embalar o sono da filha Giovana, de um ano e três meses, alojada numa escola que acolhe desabrigados. Em meio a um cenário desolador, a população ainda está longe de conseguir retomar sua rotina.

Há dificuldades de todo tipo. Em várias farmácias os remédios foram arrastados pelas águas. O fornecimento de combustível é insuficiente, já que alguns postos tiveram as bombas derrubadas. Faltam muitas coisas em muitos lugares. As indústrias de confecções e metalurgia, responsáveis por mais de 50% da geração de renda de Nova Friburgo, operam precariamente. "Alguns dos meus funcionários estão isolados, outros perderam parentes e não têm condições de trabalhar. Estou operando com metade da produção", diz Nelci Layola, dona da fábrica de lingeries Lucitex. "Não terei como honrar os compromissos deste mês", prevê. A situação é ainda mais dramática para setores que não se dedicam a atividades essenciais. "Como a prioridade agora são os gêneros de primeira necessidade, não tivemos mais clientes nestes últimos dias", conta Peterson Pereira, artesão de uma loja de artigos de festa. Comemorações, aliás, não existem na Nova Friburgo dos dias atuais. "Todos os casamentos e batismos que tinha agendado para este mês foram cancelados", lamenta o fotógrafo Adriano José.

Tatiana Janício e a filha, Giovana, em um abrigo

A alegria é artigo escasso, mas a tragédia faz brilhar um comovente espírito de solidariedade. Os postos de doação de sangue bateram recordes históricos de colaboração e a mobilização em favor das vítimas abarrotou de roupas e alimentos vários galpões. "Se não fosse a ajuda das pessoas, não teria como sustentar a família", diz o pedreiro Jair Farias, 67 anos, ao lado da mulher, Marta, e do filho, Felipe, 7 anos, que estão abrigados em um Ciep. Mas há também um lado escuro que costuma surgir em situações extremas como esta. Proprietários de imóveis de Teresópolis se armam de porretes para evitar que ladrões levem o pouco que resistiu às águas da chuva. Muitos cidadãos que ainda estavam em locais de risco resistiam em se mudar com medo de suas casas serem roubadas. Alguns hotéis que continuaram em pé depois das enchentes testemunharam problemas semelhantes. "No momento da tempestade, hóspedes aproveitaram para saquear quase tudo", conta Ana Lúcia Barroso Nassif, dona do Vila Verde Hotel. "Levaram bebidas, R$ 7 mil do caixa, laptops." Um outro hotel, o Shangri-Lá, foi saqueado por moradores vizinhos.

"Muitos cidadãos que ainda estavam em locais de risco resistiam em se mudar com medo de suas casas serem roubadas."

Figura 7: Enunciado da Imprevidência- medo de assaltados (Revista IstoÉ; retirada da internet; 26 de janeiro de 2011)

Cardoso (2006, apud VALENCIO 2012, p.67) ainda afirma que há, na verdade, uma aproximação "moralizadora", que busca contrapor o pensamento científico das práticas da população, "buscando identificar as "irracionalidades" cognitivas, de forma a ampliar a eficácia do discurso científico na alteração dos comportamentos". Há, em resumo, uma transferência de responsabilidades, onde cada sujeito é responsável pelo risco que vive e não as instituições.

4.1.3 Enunciado da Fatalidade

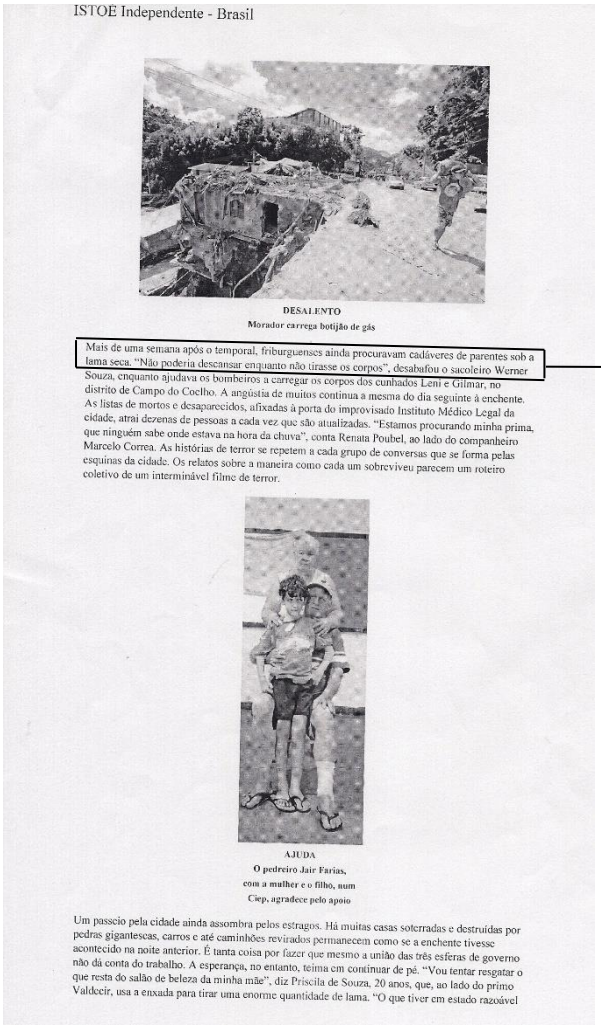
O *Enunciado da Fatalidade* refere-se a um acontecimento imprevisível, uma situação causada pela fúria e força da natureza, incapaz de ser contida ou prevista. Não cabe a nenhuma pessoa ou órgão público a responsabilidade pelos danos e prejuízos causados pelo desastre. O meio ambiente é a único culpado por todas as vidas afetadas.

O discurso das revistas analisadas relacionou, prioritariamente, à natureza a culpa pelo desastre. As SDs do *Enunciado da Fatalidade* representam 57,60% do total de ocorrências dos enunciados (53 ocorrências). Dentre as ocorrências do enunciado, a revista Carta Capital é a que menos apresenta sequências discursivas que tratam do fatalismo do desastre, e a revista IstoÉ é a com maior número de sequências.

Quadro 3 - Números do Enunciado da Fatalidade com base nas SDs do enunciado

	Percentual de SDs/ ocorrências do enunciado	
Enunciado da Fatalidade	IstoÉ	32,07% (17 ocorrências)
	Época	30,18% (16 ocorrências)
	Veja	20,75% (11 ocorrências)
	Carta Capital	16,98% (9 ocorrências)

A partir das sequências analisadas, podemos perceber o uso de expressões marcantes para caracterizar a grande proporção do desastre, como na revista com maior número de ocorrências, IstoÉ,



ISTOÉ Independente - Brasil

DESALENTO
Morador carrega botijão de gás

Mais de uma semana após o temporal, friburguenses ainda procuravam cadáveres de parentes sob a lama seca. "Não poderia descansar enquanto não tirasse os corpos", desabafou o sacoleiro Werner Souza, enquanto ajudava os bombeiros a carregar os corpos dos cunhados Leni e Gilmar, no distrito de Campo do Coelho. A angústia de muitos continua a mesma do dia seguinte à enchente. As listas de mortos e desaparecidos, afixadas à porta do improvisado Instituto Médico Legal da cidade, atrai dezenas de pessoas a cada vez que são atualizadas. "Estamos procurando minha prima, que ninguém sabe onde estava na hora da chuva", conta Renata Poubel, ao lado do companheiro Marcelo Correa. As histórias de terror se repetem a cada grupo de conversas que se forma pelas esquinas da cidade. Os relatos sobre a maneira como cada um sobreviveu parecem um roteiro coletivo de um interminável filme de terror.

AJUDA
O pedreiro Jair Farias, com a mulher e o filho, num Ciep, agradece pelo apoio

Um passeio pela cidade ainda assombra pelos estragos. Há muitas casas soterradas e destruídas por pedras gigantescas, carros e até caminhões revirados permanecem como se a enchente tivesse acontecido na noite anterior. É tanta coisa por fazer que mesmo a união das três esferas de governo não dá conta do trabalho. A esperança, no entanto, teima em continuar de pé. "Vou tentar resgatar o que resta do salão de beleza da minha mãe", diz Priscila de Souza, 20 anos, que, ao lado do primo Valdecir, usa a enxada para tirar uma enorme quantidade de lama. "O que tiver em estado razoável

"Mais de uma semana após o temporal, friburguenses ainda procuravam cadáveres de parentes sob a lama seca."

Figura 8: Enunciado da Fatalidade- características que dimensionam os estragos da chuva (Revista IstoÉ; retirada da internet; 26 de janeiro de 2011).

Verificamos também a constante utilização de dados para dimensionar o desastre, como na revista Época. Em algumas reportagens podemos encontrar também infográficos que comparam a tragédia com outras já ocorridas, como por exemplo, as que buscam explicar as origens da tragédia e qual o percurso da água da chuva.

"Há 45 anos não caía tanta água na região serrana. Em 24 horas, choveu o esperado para 25 dias em Nova Friburgo."

Figura 9: Enunciado da Fatalidade- uso de dados para dimensionar o acontecimento (Revista Época; p.30 e 31- 17 de janeiro de 2011)

Ou em Carta Capital, afirmando que os dados que o poder público possuía não davam conta de todas as regiões que foram atingidas:

Seu País

De fato, o fenômeno observado nas cidades fluminenses é atípico. Em Nova Friburgo, por exemplo, choveu, em apenas 24 horas, o volume esperado para 25 dias. A região não recebia descarga de água tão intensa há 45 anos. "Muitas áreas atingidas nem sequer eram apontadas anteriormente como de risco. Penso até que a forma de conceituar áreas de risco precisa ser revista", afirma Luiz Pinguelli Rosa, diretor da Coppe/UFRJ. Nem por isso é possível justificar um número tão expressivo de mortes.

É consenso entre os especialistas que a calamidade poderia ter sido minimizada ou mesmo evitada se o Brasil tivesse um sistema de prevenção de catástrofes minimamente eficiente, como anunciou, agora, às pressas, o governo federal. O projeto prevê a instalação e modernização de equipamentos meteorológicos, como radares e pluviômetros, capazes de prever a ocorrência de chuvas intensas com precisão, mecanismos de alerta à população e um mapeamento geológico das áreas de risco – atualmente estimadas em mais de 500 em todo o País. A promessa é que o sistema comece a ser implantado já no segundo semestre. O governo prevê que levará quatro anos para implantá-lo completamente.

Propostas semelhantes foram entregues pela Coppe ao governo federal ainda em 2008, a pedido de Lula, após a tragédia em Santa Catarina, que deixou 135 mortes. De lá para cá, no entanto, quase nada foi feito. "Não houve qualquer medida sistemática", lamenta Rosa, que se reuniu com Mercadante na segunda-feira 17, para discutir propostas de como prevenir e, na pior das hipóteses, mitigar os danos das catástrofes. Por ora, nada garante que, passada a temporada de chuvas, a questão não cairá novamente no esquecimento. "Do ponto de vista da defesa civil, o que aconteceu na região serrana foi uma vergonha nacional", resume o especialista da Coppe.

Em que pese o fato de a Austrália ser um país plano e com menor densidade populacional, é impossível não comparar os efeitos da chuva lá e cá. Tal como aqui, as inundações no estado de Queensland devastaram cidades inteiras, mas o saldo de mortos foi muito inferior: 20. A diferença? Um sistema de alerta eficiente, aliado à organização das localidades em risco para evacuar e providenciar abrigo às pessoas atingidas.

Não se pode lançar mão do argumento de que o Brasil não tenha experiência em desastres naturais. Embora raros, fenômenos como o ocorrido na região serrana do Rio não são inéditos. Rápida pesquisa mostra que os últimos anos da década de 1960 foram marcados por uma série de eventos tão ou mais fatais que os de 2011. Em janeiro de 1966, enchentes e deslizamentos deixaram 350 mortos e aproximadamente 50 mil desabrigados nos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Era um prenúncio para o que viria a acontecer em 1967, ano marcado por tragédias tanto no Rio quanto em São Paulo. Em janeiro daquele ano, um deslizamento na Rua General Glicério, no bairro de Laranjeiras, soterrou uma casa e dois edifícios, deixando ao menos 200 mortos e 300 feridos na capital fluminense. Deslizamentos provocados pelos temporais daquele mês mataram, aproximadamente 1,7, mil habitantes na Serra das Araras, ainda que cerca de 1,4 mil corpos nunca tenham sido

Os deslizamentos e inundações eram inevitáveis, mas um sistema eficiente de alerta e defesa civil teria poupado vidas

Imediatismo. *Dilma Rousseff e Sérgio Cabral anunciam medidas de emergência. Nada mais. Em São Paulo, convocam-se reenfoques*

20 WWW.CARTACAPITAL.COM.BR

"Muitas áreas atingidas nem se quer eram apontadas anteriormente como de risco."

Figura 10: Enunciado da Fatalidade- poder público trata do fatalismo do desastre (Revista Carta Capital; p.20- 26 de janeiro de 2011)

Valencio (2012, p. 82) afirma que o discurso produzido sobre as chuvas e o meio ambiente como motivadores dos desastres "não é tão ingênuo quanto se supõe", pois este discurso serve para encobrir os responsáveis sociais por estes acontecimentos e diminui a probabilidade de que estes sejam revelados e punidos. Portanto, ao relacionar os acontecimentos em questão a fatores meramente "naturais", as publicações silenciam discursivamente aspectos de ordem social, cultural e estrutural.

4.1.4 Enunciado da Superação

O segundo enunciado com maior número de ocorrências é *o Enunciado da Superação* (32,60%). A partir dele, é destacado o poder de refazimento das vítimas mesmo diante das adversidades. Ao enunciar sobre a superação da vítima, mostra-se que o afetado não se deixa abalar pela situação e ao invés de buscar culpados ou esperar a ajuda de outros moradores e do Poder Público, ele tira forças da própria desgraça para se refazer, e, ainda, contribuir com outros que também sofrem. O enunciado da

superação ainda é evidenciando quando as revistas narram a situação vivida pelas vítimas em abrigos provisórios improvisados pelos governos.

A revista Veja é a que mais apresentou enunciados desta categoria. Em relação ao total de cada enunciado, a revista representa 40% das ocorrências deste enunciado em comparação com as outras revistas analisadas. Diferente do que acontece nas outras publicações, Carta Capital é a que menos apresenta, apenas, 3,33% das ocorrências do enunciado.

Quadro 4 - Números do Enunciado da Superação com base nas SDs do enunciado

	Percentual de SDs/ ocorrências do enunciado	
Enunciado da Superação	Veja	40% (12 ocorrências)
	IstoÉ	33,33% (10 ocorrências)
	Época	23,33% (7 ocorrências)
	Carta Capital	3,33% (1 ocorrência)

Identificamos no *Enunciado da Superação,* o destaque dado às vítimas que, mesmo sem apoio ou condições, buscam a superação do ocorrido, ajudando quem também foi vítima e aceitando o que aconteceu, como, por exemplo, em Veja:

"Quantos momentos felizes nós perdemos?"

Por causa de um problema no sinal da TV a cabo, o advogado **Samuel Guerra e Silva**, de 43 anos, cedeu seu quarto para que a filha e uma sobrinha assistissem a um programa. Dormiu na cama de filha — mas, no meio da madrugada, ela o acordou, para destazer a troca, e Silva voltou para o lado da esposa. Foi a última vez que Samuel ouviu a voz de Maria Vitória, de 14 anos: o deslizamento aniquilou o cômodo em que ela dormia com a prima Manuela, de 13 anos. Samuel chegou a socar paredes, gritando pelas meninas. Em vão. Atendendo às súplicas da esposa, ele deixou a casa e encontrou os outros dois filhos a salvo. Lembrou-se então de mãe, que morava no sobrado ao lado com a irmã dele, o cunhado e outros três sobrinhos. Mas, quando se virou, já não havia mais casa. Todos estavam mortos. Duas semanas após a tragédia, Samuel voltou ao local onde viveu por quinze anos. Caminhou sobre os escombros e, em meio a roupas e brinquedos, encontrou os patins da filha. *"Sonhei tanto em levar minha filha ao altar. Quantos momentos felizes nós perdemos? Depois dela, tive outros dois garotos. Amava tanto minha filha que queria outra menina, mas não veio. Minha filha era especial"*, diz ele, aos prantos, enquanto é amparado por parentes. Apesar da dor pelas múltiplas perdas, o advogado tem trabalhado na distribuição de donativos aos desabrigados de Nova Friburgo. *"Não estou aqui de bobeira. Sobrevivi para fazer o bem, ajudar as pessoas. Caso contrário, teria sido levado também."* Reações de extremo altruísmo são comuns em tragédias coletivas. Samuel se juntou ao que os especialistas chamam de "rede social do luto". *"Nela, as pessoas amparam e são amparadas e, enquanto olham para o outro, deixam de olhar para si mesmas. Ajudando um desconhecido, elas veem que são capazes de resistir e descobrem uma força que até então desconheciam"*, diz a terapeuta de família Renata Machado, especialista em luto.

veja | 23 DE FEVEREIRO DE 2011 | 101

"Apesar da dor pelas múltiplas perdas, o advogado tem trabalhado na distribuição de donativos aos desabrigados de Nova Friburgo."

Figura 11: Enunciado da Superação – afetados ajudam outros afetados (Revista Veja; p.101- 23 de fevereiro de 2011)

Não identificamos a partir desse enunciado críticas ao socorro que receberam as vítimas, as desigualdades que sofrem ou a falta de atenção do poder público. Em apenas uma sequência, da revista Carta Capital, podemos perceber uma referência à falta de assistência do poder público:

Acostumada ao caos, a população se mobiliza para prover a assistência que o Estado deveria oferecer às vítimas

Reações. Mercadante anuncia um sistema de alerta. Rebelo nega que mudanças no Código Florestal agravaram a situação nos morros

ocupações urbanas, seria até justificável a proposta de flexibilização do Código Florestal. Para ampliar a área de cultivo e regularizar a situação dos milhares de agricultores com passivos ambientais, o texto prevê reduzir a área de mata ciliar (na beira dos rios e lagos) de 30 metros para 15 metros, além de permitir a ocupação de encostas. O desastre na região serrana reacendeu as críticas ao projeto relatado pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB), para quem as mudanças afetam apenas o campo, e nada têm a ver com as cidades. "Trata-se de uma justificativa falaciosa", critica Carlos Alfredo Joly, professor do Instituto de Biologia da Unicamp. "De fato, a proposta aprovada na comissão especial da Câmara libera encostas e topos de morro para a ocupação do homem, seja para construção seja para o plantio. Além disso, os rios que cortam os campos são os mesmos que passam pelas cidades. Se acabarem assoreados devido à redução das matas ciliares, podem alterar completamente o regime das águas."

Cientistas afirmam que ainda não é possível concluir que as chuvas recentes tenham sido provocadas pelo aquecimento global. De todo modo, é grande o temor de que eventos extremos tornem-se mais frequentes, ameaçando cada vez mais a precária infraestrutura das nossas cidades. A própria expansão das metrópoles e, consequentemente, das ilhas de calor provocadas pela impermeabilização do solo favorece o aumento das precipitações, explica José Marengo, coordenador do grupo de mudanças climáticas do Inpe. Em São Paulo, chuvas acima de 50 milímetros por dia ocorrem de duas a cinco vezes por ano na cidade. Na década de 50, eram praticamente inexistentes. "Os níveis pluviométricos estão aumentando, e isso é uma realidade incontestável", afirma o especialista.

Diante desse cenário, o Brasil, que já não dá conta das chuvas atuais, terá de melhorar muito, tanto na ordenação do espaço urbano quanto na prevenção e alerta de desastres. Terá, sobretudo, de se prevenir de propostas que abram caminho para uma degradação ainda mais intensa dos morros e dos recursos hídricos. Caso contrário, catástrofes como a observada na região serrana poderão se tornar muito mais frequentes. Os problemas são conhecidos de todos. Lamentar o mau tempo é a última das soluções. ●

Paulo, por exemplo, já possui mais de 100 mil famílias em áreas de risco. E tende a crescer pelas periferias, pressionando ainda mais os recursos naturais, segundo um estudo do Inpe. "Caso o atual padrão de uso e ocupação do solo se perpetue sem nenhuma alteração (...) mais de 20% da área total de expansão urbana em 2030 será suscetível e poderá eventualmente ser afetada por acidentes naturais provocados pelas chuvas. Aproximadamente 11,17% dessas novas ocupações poderão ser áreas de risco de deslizamento", prevê a pesquisa. Um cenário, no mínimo, assustador diante dos problemas já existentes na capital.

Não fossem conhecidas as consequências do desrespeito no meio ambiente nas

CARTACAPITAL | 26 DE JANEIRO DE 2011 23

"Acostumada ao caos, a população se mobiliza para prover a assistência que o Estado deveria oferecer às vítimas."

Figura 12: Enunciado da Superação- falta de assistência do poder público (Revista Carta Capital; p.23- ao lado foto- 26 de janeiro de 2011)

As construções de sentidos acerca do refazimento com "as próprias mãos" e "seguir em frente" podem ser compreendidas, de acordo com Valencio (2012, p. 141), como "manifestações de busca por uma dignidade insistentemente suprimida". Além disso, evidencia-se mais uma demonstração de acobertamento das falhas e omissões públicas na recuperação de eventos catastróficos.

4.2 Enunciados referentes às causas e responsabilidades

4.2.1 Identificação da Culpa do Poder Público

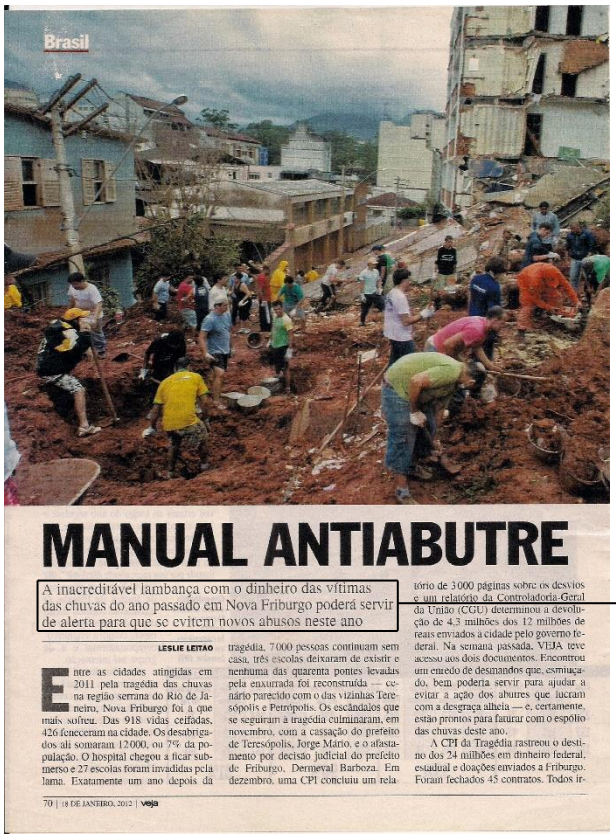
O *Enunciado da Culpa do Poder Público,* que acrescentamos aos inicialmente sistematizados por Valencio, aparece como um contraponto *ao Enunciado da Imprevidência,* que como vimos, tem como uma das funções "ocultar a omissão e/ou ineficácia do Estado como responsável." (VALENCIO, 2010). Com ele, conseguimos compreender qual a concepção que a revista tem dos desastres e quem são os outros apontados, também, como responsáveis por esses acontecimentos.

Encontramos, ao total, 57 ocorrências neste enunciado. Em comparação com as outras revistas, a Carta Capital é a com o maior número de ocorrências, 24 (42,10%), a revista IstoÉ aparece em segundo lugar com 17 ocorrências (29,82%), Veja em terceiro, 11 (19,29%) e Época é a revista com o menor número de ocorrências, apenas 5 (8,77%).

Quadro 5 - Números do Enunciado Identificação da Culpa do Poder Público com base nas SDs do enunciado

Enunciado Identificação da Culpa do Poder Público	**Percentual de SDs/ ocorrências do enunciado**	
	Carta Capital	42,10% (24 ocorrências)
	IstoÉ	29,82% (17 ocorrências)
	Veja	19,29% (11 ocorrências)
	Época	8,77% (5 ocorrências)

As sequências apresentam reiterações de sentidos sobre a ausência de atenção do Poder Público na prevenção e na recuperação do desastre, faltas de equipamentos, de locais para o abrigo dos sobreviventes, e, também, do desvio de verbas que foram enviadas pelo governo federal. Sequências que podem ser observadas em Veja e IstoÉ, respectivamente:


Brasil

MANUAL ANTIABUTRE

A inacreditável lambança com o dinheiro das vítimas das chuvas do ano passado em Nova Friburgo poderá servir de alerta para que se evitem novos abusos neste ano

LESLIE LEITÃO

Entre as cidades atingidas em 2011 pela tragédia das chuvas na região serrana do Rio de Janeiro, Nova Friburgo foi a que mais sofreu. Das 918 vidas ceifadas, 426 feneceram na cidade. Os desabrigados ali somaram 12 000, ou 7% da população. O hospital chegou a ficar submerso e 27 escolas foram invadidas pela lama. Exatamente um ano depois da tragédia, 7 000 pessoas continuam sem casa, três escolas deixaram de existir e nenhuma das quarenta pontes levadas pela enxurrada foi reconstruída — cenário parecido com o das vizinhas Teresópolis e Petrópolis. Os escândalos que se seguiram à tragédia culminaram, em novembro, com a cassação do prefeito de Teresópolis, Jorge Mário, e o afastamento por decisão judicial do prefeito de Friburgo, Dermeval Barboza. Em dezembro, uma CPI concluiu um relatório de 3 000 páginas sobre os desvios e um relatório da Controladoria-Geral da União (CGU) determinou a devolução de 4,3 milhões dos 12 milhões de reais enviados à cidade pelo governo federal. Na semana passada, VEJA teve acesso aos dois documentos. Encontrou um enredo de desmandos que, estimulado, bem poderia servir para ajudar a evitar a ação dos abutres que lucram com a desgraça alheia — e, certamente, estão prontos para faturar com o espólio das chuvas deste ano.

A CPI da Tragédia rastreou o destino dos 24 milhões em dinheiro federal, estadual e doações enviados a Friburgo. Foram fechados 45 contratos. Todos ir-

70 | 18 DE JANEIRO, 2012 | veja

"A inacreditável lambança com o dinheiro das vítimas das chuvas do ano passado em Nova Friburgo poderá servir de alerta para que se evitem novos abusos neste ano."

Figura 13: Identificação da Culpa do Poder Público- desvio de verbas (Revista Veja; p.70- 18 de janeiro de 2012)

NA TERRA 300 novas covas foram abertas no cemitério em Petrópolis

Sem a resposta rápida e eficaz do poder público, a população se divide entre um estado de absoluta catatonia e de desespero. No centro de Nova Friburgo, famílias de várias classes sociais perambularam nos dias que sucederam ao desastre com bolsas e sacolas em punho, buscando refúgio. Uma delas era o pedreiro Andrei Silva, 26 anos, cuja casa, localizada no bairro do Jardim Califórnia, foi inundada pela chuva e ficou prestes a desabar. Ele deixou o imóvel com sua mãe e duas irmãs. "Não sei para onde vou, mas para lá não volto mais", prometeu. Não longe dele, a advogada Lia Vieira caminhava com os pés envoltos em sacolas de supermercado. "Perdi minha casa e meu carro no desabamento", contou. "Agora, o que eu quero é sair daqui."

Ao menos nesse momento, o desejo de Lia é compartilhado por milhares de famílias que perderam todos os seus bens e, principalmente, familiares. Assim, como nesse momento, os governantes prometem resolver os problemas emergenciais e criar condições para que tantas mortes não se repitam. Cabe agora esperar, e cobrar, que elas não sejam carregadas pelas águas de março que todos os anos fecham o verão. ■

Colaboraram: Adriana Prado e Isabel Gama

A SAGA DOS SOBREVIVENTES Quem escapou da tragédia vive agora o drama de tentar identificar parentes desaparecidos no IML de Teresópolis (acima) ou até em fotos no meio da rua (abaixo). Voluntários separam donativos no ginásio da cidade

"Sem resposta rápida e eficaz do poder público, a população se divide entre um estado de absoluta catatonia e de desespero."

Figura 14: Identificação da Culpa do Poder Público- falta de atenção do poder público (Revista IstoÉ; p.51 - 19 de janeiro de 2011)

Uma das questões mais regulares nas ocorrências é a pouca importância dada pelas Prefeituras e pelo Estado à ocupação irregular do solo e de áreas com risco, como na revista Carta Capital:

A culpa é do homem

TRAGÉDIA | Quase 500 mortes já foram registradas no Rio neste verão, e não há como responsabilizar a natureza

Bate-cabeça
Ministro desautoriza secretário sobre lei para traficantes

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o secretário Nacional de Política sobre Drogas, Pedro Abramovay, se contradisseram logo na segunda semana de governo. Em entrevista publicada pelo jornal *O Globo* na terça-feira 11, Abramovay defendeu um projeto de lei que acabaria com a pena de prisão para o pequeno traficante. O secretário tem o objetivo de "frear o processo de explosão carcerária irracional" que o Brasil presenciou nos últimos quatro anos, quando, segundo suas contas, 40 mil dos 70 mil novos presos foram detidos por narcotráfico de pequeno porte.

Cardozo tratou de desmentir Abramovay ao afirmar que o governo nunca pensou em apresentar ao Congresso um projeto de lei que suspenda penas para traficantes e referiu que o secretário fez "uma análise de cunho pessoal".

DESDE O INÍCIO dos tempos é verão nos trópicos. A estação iniciada no dia 21 de dezembro trouxe as chuvas que, marcadamente, são fortes nas primeiras semanas do ano. A novidade nessa roda natural do tempo é que a partir da ocupação desordenada das serras e das planícies nas regiões metropolitanas o temporal desse período tem provocado mortes. Hecatombes.

Tem chovido bastante na Região Sudeste. A chuva já castigou São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. No Rio de Janeiro, no entanto, a situação é quase sempre mais dolorosa. A gravidade nunca havia alcançado a dimensão de agora nas primeiras 48 horas de temporal nos dias 11 e 12 sobre a região serrana do estado, castigadas mais seriamente as cidades de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis. Foram contadas 495 mortes, até o início da noite de quinta-feira, 13. Há milhares de desabrigados. O cenário é de destruição.

Não há como culpar a natureza. O País está diante de crimes cometidos pelos homens. Há uma irresponsabilidade contínua dos prefeitos de cada uma dessas cidades. Alguns por fazerem vista grossa para as ocupações desordenadas. Outros, por incentivar as moradias nas encostas. Os sucessores não fiscalizaram os antecessores, seja por camaradagem partidária, seja pela omissão provocada pela avidez de se manterem no poder a qualquer preço. E o preço é esse que se vê ao longo dos anos.

Naturalmente, a população pobre é a principal vítima desse comportamento criminoso. Vez por outra, como agora, os mais abastados tornam-se vítimas também. Mas, em regra, não são vítimas fatais. É o caso de dois filhos do saxofonista George Israel, da banda Kid Abelha, que passavam as férias em Teresópolis. A água ilhou a casa onde estavam e o pai pôde resgatá-los de helicóptero. Felizmente, somente um grande susto.

Diferente o destino do pedreiro Juncir de Ponte Rabelo, de 65 anos. Ele descreveu para o jornal *O Globo* um dos momentos do temporal que destruiu a casa onde vivia: "A

Buscas. *O número de vítimas cresce em Nova Friburgo (RJ), uma das cidades mais castigadas pelo chuva*

"Há uma irresponsabilidade contínua dos prefeitos de cada uma dessas cidades. Alguns por fazerem vista grossa para as ocupações desordenadas. Outros, por incentivar as moradias nas encostas."

Figura 15: Identificação da Culpa do Poder Público – ocupações irregulares (Revista Carta Capital; p.12-19 de janeiro de 2011)

4.2.2 Vulnerabilidade Social

Mapeamos o enunciado *Vulnerabilidade Social*, que também não constava da sistematização de Valencio (2010), para que pudéssemos verificar se as questões sociais e estruturais envolvidas nos desastres são expostas e refletidas pelas revistas. Apenas 6 sequências discursivas foram classificadas para este enunciado. A revista Época não apresentou nenhuma ocorrência sobre a Vulnerabilidade Social, Veja e IstoÉ, apenas uma sequência e Carta Capital foi a revista com maior número de ocorrências, quatro.

Quadro 6 - Números do Enunciado da Vulnerabilidade Social com base nas SDs do enunciado

	Percentual de SDs/ ocorrências do enunciado	
Enunciado da Vulnerabilidade Social	Carta Capital	66,66% (4 ocorrências)
	IstoÉ	16,66% (1 ocorrência)
	Veja	16,66% (1 ocorrência)
	Época	0% (0 ocorrência)

As ocorrências encontradas referem-se à falta de condições das vítimas para a compra de uma habitação segura e fora de área de risco, como em Carta Capital:

Seu País Chuvas

mananciais e encostas também refletem outra falha no planejamento urbano. A da sobreposição dos interesses privados às demandas sociais na distribuição de terras nas grandes cidades. Sem recursos para construir ou comprar imóveis em terrenos seguros e mais próximos do centro, a população pobre se vê obrigada a habitar regiões de difícil acesso, sem estrutura urbana consolidada e, por vezes, em áreas de risco. "Os planos diretores das cidades preveem instrumentos para evitar esse problema, como a criação de zonas de interesse social (voltadas exclusivamente para residências populares) e o imposto progressivo aos imóveis desocupados ou subutilizados, que não cumprem seu papel social e obrigam a população carente a buscar alternativas de moradia nas periferias. O problema é que a pressão do setor imobiliário, que perde com isso, é grande. Os governos costumam ceder. Deixam de aplicar essas regras e fecham os olhos para a ocupação desordenada do solo", comenta o urbanista Nabil Bonduki, ex-vereador da capital paulista e professor da USP.

Além disso, como pontua outro urbanista, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, coordenador do Observatório das Metrópoles (*artigo à pág. 24*), o próprio poder público estimula, em alguns casos, ocupações ilegais, oferecendo lotes e benesses à população local em troca de votos, fenômeno conhecido como "coronelismo do asfalto". Sem falar da irresponsabilidade de muitas prefeituras ao desalojar moradores de favelas para a realização de alguma obra. "Em vez de oferecer opção de moradia digna, normalmente o governo oferece um 'cheque-despejo' num valor tão baixo que não resta alternativa às famílias senão ocupar outra área precária."

Além dos 780 milhões de reais liberados pela presidenta Dilma Rousseff (PT) em caráter emergencial para a região serrana do Rio, valor anunciado durante a visita que fez ao local da tragédia na companhia do governador Sérgio Cabral (PMDB), o Ministério das Cidades informa que a segunda rodada do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) reserva 11 bilhões de reais, entre 2011 e 2014, para prevenir deslizamentos e inundações. A maior parte, 10 bilhões, será investida em obras de drenagem. Ao todo, 316 projetos, orçados em 9,2 bilhões, estão em análise. Para a contenção de encostas, outro 1 bilhão de reais está reservado. Dos 99 municípios escolhidos para receber os recursos, 40 obtiveram aval para as obras e outros 30 conseguiram financiamento para a elaboração dos projetos.

"São obras emergenciais, para evitar a repetição de tragédias. Muros de arrimo, sistemas de escoamento, uma ou outra remoção que se faça necessária", explica o secretário nacional de Programas Urbanos, Solução permanente? Longe disso. "Nessas cidades estão muito inseguras por causa das falhas na aplicação dos planos urbanos, sempre suscetíveis às pressões de interesses privados. É preciso que todas as esferas de governo assumam o compromisso de defender os interesses sociais de uma lógica perversa de ocupação do solo."

Exemplo dessa perversidade é a dificuldade relatada pela secretária nacional de Habitação, Inês Magalhães, na execução do Minha Casa Minha Vida. Primeira iniciativa de grande porte feita pelo governo federal desde a extinção do Banco Nacional da Habitação, em 1986, o novo programa contratou a construção de 1 milhão de moradias populares entre 2009 e 2010 e prevê outros 2 milhões de unidades até 2014. Contudo, é grande a dificuldade para encontrar terrenos acessíveis em áreas com o mínimo de estrutura em tempos de especulação imobiliária. "Quando um terreno no centro da cidade vira área de interesse social, ele perde valor no mercado, pois não pode ser utilizado para outra função senão moradia popular. É por isso que há tanta resistência para a implantação dessas áreas nas grandes cidades. Os projetos para a população carente acabam concentrados nas periferias, onde a estrutura de saneamento e transporte é precária e onde não há grande oferta de emprego", comenta Magalhães.

De acordo com o Plano Nacional de Habitação, até 2023 o Brasil precisará criar mais 20 milhões de domicílios para as famílias que se formarão no período, além do déficit já acumulado. E como muitos brasileiros têm um perfil de renda tão baixo que nem sequer conseguem acessar os recursos do Minha Casa Minha Vida, o governo tem investido maciçamente na reurbanização de favelas. Foram aplicados 19 bilhões de reais, entre 2007 e 2010, e estão previstos outros 30 bilhões para os próximos quatro anos.

Causa preocupação, no entanto, para onde vão se expandir as cidades. São

22 WWW.CARTACAPITAL.COM.BR

"Sem recursos para construir ou comprar imóveis em terrenos seguros e mais próximos do centro, a população pobre se vê obrigada a habitar regiões de difícil acesso, sem estrutura urbana consolidada e, por vezes, em áreas de risco."

Figura 16: Vulnerabilidade Social – falta de recursos para moradia segura (Revista Carta Capital; p.22- 26 de janeiro de 2011)

Encontramos, também, reiterações de sentidos referentes à permissividade do poder público na ocupação irregular. O exemplo que trazemos abaixo, da revista IstoÉ, é oriundo da fala de uma fonte, mas que, mesmo assim, o compreendemos como

constituinte do discurso da revista, visto que significa o relato como um todo, ou seja constrói sentidos sobre tal aspecto a partir da reportagem:

Figura 17: Vulnerabilidade Social- ocupações irregulares (Revista IstoÉ; p.49-50- 19 de janeiro de 2011)

A omissão do poder público perante os riscos que a população de baixa renda está propensa também pode ser percebida no discurso jornalístico:

Especial

vazio, a fala mecânica, a inapetência e a insônia em que se encontram tantos dos refugiados, ou o desespero persistente, que não se abranda, de outros. Um luto nunca se parece com outro; e mais ainda porque o luto não é *um* sentimento. É um turbilhão deles. A psicóloga Maria Helena Franco, coordenadora do Laboratório de Estudos e Intervenções sobre o Luto, da PUC, em São Paulo, compara-o às imagens variadas que se obtêm ao girar um caleidoscópio — a cada momento, os sentimentos diversos (e conflitantes, e contraditórios) se rearranjam em uma composição diferente e inesperada. O luto, enfim, é uma tempestade dentro do coração.

A notícia confortadora é que a maioria de nós consegue, sim, resistir a essa tempestade; e a notícia nova, e ainda mais esperançosa, é que, assim como cada luto é único, cada indivíduo parece também dispor de estratégias próprias para conviver com o luto até que ele amaine. É comum que, na tentativa de confortar o enlutado, as pessoas que o cercam, os profissionais de saúde e os livros de autoajuda proponham receitas: deve-se falar sobre os sentimentos, e não guardá-los; deve-se agir, e não cair na introspecção; deve-se pensar nos que ainda estão vivos, e não em quem se foi. O que os estudos mais recentes indicam, porém, é que essas regras podem ajudar alguns enlutados — mas não todos, nem qualquer um. Quando funcionam, é mais por acaso estatístico do que por solidez científica ou empírica. O luto, mostram esses estudos, não tem regras. Nem obedece a elas.

Muito do que hoje se dá como certo sobre o luto vem do trabalho da psiquiatra suíça Elisabeth Kübler-Ross. Estudando pacientes em estado terminal em um hospital de Chicago, ela descreveu em cinco estágios a convivência deles com a ideia da própria morte iminente: primeiro viria a negação. Depois, a raiva. Em seguida, a barganha, a depressão e, por fim, a aceitação. Em 1969, a psiquiatra publicou a teoria em um livro, *Sobre a Morte e o Morrer*, que se tornou um best-seller: nada mais confortador do que a noção de que pode haver ordem e previsibilidade em uma circunstância — a da finitude — que, para cada um de nós e para a humanidade como um todo, é a mais assustadora, enigmática e caótica de

"Lavo o rosto e tento seguir em frente"

De férias na casa dos pais, em Nova Friburgo, a funcionária pública **Carolina Figueiró Pinto**, de 28 anos, passou a noite do dia 12 de janeiro jogando baralho e vendo televisão. *"Por volta das 2h30, mamãe me disse que estava com sono, e deixei-a sozinha no quarto."* Uma hora depois, o cômodo onde estava Eliana Figueiró, de 51 anos, foi atingido pela laje da casa vizinha. Depois de muito esforço, o marido e o genro conseguiram localizá-la, já sem vida, sob os escombros. *"Perdi minha melhor amiga. Nós nos falávamos várias vezes por dia. Quando eu tinha um problema, sentia-me aliviada só de ouvir a voz dela. Quando me dou conta do que aconteceu, entro em desespero, mas lavo o rosto e tento seguir em frente"*, diz Carolina. Depois da tragédia, a funcionária pública, que vive em Macaé com a família, mudou-se para uma casa maior para acomodar os avós. *"A vida deles mudou completamente. Perderam minha mãe, que era tudo para eles, amigos, vizinhos e a referência geográfica. Minha avó* (com Carolina na foto) *chora dia e noite. Ela não escuta muito bem e se culpa por não ter acordado durante a chuva."* Carolina busca respostas para a tragédia. "Eles (o poder público) *já sabiam que Nova Friburgo não toleraria essa chuva. Mas, como essas tragédias quase sempre atingem a população de baixa renda, não deram muita importância. Desta vez, porém, a chuva não escolheu ricos ou pobres.*

100 | 23 DE FEVEREIRO, 2011 | veja

"Eles (o poder público) já sabiam que Nova Friburgo não toleraria essa chuva. Mas, como essas tragédias quase sempre atingem a população de baixa renda, não deram muita importância."

Figura 18: Vulnerabilidade Social- população de baixa renda é deixada de lado pelo poder público (Revista Veja; p.100- 23 de fevereiro de 2011)

4.3 Considerações sobre a análise

Ao olharmos apenas os três enunciados propostos por Norma Valencio, que se referem às vítimas, observamos que as revistas atribuem, prioritariamente, à natureza a culpa pelo desastre. As SDs do *Enunciado da Fatalidade* representam 57,60% do total de ocorrências dentre esses enunciados. Em segundo lugar, o enunciado com o maior número de ocorrências é o *Enunciado da Superação* (32,60%), destacando um discurso de refazimento das vítimas. O enunciado com menos frequência é o da *Imprevidência* (9,78%).

Quando se trata dos enunciados em geral referentes às causas e responsabilidades, o Poder Público é o principal responsabilizado pelo desastre. As SDs *do Enunciado da Identificação da culpa do Poder Público* representam 90,47% do total de ocorrências deste grupo. O Enunciado da *Vulnerabilidade Social* representa 9,52% dos enunciados do grupo das causas e responsabilidades.

Quadro 7 - Resumo do total de ocorrências com base do total SDs de cada enunciado

	Percentual de SDs/ ocorrências total por enunciado	
Enunciados referentes às vítimas	Enunciado da Fatalidade	57,60% (53 ocorrências)
	Enunciado da Superação	32,60% (30 ocorrências)
	Enunciado da Imprevidência	9,78% (9 ocorrências)
Enunciados referentes às causas e responsabilidades	Identificação da culpa do Poder Público	90,47% (57 ocorrências)
	Vulnerabilidade Social	9,52% (6 ocorrências)

De acordo com o número de ocorrências de cada enunciado, o discurso jornalístico das revistas investigadas aponta, prioritariamente, dois culpados pelos desastres: o Poder Público por sua omissão e negligência (57 ocorrências) e a própria natureza por sua força e capacidade de destruição (53 ocorrências). A revista Carta Capital é a publicação com mais sequências discursivas que tratam das responsabilidades do poder público, ao todo foram encontradas 24 ocorrências. E a revista Época, que se descreve como plural e apartidária, é a revista com menos SDs que identificam a culpa do poder público, apenas cinco. No que diz respeito à fatalidade do desastre, IstoÉ é a que mais atribui a culpa à natureza, 17 ocorrências. Já a publicação que menos evidencia este pensamento é a Carta Capital, com nove SDs.

O Enunciado da Imprevidência, destacado por Valencio por ser considerado o mais recorrente entre os agentes públicos e da defesa civil, não se apresenta da mesma forma no discurso das revistas. A vítima é culpabilizada em alguns casos por todas as publicações, mas não apresenta um resultado expressivo. A revista IstoÉ é a publicação com mais sequências que tratam da imprevidência, quatro ao total, e a revista Carta Capital e Veja são as que menos falam da vítima como responsável pela situação em que se encontra, com apenas uma sequência discursiva.

O *Enunciado da Superação*, que podemos pensar como uma extensão do *Enunciado da Identificação da Culpa do Poder Público*, pois quem não presta à assistência necessária as vítimas é culpado, e quem não recebe a assistência devida deve ser capaz de se refazer, é, dentre os enunciados proposto por Valencio, o segundo com maior ocorrência, e dentre todos os enunciados, o terceiro com mais SDs, 30 ocorrências no total. Neste enunciado é a revista Veja que mais apresenta sequências

(12) que fazem parte desse enunciado-síntese, e a Carta Capital é a com menos, apenas uma sequência.

Percebemos também a não reflexão sobre os problemas concernentes à vulnerabilidade social, apenas seis ocorrências tratam de forma breve e pontual este aspecto. Carta Capital é a publicação que mais apresenta SDs sobre a vulnerabilidade social, e ainda assim, de forma muito reduzida, são apenas quatro sequências. Já Época, nem faz menção à questão.

Quanto às características do Jornalismo Ambiental, observamos que, por não serem publicações que se propõem a fazer este tipo de jornalismo, as reportagens não apresentaram, de forma significativa, características relacionadas a esta especialização. Nos relatos analisados, não identificamos a construção de um discurso ambiental engajado cultural e socialmente. As evidências políticas encontradas são apresentadas por meio da identificação da culpa do poder público no acontecimento.

Não há também uma pluralidade de vozes nas reportagens. As fontes ficam restritas as vítimas do evento, a fontes oficiais e qualificadas. Além disso, estes três tipos de fontes não aparecem em todas as reportagens e seus depoimentos nem sempre podem ser identificados como diferentes pontos de vista. A temática ambiental é abordada quando as revistas conectam os deslizamentos ocorridos com perspectivas cientificas, para explicar o motivo de tanta água e a não absorção do solo e com perspectivas históricas ao recontarem outros grandes desastres ocorridos no Brasil.

Entre as revistas analisadas, percebemos semelhanças como: atribuir à culpa do desastre ao meio ambiente, ao imenso volume de chuva que atingiu a região serrana do Rio de Janeiro, aos deslizamentos de morros e encostas, a força difícil de ser contida da natureza. Também à culpa dos sucessivos governos sendo omissos com as ocupações irregulares, incentivando moradias insalubres, não fiscalizando e o desviando verbas que poderiam melhorar a prevenção e na ajuda pós-desastre. Percebemos, ainda, no discurso das revistas, a falta de ponderação sobre o que culminou o desastre, as suas causas e consequências estruturais e sociais. Desse modo, as publicações tendem à uma constante descrição das vítimas, dos cenários, do pensamento de como será a vida a partir da tragédia, além de apontarem as “falhas do meio ambiente” e não apresentarem a devida contextualização da problemática socioambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, vimos que os desastres são fenômenos ambientais e sociais, e que o jornalismo integra a construção e a significação destes acontecimentos. O nosso objetivo neste trabalho foi identificar os sentidos produzidos pelo jornalismo de revista sobre as vítimas dos desastres socioambientais, além de identificar como estes acontecimentos são construídos no que se refere as suas causas e responsabilidades.

A partir de nossa análise, percebemos que as vítimas do desastre da região serrana do Rio de Janeiro não são construídas, prioritariamente, como culpadas pela sua situação de desastre, diferentemente do que é apontado pelo estudo de Valencio (2010). Observamos que o interesse principal das revistas, Carta Capital, Época, IstoÉ e Veja, é mostrar o modo como as chuvas e deslizamentos afetaram a vida daquelas pessoas, o quanto aquela população era feliz e depois ficou devastada. A descrição destas vítimas e do lugar onde viviam é recorrente e inclusive há reportagens dedicadas a somente expor os sentimentos, as angústias e a vida antes e após a tragédia. Há descrições e relatos detalhados, mas em raríssimos momentos encontramos a contemplação das vulnerabilidades desta população. Ou seja, este aspecto é praticamente esquecido pelo discurso jornalístico analisado. O poder de superação destes afetados é construído discursivamente pelas publicações de forma significativa. Em tais construções de sentidos, percebemos que na falta de um poder público presente e responsável, a população deve prover uma forma para sair daquela situação, e ainda, contribuir com os outros que passam pelo mesmo problema.

As omissões do poder público são encobertas pela tentativa de atribuir, de forma relevante, à natureza a responsabilidade pelos acontecimentos. Desta forma, o discurso produzido pelas revistas apresenta os desastres como fatalidades que dificilmente poderiam ter sido evitadas. Em contrapartida, também encontramos sentidos que apontam que as falhas e os erros de sucessivas gestões públicas são responsáveis pelo desastre, mas, mesmo sendo apontados, não observamos discussões ou reflexões mais aprofundadas sobre estes problemas. São apenas constatações e acusações pontuais, que acabam se esvaziando no contexto de toda a situação que é reportada.

Refletimos que, como (re) construtor de realidades sociais, o discurso jornalístico produz conhecimento e significa os acontecimentos (BENETTI; LAGO, 2007). Além disso, também compreendermos que é imprescindível que o jornalismo

tenha um caráter ético e cidadão como seu norteador, fazendo com que o interesse público perpasse por toda sua construção discursiva, pois, além de ser fruto de situações de troca, é ele quem diz o que é importante, o que é desejável e o que faz sentido.

Os aportes teóricos do Jornalismo Ambiental que discutimos no terceiro capítulo nos indicam que a cobertura sobre o meio ambiente deve também atentar para o caráter cidadão do jornalismo e abordar assuntos do cotidiano da sociedade com um olhar sistêmico e transversal atendendo as funções desta especialidade - função informativa, pedagógica e política-, discutindo causas e consequências dos eventos catastróficos. Este deve ser um jornalismo norteador, que reflita sobre o meio ambiente por meio de uma importância sociológica, configurado por valores, comportamentos e saberes (CENCI; PROSSER; ROESLER, 2012, apud MOTTER, 2012).

Por isso, para realizar uma cobertura qualificada, devemos compreender o sentido dos desastres para além de algo natural. Como vimos ao longo de nossas discussões e problematizações teóricas, e como afirma o pesquisador Allan Lavel: "não há nada de natural no desastre. É fundamental não colocarmos o desastre como algo vinculado a um ato da natureza, mas sim como socialmente construído"[25]. As consequências dos eventos naturais não podem e não devem ser vistas apenas com um viés fatalista, visto que os resultados destes acontecimentos são obras humanas, como também são produtos da omissão, da negligência e da exclusão, isto é, frutos da vulnerabilidade.

Sabemos e esperamos que este assunto, de maneira nenhuma, se esgote neste trabalho. É de fundamental importância que pesquisadores e jornalistas tenham um olhar atento para a cobertura de desastres socioambientais e para todos os aspectos que os envolvem, buscando sempre a melhor exploração desta problemática e a qualificação da informação jornalística a partir de critérios éticos e responsáveis.

[25] Trecho da fala proferida no "Seminário Desnaturalização dos desastres e mobilização comunitária: novo regime de produção do saber" que aconteceu em outubro de 2015 no Rio de Janeiro. A fala do pesquisador está disponível em: http://www.ecodebate.com.br/2015/10/20/desastres-naturais-sao-fenomenos-politicos-dizem-especialistas/

REFERÊNCIAS

AMARAL, Márcia Franz. **Especificidades da cobertura das catástrofes ambientais nas revistas semanais brasileiras: das fontes jornalísticas à construção dos sentidos.** Relatório de Pesquisa. 2012.

_____. Os testemunhos de catástrofes nas revistas brasileiras: do medo individual à patemização midiática. In: **Revista Contracampo**, v. 26, n. 1, ed. abril, ano 2013. Niterói: Contracampo, 2013. Pags: 71-86.

_____. Las catástrofes en las revistas semanales brasileñas: evidencias y silenciamientos. In: **Actas – VI Congreso Internacional Latina de Comunicación Social – VI CILCS** – Universidad de La Laguna, diciembre 2014.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDITORES DE REVISTA. Circulação média de janeiro a setembro de 2014. In: http://www.aner.org.br, acesso em 15 abril 2015.

BANCO MUNDIAL. Avaliação de Perdas e Danos: **Inundações e Deslizamentos na Região Serrana do Rio de Janeiro - Janeiro de 2011.** Relatório elaborado pelo Banco Mundial com apoio do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Novembro de 2012.

BARROS, Antonio Teixeira. O diálogo teórico entre jornalismo ambiental e o campo das ciências sociais. In: **11º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo.** Universidade Federal de Brasília, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2008.

BECKER, Michele A.; SANTOS, Antônio C. dos. Comunicação de riscos e as novas possibilidades de atuação jornalística. In: **2º Encontro Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (EICA) Universidade Federal de Sergipe (UFS)** – maio de 2013.

BENETTI, Marcia. Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica. In: **Intexto.** Porto Alegre: UFRGS, v.1n .14. Janeiro/junho 2006.

_____. Análise do Discurso em Jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: BENETTI, Marcia; LAGO, Claudia (orgs.). **Metodologias de Pesquisa em Jornalismo.** Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. Revista e jornalismo: conceitos e particularidades. In: TAVARES, Frederico de Mello B; SCHWAAB, Reges (orgs.). **A revista e o seu jornalismo.**Porto Alegre: Penso, 2013.pag. 44-57.

BENETTI, Marcia; HAGEN, Sean. Jornalismo e imagem de si: O discurso institucional das revistas semanais. In: **Estudos de jornalismo e mídia.** Ano VII, nº 1. Janeiro/junho 2010.

BENETTI, Marcia ; STORCH, Laura ; FINATTO JUNIOR, Paulo Rogério . Jornalismo de revista, meta-acontecimento e dispositivo de autoridade. In: Bruno Souza Leal, Elton Antunes e Paulo Bernardo Vaz (orgs.). (Org.). **Jornalismo e acontecimento: percursos metodológicos.** Florianópolis: Insular, 2011, v. 2, p. 55-78.

BERGER, Christa. Em torno do discurso jornalístico. In: FAUSTO NETTO, Antônio; PINTO, Milton José (org.). **O individuo e as mídias:** ensaios sobre comunicação, política, arte e sociedade no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres.Comunicação de riscos e de desastres: guia. Formação à distância / Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Florianópolis: CEPED, 2010.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni (org.). **Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões.** Porto Alegre: Editora Dom Quixote, 2008.

COLOMBO, Macri Elaine. Jornalismo Ambiental: a sua história e conceito no contexto social. **Anais doXXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Caxias do Sul, 2010. In: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-2674-1.pdf, acesso em 19 de out 2014.

DAMASCENO, E. S.; SOCIOLOGIA AMBIENTAL: um campo de pesquisa em consolidação. In: I Jornada Internacional de Ciências Sociais/ Ii Reunião Da Rede Brasil Estados Unidos: Ambiente, Sociedade e Governança, 2013, Sao Luís. Caderno de Programação e Resumos da I Jornada Internacional de Ciências Sociais; II Reunião da Rede Brasil Estados Unidos: ambiente, sociedade e governança.. São Luís: EDUFMA, 2013. v. Único. p. 18-18.

DUPUY, Jean-Pierre. Ainda há catástrofes naturais? In: **Análise Social**, vol XLI (181), 2006) p. 1181-1193

FERREIRA. Luiz Claudio**. Dimensões da investigação no "jornalismo desastre".** Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

FURTADO, Thaís. O aprofundamento como caminho da reportagem de revista. In: TAVARES, Frederico de Mello B; SCHWAAB, Reges (orgs.). **A revista e o seu jornalismo.** Porto Alegre: Penso, 2013.

GOMES, Mayra. Jornalismo e ciências da linguagem. São Paulo: Hacker /EDUSP, 2000.

LOOSE, Eloisa Beling. **Jornalismo Ambiental em Revistas: Das estratégias aos sentidos**. 2010. 156f. Tese (Mestrado Comunicação e Informação)- Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LOZANO ASCENCIO, Carlos. **La expresión/representación de castastrofes a traves de su divulgación cientificaem los médios de comunicación social(1986-1991)**. Tesis doctoral, 2004. Madrid Universidad Complutense de Madrid.

_____. El medio ambiente: un acontecer catastrófico. In: VII **Congreso Español de Sociología** (FES). Universidad de Salamanca. Setembro de 2001.

_____. Aportaciones para una historia del acontecer catastrófico. In: **VV. AA., Ciências da Comunicação em Congresso na Covilhã, Actas do III Sopcom, VI Lusocom e II Ibérico Universidade da Beira Interior (Coord., FIDALGO, Antônio e SERRA, Paulo), Covilhã,** Volume III. 2005.

_____. **El Cambio climáto em los telediarios: alusiones a la catástrofe em tempos de calma Anuario electrónico de estúdios em Comunicación Social.** Volumen 6, Numero 1/Enero-Junio. 2013.

MARCHEZINI, Victor. A produção simbólica dos desastres naturais: composições, seleções e recortes, em **Instersecções**, 16. Rio de Janeiro. Impresso, páginas 174-196, 2014.

MASSIERER, Carine. **O olhar jornalístico sobre o meio ambiente um estudo das rotinas de produção nos jornais Zero Hora e Correio do Povo**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: UFSC, 1992.

MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento? Conferência feita nos Cursos da Arrábida – Universidade de Verão. Coimbra, 1997. In: http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf, acesso em: 05 de jun de 2015.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL. **Glossário de defesa civil estudos de riscos e medicina de desastres**. 5ª Edição.

MONTEPO, M. L.. Estudo de caso:o jornalismo ambiental na catástrofe de São Lourenço do Sul RS nos jornais Correio do Povo e Zero Hora. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação social - habilitação Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Maria. Frederico Westphalen, 2011.

MORAES, C. H. **Jornalismo Ambiental**: dilemas de uma quase especialidade. In: Encontro Nacional dos Pesquisadores em Jornalismo, 2008, São Bernardo do Campo (SP). Anais... São Bernardo do Campo (SP): Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo - SBPJor, 2008.

MOTTER, Sarah Bueno. **A cobertura de um desastre ambiental: construção da informação no Jornal Zero Hora sobre os deslizamentos de terra da serra carioca em janeiro de 2011.** Monografia de conclusão de curso (Graduação em Comunicação Social- habilitação Jornalismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN- SILVA, Marcio (orgs.). **Catástrofe e representação: ensaios.** São Paulo: Escuta, 2000.

NUNES, Roseli P., OLIVEIRA, Cláudia S de., FELIZOLA, Matheus P. M. Uma análise crítica da repercussão midiática de temáticas relacionadas ao Meio Ambiente. In: **XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste** – Campina Grande, junho de 2010.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 4 ed. Campinas: Pontes, 2002.

PARADELLO, Jefferson. Terror in natura. In: Observatório da Imprensa, 2010. Disponível em < http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/terror-in-natura/ >. Acesso em: 6 nov. 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michael. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2014.

PONTE, Cristina. **Leituras das Notícias** – contributos para uma análise do discurso jornalístico. Lisboa, Livros Horizontes, 2004.

REGINATO, Gisele Dotto. **Em busca da complexa simplicidade: o consumo no discurso jornalístico da Revista Vida Simples.** Dissertação (mestrado) – UFSM, CCSH. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, RS, 2011.

RESENDE, Fernando. Às desordens e aos sentidos: a narrativa como problema de pesquisa. In: **Anais do XX Encontro da Compós.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

SANTOS, Juliana Frandalozo Alves. **Do desastre para o risco: qualidade na cobertura em revistas semanais de informação.** 2014.Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós- Graduação em Jornalismo.

SCALZO, Marilia. **Jornalismo de revista**. Sao Paulo: Contexto, 2008.

TAVARES, Frederico; SCHWAAB, Reges. **O tema como operador de sentidos no jornalismo de revista.** In: Encontro da Compós, 18. Anais. PUC-MG, 2009.

TAVARES, Frederico de Mello B; SCHWAAB, Reges. Revistas e comunicação: percurso, lógicas e circuitos. In: TAVARES, Frederico de Mello B; SCHWAAB, Reges (orgs.). **A revista e o seu jornalismo.** Porto Alegre: Penso, 2013.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são.** Florianópolis: Insular, 2004.

_____. **Teorias do jornalismo:** a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional**.** 2. ed. Florianópolis: Insular, 2008. V.2.

VALENCIO, Norma. Desastres, ordem social e planejamento em defesa civil: o contexto brasileiro, em **Saúde e Sociedade,** 19. USP. Impresso, páginas 748 -762, 2010.

_____. **Para além do "dia do desastre"**: o caso brasileiro. 1. ed. Curitiba: Appris, 2012.

VAZ, Paulo. Vítima Virtual e mídia. In: **Vigilância, Segurança e Controle Social na América Latina.** Curitiba, 2009.

VAZ, Paulo; Rolny, Gaelle. Políticas do sofrimento e as narrativas midiáticas de catástofes naturais. In: **19º Encontro anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós)** - PUC/RIO- Junho de 2010.

VAZ, Paulo, CARDOSO, Janine Miranda e FELIX, Carla Baianense. Risco, sofrimento e vítima virtual: a política do medo nas narrativas jornalísticas contemporâneas. In: **Revista Contracampo**, nº. 25, dez de 2012. Niterói: Contracampo, 2012. Pags: 24-42

VILAS BOAS, Sergio. **O estilo magazine: o texto em revista.** São Paulo: Summus, 1996.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Sequências discursivas que compõem o *corpus* de análise separadas por enunciado

Carta Capital - nº 629, 19 de janeiro de 2011

Título da reportagem: A culpa é do homem

Descrição das vítimas

SD 1: "É o caso de dois filhos do saxofonista George Israel, da banda Kid Abelha, que passavam férias em Teresópolis. A água ilhou a casa onde estavam e o pai pôde resgatá-los de helicóptero." (p.12)

SD 2: "Diferente do destino do pedreiro Juacirde Ponte Rabelo, de 65 anos." (p.12)

SD 3: "No jogo do acaso, a tragédia maior atingiu a estilista Daniela Conolly e sete parentes dela." (p.13)

SD 4: "Naturalmente, a população pobre é a principal vítima desse comportamento criminoso. Vez por outra, como agora, os mais abastados tornam-se vítimas também. Mas, em regra, não são vítimas fatais." (p.12)

Enunciado da Fatalidade

SD 5: "Buscas. O número de vítimas cresce em Nova Friburgo (RJ), uma das cidades mais **castigadas pela chuva**." (p.12- legenda foto)

Identificação da Culpa do Poder Público

SD 6: "Não há como culpar a natureza. O País está diante de crimes cometidos pelos homens." (p.12)

SD 7: "Há uma irresponsabilidade contínua dos prefeitos de cada uma dessas cidades. Alguns por fazerem vista grossa para as ocupações desordenadas. Outros, por incentivar as moradias nas encostas." (p.12)

SD 8: "Os sucessores não fiscalizaram os antecessores, seja por camaradagem partidária, seja pela omissão provocada pela avidez de se manterem no poder a qualquer preço. E o preço é esse que se vê ao longo dos anos." (p.12)

SD 9: "Vista grossa. Os governos continuam a permitir, quando não a incentivar, as ocupações irregulares." (p.13- legenda foto)

SD 10: "A novidade nessa roda natural do tempo é que a partir da ocupação desordenada das serras e das planícies nas regiões metropolitanas o temporal deste período tem provocado mortes. Hecatombes." (p.12)

Vulnerabilidade Social

SD 11: "Naturalmente, a população pobre é a principal vítima desse comportamento criminoso. Vez por outra, como agora, os mais abastados tornam-se vítimas também. Mas, em regra, não são vítimas fatais." (p.12)

Carta Capital - nº 630, 26 de janeiro de 2011

Título da reportagem: Afogados no descaso

Enunciado da Fatalidade

SD 12: “De fato, o fenômeno observado nas cidades fluminenses é atípico.” (p.20)

SD 13: “Em Nova Friburgo, por exemplo, choveu, em apenas 24 horas, o volume esperado para 25 dias.” (p.20)

SD 14: “A região não recebia descarga de água tão intensa há 45 anos.” (p.20)

SD 15: “Cientistas afirmam que ainda não é possível concluir que as chuvas recentes tenham sido provocadas pelo aquecimento global.” (p.23)

SD 16:“De todo modo, é grande o temor de que eventos extremos tornem-se cada vez mais frequentes, ameaçando cada vez mais a precária infraestrutura das nossas cidades.” (p.23)

SD 17: “A própria expansão das metrópoles e, consequentemente, das ilhas de calor provocadas pela impermeabilização do solo favorece o aumento das precipitações, explica José Marengo, coordenador do grupo de mudanças climáticas do Inpe.” (p.23)

SD 18: “Muitas áreas atingidas nem se quer eram apontadas anteriormente como de risco.” (p.20)

Enunciado da Superação

SD 19: “Acostumada ao caos, a população se mobiliza para prover a assistência que o Estado deveria oferecer às vítimas.” (p.23- ao lado foto)

Identificação da Culpa do Poder Público

SD 20: “O governo culpa os céus, mas o povo padece é da negligência das autoridades.” (p.18- linha fina)

SD 21: “As autoridades, como de praxe, atribuem a responsabilidade ao clima hostil.” (p.18)

SD 22:“Sem rodeios, o diário francês *Le Monde* condenou a “negligência criminosa” das autoridades brasileiras.” (p.18- itálico da revista)

SD 23: ““A prevenção não faz parte dos discursos dos políticos, totalmente focados em ações imediatas, porque isso daria pouco retorno a eles nas eleições”, afirma o contundente artigo, publicado na quinta 20.” (p.18/19)

SD 24: “Mais do que uma grande catástrofe natural, essa tragédia é mais uma consequência de décadas de descaso do poder público com o planejamento urbano e a política habitacional.” (p.19)

SD 25: “E do total despreparo das autoridades para, em situações de calamidade, alertar, remover e garantir abrigo à população diante de uma ameaça iminente.” (p.19)

SD 26: “Acostumada ao caos, a população se mobiliza para prover a assistência que o Estado deveria oferecer às vítimas.” (p.23- ao lado foto)

SD 27: “As frequentes inundações verificadas nas cidades brasileiras estão associadas à ocupação irregular das margens de rios, inclusive por obras públicas.” (p.21)

SD 28: “E, embora as consequências da ocupação irresponsável das várzeas de rio sejam conhecidas, o poder público continua a desenvolver obras nessas áreas.” (p.21)

SD 29: “No ano passado, para minimizar os congestionamentos na cidade, o governo paulista concluiu uma obra de alargamento da Marginal Tietê. Resultado: menos espaço ainda para absorver as cheias do rio.” (p.21)

SD 30: “Um padrão de descaso com as leis da natureza que virou regra na maioria das capitais brasileiras.” (p.21)

SD 31: “As ocupações irregulares em áreas de mananciais e encostas também refletem outra falha no planejamento urbano. A da sobreposição dos interesses privados às demandas sociais na distribuição de terras nas grandes cidades.” (p.21/22)
SD 32: ““Os planos diretores das cidades preveem instrumentos para evitar esse problema, como a criação de zonas de interesse social (voltadas exclusivamente para residências populares) e o imposto progressivo aos imóveis desocupados ou subutilizados, que não cumprem seu papel social e obrigam a população carente a buscar alternativas de moradia nas periferias. O problema é que a pressão do setor imobiliário, que perde com isso, é grande.”” (p.22)
SD 33: ““Os governos costumam ceder. Deixam de aplicar essas regras e fecham os olhos para a ocupação desordenada do solo”, comenta o urbanista Nabil Bonduki, ex-vereador da capital paulista e professor da USP.” (p.22)
SD 34: “Além disso, como pontua outro urbanista, Luis Cesar de Queiroz Ribeiro, coordenador do Observatório das Metrópoles (artigo à pag. 24), o próprio poder público estimula, em alguns casos, ocupações ilegais, oferecendo lotes e benesses à população local em troca de votos, fenômeno conhecido como “coronelismo do asfalto”. (p.22)
SD 35: “Sem falar da irresponsabilidade de muitas prefeituras ao desalojar moradores de favelas para a realização de alguma obra.” (p.22)

Vulnerabilidade Social

SD 36: ““Em vez de oferecer opção de moradia digna, normalmente o governos oferece um ‘cheque-despejo’ num valor tão baixo que não resta alternativa às famílias senão ocupar outra área precária.”” (p.22)
SD 37: ““Ninguém mora em área de risco porque quer ou porque é burro, e sim porque não tem nenhuma opção de moradia para a renda que possuem”, irrita-se a urbanista Raquel Rolnik” (p.19)
SD 38: “Sem recursos para construir ou comprar imóveis em terrenos seguros e mais próximos do centro, a população pobre se vê obrigada a habitar regiões de difícil acesso, sem estrutura urbana consolidada e, por vezes, em áreas de risco.” (p.22)

Carta Capital - nº 630, 26 de janeiro de 2011

Título da reportagem: O desastre. Do planejamento

Descrição das vítimas

SD 39: “Alcance. Desta vez, os pobres não foram os únicos afetados pelos deslizamentos e inundações.” (p.24- legenda foto)
SD 40: “Já perdemos as referências diante de tantos incidentes climáticos que assolaram o País. Os mais recentes, na região serrana do Rio de Janeiro, impactam pela extensão e gravidade. Também porque desfazem a visão preconceituosa de que são apenas os pobres e as moradias irregulares os atingidos por estes fenômenos. Condomínios de classe média alta desapareceram sob o mar de lama, pedras e detritos.” (p.24)

Enunciado da Imprevidência

SD 41: “As autoridades públicas explicam tais tragédias, invariavelmente, como as consequências de eventos climáticos incomuns, fora dos padrões previstos. Atribuem a

culpa ainda à suposta irracionalidade da população, que aceita morar em áreas de risco." (p.24)

Enunciado da Fatalidade

SD 42: "As autoridades públicas explicam tais tragédias, invariavelmente, como as consequências de eventos climáticos incomuns, fora dos padrões previstos." (p.24)

Identificação da Culpa do Poder Público

SD 43: "A raiz do problema está na precariedade das cidades." (p.24)

SD 44: "Não é novidade que o espaço urbano foi e continua a ser apropriado à margem da regulação pública, dos planos diretores, das leis de uso e ocupação do solo." (p.24)

SD 45: "Impera um verdadeiro laissez-faire, reproduzido não apenas nas áreas pobres, mas também naquelas habitadas por setores de alta renda." (p.24)

Época - nº 661, 17 de janeiro de 2011

Título da reportagem: A maior tragédia do Brasil

Descrição das Vítimas

SD 46: "O pedreiro Joaci Rabello, de 65 anos, viu a água chegar a sua cintura rapidamente e correu às casas vizinhas, onde moravam seu irmão, seu sobrinho e suas respectivas mulheres." (p.26)

SD 47: "Todos correram para a casa do meio, de seu irmão, que tem uma perna amputada e metade do corpo paralisado por um derrame." (p.26)

SD 48: "Desolamento. O pedreiro, Joaci Rabello, que conseguiu salvar toda a família. Ele diz que vai refazer a casa, quase reduzida a escombros." (p.26-legenda foto)

SD 49: "O sítio no Vale do Cuiabá, região nobre da Itaipava, em Petrópolis, foi alugado para que a família e alguns amigos comemorassem o aniversário do empresário Armando Erick de Carvalho, ex-diretor da seguradora Atlântica Boavista. Na madrugada da quarta-feira, com as chuvas, um rio transbordou, invadiu a casa, derrubou paredes e matou o homenageado e parte de seus parentes. Morreram sua mulher, Kitty, sua filha, Daniela Conolly, estilista de 39 anos, o marido dela, Alexandre França, e o filho do casal, João Gabriel, de 2. Erick Conolly, filho de Carvalho e executivo do grupo Icatu, não estava mais na festa, mas havia deixado lá a mulher, Isabela, e os quatro filhos. Dois deles, Igor, de 10 anos, e Nina, de 8, morreram na casa. O caçula, Axl, de 2 anos, continuava desaparecido até a tarde da sexta-feira." (p.32)

SD 50: "Eram 4 da madrugada da quarta-feira quando o músico George Israel, saxofonista do Kid Abelha, recebeu uma ligação do filho, Leonardo, de 15 anos. O adolescente e a irmã Catarina, de 11, estavam na casa da família, no condomínio Fazenda da Paz, no bairro da Posse, em Teresópolis. Além deles estavam na casa primos e uma tia, mãe de um bebê." (p.36)

SD 51: "No caso da dona de casa Ilair Pereira de Souza, de 53 anos, de São José do Vale do Rio Preto, o resgate foi feito no braço." (p.36)

SD 52: "George Israel, o músico do Kid Abelha que alugou um helicóptero para resgatar a família em Teresópolis." (p.36- legenda foto)

SD 53: “Em mês de verão e férias escolares, quando muitos correm para as cidades montanhosas de Teresópolis, Nova Friburgo e Petrópolis em busca de temperaturas mais amenas e banhos de rio num cenário de montanhas magníficas, tudo virou lama, destruição e desespero.” (p.26)

Enunciado da Imprevidência

SD 54: “Os principais candidatos são-como sempre- a natureza, com uma chuva intensa numa área restrita (o que conferiu às águas força descomunal), os políticos de variados governos, que falharam nos esforços de prevenção, e a própria população, ricos e pobres, que ocupou áreas irregulares ou de risco.” (p.28)

SD 55: “O governo do Rio já mapeou os locais onde deveriam ser feitas remoções, mas os moradores conseguem liminares na justiça para não sair de suas casas. Uma ocupação mais racional das áreas de encosta poderia ter evitado centenas de mortes.” (p.29)

SD 56: “A combinação de chuvas fortes, ocupação irregular e descaso do poder público resultou na maior catástrofe natural da história do Brasil.” (p.30)

Enunciado da Fatalidade

SD 57: “Na madrugada da quarta-feira, com as chuvas, um rio transbordou, invadiu a casa, derrubou paredes e matou o homenageado e parte de seus parentes.” (p.32)

SD 58: “Os dramas, as lições e a retomada da vida após o monstruoso deslizamento que matou mais de 500 pessoas na região serrana do Rio de Janeiro.” (p.25)

SD 59: “A água que caiu do céu em trombas raivosas produziu um cenário que se assemelha às devastações provocadas por terremotos e furacões.” (p.26)

SD 60: “Mais que reerguer o que a água arrastou, os sobreviventes da tragédia terão de refazer suas vidas, muitos deles a partir do zero.” (p.28)

SD 61: “Ante uma catástrofe dessa envergadura, é natural que se busquem culpados.” (p.28)

SD 62: “Os principais candidatos são-como sempre- a natureza, com uma chuva intensa numa área restrita (o que conferiu às águas força descomunal), os políticos de variados governos, que falharam nos esforços de prevenção, e a própria população, ricos e pobres, que ocupou áreas irregulares ou de risco.” (p.28)

SD 63: “A combinação de chuvas fortes, ocupação irregular e descaso do poder público resultou na maior catástrofe natural da história do Brasil.” (p.30)

SD 64: “Há 45 anos não caía tanta água na região serrana. Em 24 horas, choveu o esperado para 25 dias em Nova Friburgo.” (p.31)

SD 65: “Uma família dizimada pela chuva.” (p.32)

SD 66: “Uma pousada da região, antes de ser invadida pelas águas.” (p.32- legenda foto)

SD 67: “O mesmo lugar, depois da destruição das chuvas.” (p.32- legenda foto)

SD 68: “A sequência de imagens que mostra o resgate enquanto as águas destruíam a casa em São José do Vale do Rio Preto. Ela só não salvou seu cão.” (p.36- legenda foto)

Enunciado da Superação

SD 69: “Desolamento. O pedreiro, Joaci Rabello, que conseguiu salvar toda a família. Ele diz que vai refazer a casa, quase reduzida a escombros.” (p.26-legenda foto)

SD 70: “Os dramas, as lições e a retomada da vida após o monstruoso deslizamento que matou mais de 500 pessoas na região serrana do Rio de Janeiro.” (p.25)
SD 71: “Mais que reerguer o que a água arrastou, os sobreviventes da tragédia terão de refazer suas vidas, muitos deles a partir do zero.” (p.28)
SD 72: “Em Teresópolis, 1.200 desabrigados se instalaram no ginásio de esportes, nos prédios de três escolas e até no galpão de uma cervejaria.” (p.34)
SD 73: ““Graças a Deus não morreu ninguém da minha família. Construí esta casa com meu pai, também pedreiro. Agora vou refazer de novo.”” (p.28)
SD 74: “Dois dias depois, Marco Antônio estava no IML improvisado no centro de Teresópolis, reconhecendo a última das vítimas de sua família a ser encontrada.” (p.26)
SD 75: “Valas abertas pra enterrar os mortos no Cemitério Municipal Carlinda Berlim, em Teresópolis.” (p.29- legenda foto)

Identificação da culpa do Poder Público

SD 76: “Os principais candidatos são-como sempre- a natureza, com uma chuva intensa numa área restrita (o que conferiu às águas força descomunal), os políticos de variados governos, que falharam nos esforços de prevenção, e a própria população, ricos e pobres, que ocupou áreas irregulares ou de risco.” (p.28)
SD 77: “Na semana passada, ficou comprovada a falta de preparo das autoridades para se antecipar a desastres naturais.” (p.29)
SD 78“A combinação de chuvas fortes, ocupação irregular e descaso do poder público resultou na maior catástrofe natural da história do Brasil.” (p.30)

Época - nº 712, 9 de janeiro de 2012

Título da reportagem: O desastre. Do planejamento

Descrição das Vítimas

SD 79: “Na foto ao lado, a dona de casa Conceni Florindo, de 38 anos, olha para o vazio depois de um turbilhão de tribulações.” (p.84)
SD 80: “Cenário devastado. A dona de casa Conceni Florindo diante da casa que vem construindo há sete anos. Ela viu a rua em que mora ser engolida pela água.” (p.84- legenda foto)
SD 81: “Sem casa nem aluguel. O jardineiro Avenir Silva Lima ao lado da casa destruída nas enchentes do ano passado.” (p.86- legenda foto)
SD 82: “Também não foi para o jardineiro Avenir Silva Lima, de 49 anos, que perdeu tudo nas enchentes do ano passado.” (p.87)

Enunciado da Fatalidade:

SD 83: “As vítimas das enchentes, como Conceni, sabem que a natureza não é a única culpada por seus infortúnios – no caso, as chuvas que, pelo segundo ano consecutivo, castigaram a região serrana do Rio de Janeiro.” (p.84)
SD 84: “Cenário devastado. A dona de casa Conceni Florindo diante da casa que vem construindo há sete anos. Ela viu a rua em que mora ser engolida pela água.” (p.84- legenda foto)

SD 85: “É impossível distinguir, entre os estragos, quais foram feitos pelas chuvas do ano passado e quais são obra das chuvas recentes.” (p.85)
SD 86: “Por dois anos seguidos, o bairro de Córrego Dantas foi devastado pela chuva.” (p.84)

Identificação da Culpa do Poder Público

SD 87: “Pichações de moradores denunciam o desvio de verbas. “Essa obra é uma vergonha”, diz uma. “Cadê o dinheiro seus ladrões?”, pergunta outra. (p.85 e 87)
SD 88: “As razões do que aconteceu a Conceni e a vários outros moradores da região são complexas – entre elas, o loteamento das verbas federais usando critérios mais políticos do que planejamento ou pareceres técnicos [...]. A isso se soma a corrupção pura e simples. O resultado dessa conta perversa é o que se viu na semana passada.” (p.84)

IstoÉ - nº 2149, 19 de janeiro de 2011

Título da reportagem: A mesma cena. Cada vez mais dor sob os destroços

Descrição das Vítimas

SD 89: “A família do marido de Andréa [Andréa Gouveia Vieira- vereadora do PSDB/RJ] é proprietária do sítio que fora alugado para a estilista e designer Daniela Conolly e parentes.” (p.49)
SD 90: ““Não saio daqui enquanto não souber notícias de minha vó”, disse ainda em estado de choque, a comerciária Regina Soares, 28 anos.” (p.50)
SD 91: “Uma delas era o pedreiro Andrei Silva, 26 anos, cuja casa, localizada no bairro do Jardim Califórnia, foi inundada pela chuva e ficou prestes a desabar.” (p.51)
SD 92: “Não longe dele, a advogada Lia Vieira caminhava com os pés envoltos em sacola de supermercado.” (p.51)
SD 93: “O contador Luiz Otávio de Souza, de 39 anos, foi procurar seus tios e uma prima, mas até a noite da quinta-feira 12 não havia localizado os corpos de seus parentes soterrados nos escombros de um edifício em Nova Friburgo.” (p.44- legenda foto)
SD 94: “O contador imaginava que seus parentes estivessem seguros em uma área de classe média alta da cidade.” (p.44- legenda foto)
SD 95: “Desesperada, a balconista Juliana Alves, 23 anos, amanheceu na quinta-feira 13 entre a multidão aglomerada na porta do IML de Teresópolis para tentar identificar avós, primos, pai, irmãos e sobrinhos entre os cadáveres enfileirados no pátio.” (p.46- legenda foto)
SD 96: “Com fome, o pintor Daniel Serafim, 47 anos, acordou na madrugada da quarta-feira 12.” (p.48- legenda foto)
SD 97: “O pintor ainda ajudou a resgatar uma menina de cinco anos, mas não pôde segurar a mãe e dois irmãos da garota.” (p.48- legenda foto)
SD 98: “A pensionista Nely Xavier, 63 anos, não tira da cabeça a imagem de sua neta, Lohane, 6 anos.” (p.50- legenda foto)

SD 99: “O contador Luiz Otávio de Souza, de 39 anos, foi procurar seus tios e uma prima, mas até a noite da quinta-feira 12 não havia localizado os corpos de seus parentes soterrados nos escombros de um edifício em Nova Friburgo.” (p.44- legenda foto)
SD 100: “No centro da cidade. Morro desabou em Nova Friburgo, destruiu partes de um edifício e soterrou casas, deixando os moradores entocados.” (p.45- legenda foto)
SD 101: “Sob pressão. Bombeiros também viram vítimas. Corpo de soldado é removido.” (p.48- legenda foto)
SD 102: “No centro de Nova Friburgo, famílias de várias classes sociais perambulavam nos dias que sucederam ao desastre com bolsas e sacolas em punho, buscando refúgio.” (p.51)
SD 103: “No centro da cidade. Morro desabou em Nova Friburgo, destruiu partes de um edifício e soterrou casas, deixando os moradores entocados.” (p.45- legenda foto)

Enunciado da Imprevidência

SD 104: “É uma soma de erros de várias origens, entre as quais o inaceitável descaso com o meio ambiente.” (p.49)
SD 105: ““Gerações foram criadas sem que houvesse uma preocupação ambiental. Houve uma ocupação desordenada com construção de residências em encostas [...].”” (p.49)

Enunciado da Fatalidade

SD 106: “Não se passou uma dúzia de horas entre o inicio do que parecia ser mais uma simples tempestade de verão e as avalanches de lama, pedras e paus que colocaram fim à vida de mais de 500 pessoas e devastaram cidades inteiras da região serrana do Rio de Janeiro.” (p.44)
SD 107: “Marcada por características geológicas e climáticas instáveis, a região serrana do Rio de Janeiro está acostumada a recolher corpos sob a terra úmida.” (p.44)
SD 108: “Os agentes da Defesa Civil de Teresópolis, onde mais de 200 pessoas perderam a vida, garantem que não receberam nada.” (p.48)
SD 109: “No entanto, horas após mais de cinco centenas de corpos estarem espalhados por toda a região, o poder público parecia não ter nenhum plano para lidar com uma situação como essa.” (p.48)
SD 110: “Com tantos cadáveres e condições precárias, o trabalho no local tem sido sacrificante em Nova Friburgo e mostra que não há nenhuma preparação para enfrentar problemas como esse.” (p.50)
SD 111: “No centro da cidade. Morro desabou em Nova Friburgo, destruiu partes de um edifício e soterrou casas, deixando os moradores entocados.” (p.45- legenda foto)
SD 112: “Não há que conteste que o volume das chuvas que castigou as cidades fluminenses foi de uma intensidade rara. Em menos de 12 horas choveu praticamente o mesmo que era esperado para todo o mês em Nova Friburgo.” (p.46 e 48)
SD 113: “Não há dúvida de que as chuvas da madrugada da quarta-feira causariam deslizamentos e inundações, mesmo que não houvesse ocupação irregular do solo.” (p.48)
SD 114: “Os danos materiais também são justificáveis por conta da dimensão das chuvas.” (p.48)

SD 115: ““O rio subiu em uma velocidade enorme, foi um volume de água impossível de ser contido.”” (p.49)
SD 116: “Aquecimento global e desmatamentos são algumas das causas de tragédias que têm acontecido no mundo.” (p.49)
SD 117: “Em poucos minutos a casa foi arrastada pelas águas.” (p.50- legenda foto)

Enunciado da Superação

SD 118: “Corrente. População se une a equipes de resgate em Santa Maria Madalena.” (p.45- legenda foto)
SD 119: “A saga dos sobreviventes.” (p.51- legenda foto)
SD 120: “No centro de Nova Friburgo, famílias de várias classes sociais perambulavam nos dias que sucederam ao desastre com bolsas e sacolas em punho, buscando refúgio.” (p.51)
SD 121: ““Tenho que passar pomada com cheiro de menta no nariz para poder trabalhar. O mau cheiro está insuportável”, disse um dos funcionários responsáveis pelo transporte dos corpos em Nova Friburgo, que prefere não se identificar.” (p.50)
SD 122: “Dia e noite, a porta da instituição ficava tomada por pessoas que buscavam saber se entre os mortos há algum parente ou amigo.” (p.50)

Identificação da Culpa do Poder Público

SD 123: “Mas, se um simples sistema de alerta funcionasse, o número de vítimas poderia ser reduzido de forma drástica.” (p.48)
SD 124: “Sem resposta rápida e eficaz do poder público, a população se divide entre um estado de absoluta catatonia e de desespero.” (p.51)
SD 125: “A chuva era prevista. Mas não houve prevenção, fiscalização nas ocupações das encostas nem planos de contingência.” (p.44)
SD 126: “O resultado de tanto descaso foi a maior catástrofe da história do Brasil.” (p.44)
SD 127: “Nesses tempos de pânico ambiental, as mudanças climáticas têm sido os algozes perfeitos dos governantes para justificar o injustificável.” (p.45-46)
SD 128: ““Estamos falando de décadas e décadas de administrações omissas”, diz o cientista politico Luiz Werneck Viana.”(p.45-46)
SD 129: “Faltou às prefeituras fiscalizar as zonas em que as ocupações irregulares acontecem, faltou aos Estados desenvolver planos para essas regiões, faltou ao governo federal priorizar a questão do planejamento urbano e habitação.” (p.45-46)
SD 130: “A fatura pela falta de investimentos chegou, enfim, mais alta do que nunca.” (p.45-46)
SD 131: “Os governantes têm uma visão míope que só vale pera os quatro anos de mandato”, critica David Zee, coordenador de mestrado em meio ambiente da universidade carioca Veiga de Almeida.”(p.45-46)
SD 132: “Estado, município e federação têm obrigação de trabalhar de forma integrada, mas todas essas esferas têm sido historicamente omissas.”” (p.45-46)
SD 133: “Mas o inadmissível em um caso como esse é a absoluta falta de preparação e coordenação do poder público para mitigar os efeitos de um desastre iminente e, pior, a completa ausência de planejamento prévio para lidar com suas consequências.” (p.46 e 48)

SD 134: “Mas, se um simples sistema de alerta funcionasse, o número de vítimas poderia ser reduzido de forma drástica. A tragédia fluminense é repleta de exemplos de como nada disso foi feito, nas duas pontas da incompetência administrativa.” (p.48)
SD 135: “Não há como, no entanto, negar que a responsabilidade maior é do poder municipal.” (p.50)
SD 136: ““São as prefeituras que regulam o uso do solo, autorizam construções e fiscalizam regiões de risco”, diz o cientista político Ignácio Cano, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.” (p.50)
SD 137: “Para ele, a situação chegou a um ponto em que “é preciso uma política com um componente repressivo que impeça a construção irregular e remova quem está em área de risco”.” (p.50)
SD 138: “Nem mesmo um plano de contingência para lidar com um número de mortos tão grande, algo que não é inédito por ali, parece haver.” (p.50)
SD 139: “Mas, se um simples sistema de alerta funcionasse, o número de vítimas poderia ser reduzido de forma drástica. A tragédia fluminense é repleta de exemplos de como nada disso foi feito, nas duas pontas da incompetência administrativa.” (p.48)

Vulnerabilidade Social

SD 140: “É a desgraça do populismo, a permissividade de deixar a ocupação de áreas de uma maneira irresponsável como se eles (políticos) fossem aliados dos mais pobres”, comenta o governador Sérgio Cabral, obviamente excluindo-se da culpa que aponta nos outros governantes.” (p.49-50)

IstoÉ - nº 2150, 26 de janeiro de 2011

Título da reportagem: A dura vida numa região devastada

Descrição das Vítimas

SD 141: ““Mesmo para quem não teve mortes na família a vida depois da enchente vai ser muito dura”, diz Elcio Machado, enquanto tira lama de sua loja de baterias de automóvel, que foi tomada pelas águas.” (p.?)
SD 142: ““Alguns dos meus funcionários estão isolados, outros perderam parentes e não têm condições de trabalhar. Estou operando com metade da produção”, diz Nelci Layola, dona da fábrica de lingeries Lucitex. “Não terei como honrar os compromissos deste mês”, prevê. A situação é ainda mais dramática para setores que não se dedicam a atividades essenciais. “Como a prioridade agora são os gêneros de primeira necessidade, não tivemos mais clientes nestes últimos dias”, conta Peterson Pereira, artesão de uma loja de artigos de festa. Comemorações, aliás, não existem na Nova Friburgo dos dias atuais. “Todos os casamentos e batismos que tinha agendado para este mês foram cancelados”, lamenta o fotógrafo Adriano José.” (p.?)
SD 143: ““Se não fosse a ajuda das pessoas, não teria como sustentar a família”, diz o pedreiro Jair Farias, 67 anos, ao lado da mulher, Marta, e do filho, Felipe, 7 anos, que estão abrigados em um Ciep.” (p.?)

SD 144: ““No momento da tempestade, hóspedes aproveitaram para saquear quase tudo”, conta Ana Lúcia Barroso Nassif, dona do Vila Verde Hotel. “Levaram bebidas, R$ 7 mil do caixa, laptops.”” (p.?)
SD 143: ““Não poderia descansar enquanto não tirasse os corpos”, desabafou o sacoleiro Werner Souza, enquanto ajudava os bombeiros a carregar os corpos dos cunhados Leni e Gilmar, no distrito de Campo do Coelho.”
SD 144: “Ajuda. O pedreiro Jair Farias, com a mulher e o filho, num Ciep, agradece pelo apoio.” (p.?- legenda foto)

Enunciado da Imprevidência

SD 145: “Proprietários de imóveis de Teresópolis se armam de porretes para evitar que ladrões levem o pouco que resistiu às águas da chuva.” (p.?)
SD 146: “Muitos cidadãos que ainda estavam em locais de risco resistiam em se mudar com medo de suas casas serem roubadas.” (p.?)

Enunciado da Fatalidade

SD 147: ““Mesmo para quem não teve mortes na família a vida depois da enchente vai ser muito dura”, diz Elcio Machado, enquanto tira lama de sua loja de baterias de automóvel, que foi tomada pelas águas.” (p.?)
SD 148: “Mais de uma semana após o temporal, friburguenses ainda procuravam cadáveres de parentes sob a lama seca.” (p.?)
SD 149: “Em Nova Friburgo, a cidade mais afetada pelas enchentes que varreram casas e vidas na região serrana do Rio de Janeiro, olhar para o céu em busca de sinais de chuva virou coisa assintomática.” (p.?)
SD 150: “Em todos os sete municípios castigados pelo aguaceiro, entre os quais Teresópolis e Petrópolis, sumiram casas, lavouras, fazendas, pontes e ruas.” (p.?)
SD 151: “Em várias farmácias os remédios foram arrastados pelas águas.” (p.?)

Enunciado da Superação

SD 152: ““Mesmo para quem não teve mortes na família a vida depois da enchente vai ser muito dura”, diz Elcio Machado, enquanto tira lama de sua loja de baterias de automóvel, que foi tomada pelas águas.” (p.?)
SD 153: ““Vou tentar resgatar o que resta do salão de beleza da minha mãe”, diz Priscila de Souza, 20 anos, que, ao lado do primo Valdecir, usa a enxada para tirar uma enorme quantidade de lama.” (p.?)
SD 154: “Mas em meio ao caos, a população de Nova Friburgo teima em retomar sua rotina e preservar a esperança.” (p.?- linha fina)
SD 155: “Em meio a um cenário desolador, a população ainda está longe de conseguir retomar sua rotina.” (p.?)
SD 156: “Os postos de doação de sangue bateram recordes históricos de colaboração e a mobilização em favor das vítimas abarrotou de roupas e alimentos vários galpões.” (p.?)

Veja - nº 2200, 19 de janeiro de 2011

Título da reportagem: Um banho de lama na civilização

Descrição das Vítimas

SD 157: “Na manhã de 14 de janeiro, VEJA testemunhou a mulher e a filha de um ex-prefeito de Nova Friburgo implorarem aos bombeiros para que fossem até o sítio onde o político e seu filho haviam sido soterrados dois dias antes.” (p.52)

SD 158: “Depois que a estilista carioca Daniela Conolly, de 39 anos, abandonou o dia a dia da profissão para se dedicar ao filho João Gabriel, de 2 anos, e à família, Itaipava se tornou seu refúgio mais frequente. Daniela, o bebê e o marido, Alexandre França, foram para lá comemorar o aniversário do pai da estilista. Outros catorze parentes e amigos estavam na casa de hóspedes da fazenda de 500 hectares no Vale do Cuiabá. Todos dormiam no momento em que a torrente de água e lama invadiu a casa, levando tudo. Daniela, o marido e o filho foram sepultados no Rio de Janeiro na sexta-feira 13. Os três sobreviventes estão em estado de choque.” (p.53- legenda foto)

SD159: “O costureiro Wellington Herdy, de 33 anos, foi acordado por estrondos causados pela enxurrada na madrugada de quarta-feira. Pulou da cama e arrastou para fora de casa o irmão, a cunhada e dois sobrinhos pequenos.” (p.57- legenda foto)

Enunciado da Imprevidência

SD 160: “Mesmo depois da calamidade, moradores de áreas condenadas recusavam-se a deixar sua casa.” (p.57- legenda foto)

Enunciado da Fatalidade

SD 161: “As ruas se transformaram em leitos de rio e centenas de corpos foram retirados dos escombros.” (p.53- legenda foto)

SD 162: “Os três sobreviventes estão em estado de choque.” (p.53- legenda foto)

SD 163: “No bairro Vale do Cedro, em Nova Friburgo, moradores tiveram de velar seus mortos em cima da mesa de sinuca de um bar (à dir.).” (p.55- legenda foto)

SD 164: “O Brasil tem encontro marcado com a tragédia todos os anos na estação chuvosa e não há força terrestre que faça com que as autoridades e as pessoas se prepararem para isso.” (p.48)

SD 165: “Todos os anos, a natureza demonstra com fúria que as conquistas da civilização em muitas áreas são plantinhas frágeis que podem ser arrancadas pelas enchentes e pelos deslizamentos das encostas.” (p.48)

SD 166: “A natureza não vai amenizar suas explosões de energia- há indícios científicos de que as coisas podem até piorar.” (p.48)

SD 167: “Toda vez que as chuvas causam uma grande destruição invocam-se os mesmos culpados: os sucessivos governos que agiram de forma irresponsável ao tolerar, ou incentivar a ocupação irregular do solo, a falta de articulação entre os sistemas que deveriam ser capazes de antecipar a tragédia, a negligência na execução de obras que poderiam minimizar as perdas.” (p.50)

SD 168: “Mas quando o desastre assume proporções colossais, como ocorreu no Rio na semana passada, a lista dos culpados de sempre, sozinha, deixa de fazer sentido.” (p.50)

SD 169: “O que fez o temporal que desabou sobre a serra fluminense se transformar na segunda maior catástrofe já provocada pelas chuvas na história do Brasil foi-também-uma perversa e poderosa combinação de fatores climáticos globais e locais, associada às peculiaridades topográficas da região.” (p.50)

SD 170: “O que não é normal nem frequente é a intensidade das chuvas que a corrente provocou naquele local, num curto período de tempo. É nesse ponto que, suspeitam cientistas, podem ter havido influências de um fator ligado às mudanças climáticas do planeta, como o aquecimento da superfície terrestre.” (p.50 e 52)
SD 171: “A tragédia do Rio vem lembrar que as conquistas da civilização, especialmente nos trópicos, são frágeis- tão frágeis como uma camada de terra sobre a rocha. E, como ela, podem se dissolver de um instante para o outro diante da força da natureza, da inação política e das limitações humanas.” (p.58)

Enunciado da Superação

SD 172: “Improvisaram um serviço de IML em um colégio, levaram para lá os corpos muitos dilacerados e já em estado de decomposição e os lavaram.” (p.54)
SD 173: “Enquanto isso, moradores se organizaram para arrecadar roupas e vestir os mortos, de maneira a oferecer-lhes uma migalha final de dignidade.” (p.54)
SD 174: “Ao lado do colégio em que as costureiras trabalhavam. um pequeno posto de saúde, com apenas duas macas, recebia os feridos.” (p.54)
SD 175: “Por falta de espaço, cada novo corpo que chegava era colocado ao lado ou em cima de outros. Aos familiares das vítimas restava entrar em uma fila e esperar pela vez de circular entre os mortos.” (p.54 e 56)
SD 176: “Em meio ao luto e a desordem, brotavam discussões entre parentes que se acusavam de estar levando o morto errado.” (p.56)

Identificação da culpa do Poder Público

SD 177: “A medida que o tempo passava, tanto o IML oficial como os improvisados ficaram pequenos para acomodar os cadáveres, que não paravam de chegar. Os corpos passaram. então, a ser levados para a quadra da escola de samba Unidos da Saudade.” (p.56)
SD 178: “Toda vez que as chuvas causam uma grande destruição invocam-se os mesmos culpados: os sucessivos governos que agiram de forma irresponsável ao tolerar, ou incentivar a ocupação irregular do solo, a falta de articulação entre os sistemas que deveriam ser capazes de antecipar a tragédia, a negligência na execução de obras que poderiam minimizar as perdas.” (p.50)
SD 179: “A tragédia do Rio vem lembrar que as conquistas da civilização, especialmente nos trópicos, são frágeis- tão frágeis como uma camada de terra sobre a rocha. E, como ela, podem se dissolver de um instante para o outro diante da força da natureza, da inação política e das limitações humanas.” (p.58)
SD 180: “Em Campo do Coelho, distrito de Nova Friburgo de 9000 habitantes, as poucas equipes de resgate que conseguiram chegar, levadas por helicópteros, depararam com um problema quando retiravam os corpos que estavam debaixo da terra e da lama. Não havia quem recebesse os cadáveres.” (p.54)
SD 181“Em Teresópolis, 180 vítimas da catástrofe tiveram de ser sepultadas em cova rasa no cemitério municipal.” (p.58- legenda foto)
SD 182: “Improvisaram um serviço de IML em um colégio, levaram para lá os corpos muitos dilacerados e já em estado de decomposição e os lavaram. Enquanto isso, moradores se organizaram para arrecadar roupas e vestir os mortos, de maneira a oferecer-lhes uma migalha final de dignidade. Ao lado do colégio em que as costureiras

trabalhavam. um pequeno posto de saúde, com apenas duas macas, recebia os feridos." (p.54)

Veja - nº 2205, 23 de fevereiro de 2011

Título da reportagem: Luto na serra fluminense, a tragédia ainda continua dentro dos corações

Descrição das Vítimas

SD 183: "O advogado Samuel Guerra e Silva, de 43 anos, ainda chora muito. Chora pelo momento em que lembrou que sua mãe, sua irmã e três de seus sobrinhos ainda estavam na casa vizinha à sua, e constatou que ela simplesmente desaparecera. E chora quando se recorda de que, às escuras em sua cama, ao lado da mulher, ouviu um forte estrondo – e, no instante seguinte, percebeu que o barulho fora só o prenúncio da avalanche de lama que arrancou das fundações toda a parte de trás da casa confortável que ele tinha em Nova Friburgo. E que, assim, obliterou o quarto em que dormiam sua filha Maria Vitória, de 14 anos, e a sobrinha Manuela, de 13. Há três semanas, o advogado revisitou com a reportagem de VEJA os escombros de sua casa. E desabou, ao encontrar, no meio do entulho, os patins de Maria Vitória." (p.99)

SD 184: "É apenas uma delas- e não é a única reação que o próprio advogado vem experimentando. Nas semanas seguintes àquela madrugada, ele foi incansável na distribuição de donativos aos sobreviventes. Silva ganhou hospedagem na casa de um tio; centenas de pessoas permanecem amontoadas em abrigos temporários. Ele pôde sepultar a filha querida; muitas outras famílias não recuperaram os corpos de seus parentes e não tiveram esses consolo fundamental. Em sua dor, enfim, o advogado entende que pode haver dores ainda mais desesperadoras." (p.99)

SD 185: "De mãos dadas com a esposa, a cozinheira Rosemeri Marques de Oliveira, de 43 anos, o pedreiro Roberto da Costa Marcello, de 38, se senta sobre o colchão do abrigo onde está morando temporariamente com os três filhos. Está cabisbaixo e tem o olhar vazio. Viu a casa da filha de 16 anos ruir instantes antes de conseguir resgatá-la, junto com o marido e o filho, de apenas 5 dias, para um local mais seguro." (p.99)

SD 186: "De férias na casa dos pais, em Nova Friburgo, a funcionária pública Carolina Figueiró Pinto, de 28 anos, passou a noite do dia 12 de janeiro jogando baralho e vendo televisão." (p.100)

SD 187: "Depois da tragédia, a funcionária pública, que vive em Macaé com a família, mudou-se para uma casa maior para acomodar os avós." (p.100)

SD 188: "Por causa de um problema no sinal da TV a cabo, o advogado Samuel Guerra e Silva, de 43 anos, cedeu seu quarto para que a filha e uma sobrinha assistissem a um programa. Dormiu na cama da filha – mas, no meio da madrugada, ela o acordou, para desfazer a troca, e Silva voltou para o lado da esposa. Foi a última vez que Samuel ouviu a voz de Maria Vitória, de 14 anos: o deslizamento aniquilou o cômodo em que ela dormia com a prima Manuela, de 13 anos. Samuel chegou a socar as paredes, gritando pelas meninas. Em vão. Atendendo às súplicas de sua esposa, ele deixou a

casa e encontrou os outros dois filhos a salvo. Lembrou-se então da mãe, que morava no sobrado ao lado com a irmã dele, o cunhado e outros três sobrinhos." (p.101)
SD 189: "Apesar da dor pelas múltiplas perdas, o advogado tem trabalhado na distribuição de donativos aos desabrigados de Nova Friburgo." (p.101)
SD 190: "Duas semanas após perder sete dos catorze parentes que, juntos, tentavam se proteger dos deslizamentos em Nova Friburgo, o pedreiro Sérgio Mendonça da Silva, de 43 anos, visitou pela primeira vez o Cemitério São João Batista, no centro da cidade, onde estão sepultados três de seus cinco filhos- dois sobreviveram- e a mulher." (p.102)
SD 191: "A auxiliar de serviços gerais Ronilda Rosa da Silveira, de 27 anos, acordou na madrugada do dia 12 coberta por escombros. Em cima dela, a filha Fátima, de 8 anos, chorava, mas ajudou a mãe a se soltar. Nove horas depois foi a vez de Ketlin, de 10 anos, ser retirada da lama." (p.103)
SD 192: "Edésio Alves Ramos, de 56 anos, é dono de uma mercearia em Teresópolis." (p.103)
SD 193: ""Eles (o poder público) já sabiam que Nova Friburgo não toleraria essa chuva. Mas, como essas tragédias quase sempre atingem a população de baixa renda, não deram muita importância. Desta vez, porém, a chuva não escolheu ricos ou pobres."" (p.100)

Enunciado da Superação

SD 194: "Nas semanas seguintes àquela madrugada, ele foi incansável na distribuição de donativos aos sobreviventes." (p.99)
SD 195: "Silva ganhou hospedagem na casa de um tio; centenas de pessoas permanecem amontoadas em abrigos temporários." (p.99)
SD 196: "Ele pôde sepultar a filha querida; muitas outras famílias não recuperaram os corpos de seus parentes e não tiveram esses consolo fundamental." (p.99)
SD 197: "Apesar da dor pelas múltiplas perdas, o advogado tem trabalhado na distribuição de donativos aos desabrigados de Nova Friburgo." (p.101)
SD 198:""Estou aqui para ajudar. Senão, teria sido levado também", diz Silva." (p.99)
SD 199: ""Lavo o rosto e tento seguir em frente."" (p.100)
SD 200: ""Não estou aqui de bobeira. Sobrevivi para fazer o bem, ajudar as pessoas. Caso contrário, teria sido levado também."" (p.101)

Identificação da culpa do Poder Público

SD 201: ""Eles (o poder público) já sabiam que Nova Friburgo não toleraria essa chuva. Mas, como essas tragédias quase sempre atingem a população de baixa renda, não deram muita importância."" (p.100)

Vulnerabilidade Social

SD 202: ""Eles (o poder público) já sabiam que Nova Friburgo não toleraria essa chuva. Mas, como essas tragédias quase sempre atingem a população de baixa renda, não deram muita importância."" (p.100)

Veja - nº 2252, 18 de janeiro de 2012

Título da reportagem: Manual antiabutre

Identificação da culpa do Poder Público

SD 203: "A inacreditável lambança com o dinheiro das vítimas das chuvas do ano passado em Nova Friburgo poderá servir de alerta para que se evitem novos abusos neste ano." (p.70)

SD 204: "Dinheiro na lama. Bombeiros e voluntários tentam resgatas corpos soterrados em Friburgo: CPI descobriu que metade do dinheiro para limpeza e remoção de entulhos foi paga sem comprovação – e a CGU mandou devolver 4,3 milhões de reais." (p.71- legenda foto)

SD 205: "Enquanto não foi assim, os abutres continuarão a bicar o dinheiro das vítimas."

SD 206: "Exatamente um ano depois da tragédia, 7000 pessoas continuam sem casa, três escolas deixaram de existir e nenhuma das quarenta pontes levadas pela enxurrada foi reconstruída – cenário parecido com o das vizinhas Teresópolis e Petrópolis." (p.70)